







# Águas de Santo André, S.A. Relatório e Contas 2013



## ÍNDICE

Mensagem do Presidente.....	1
A Empresa.....	2
1. Cadeia de Valor .....	2
2. Principais Indicadores .....	5
Principais acontecimentos.....	6
A - Governo da Sociedade.....	12
1. Missão, Objetivos e Políticas .....	12
2. Regulamentos Internos e Externos .....	14
3. Informação sobre transações relevantes .....	15
4. Modelo de Governo .....	15
4.1 Órgãos Sociais.....	15
4.2 Estrutura Organizacional.....	22
5. Remunerações e Outros Encargos .....	26
6. Análise de Sustentabilidade.....	28
7. Gestão do Capital Humano .....	29
8. I&D e Inovação.....	33
9. Código de Ética.....	34
10. Controlo de Risco.....	35
11. Prevenção de Conflitos de Interesse.....	37
12. Divulgação de Informação .....	38
13. Informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional.....	39
14. Cumprimento das Instruções, despachos e legislação diversa .....	43
15. Cumprimento dos princípios do bom governo .....	47
16. Relatório dos Administradores Não Executivos.....	50
B - Atividade da Empresa .....	52
1. Introdução .....	52
2. Enquadramento macroeconómico .....	52
3. Enquadramento do Setor .....	53
4. Regulação .....	55
5. Análise Económica e Financeira.....	59
6. Atividade Operacional.....	62
6.1 Direção de Infraestruturas .....	62
6.2 Direção de Operação.....	66
6.3 Análise Comercial.....	75
7. Objetivos de Gestão .....	76
8. Perspetivas para o Futuro .....	76

9.	Factos Relevantes após o termo do Exercício .....	77
10.	Sucursais da Sociedade .....	77
11.	Considerações Finais .....	77
12.	Proposta de Aplicação de Resultados .....	78
13.	Anexo ao Relatório .....	79
<b>C - Contas do Exercício de 2013.....</b>		<b>80</b>
<b>Introdução .....</b>		<b>80</b>
<b>Notas às demonstrações financeiras .....</b>		<b>85</b>
1.	Atividade económica da Águas de Santo André, S.A. ....	85
1.1	Introdução .....	85
1.2	Atividade .....	85
1.3	Acionistas .....	85
1.4	Aprovação das Demonstrações financeiras .....	85
2.	Políticas contabilísticas .....	86
2.1	Bases de apresentação .....	86
2.2	Conversão cambial .....	90
2.3	Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios .....	90
2.4	Atividade concessionada – IFRIC 12 regulatórios .....	92
2.5	Ativos fixos tangíveis e intangíveis .....	94
2.6	Ativos e passivos financeiros .....	95
2.7	Cientes e outras contas a receber .....	96
2.8	Inventários .....	97
2.9	Caixa e equivalentes de caixa .....	97
2.10	Imparidade .....	97
2.11	Capital .....	98
2.12	Dividendos a pagar .....	98
2.13	Subsídios do governo .....	98
2.14	Provisões, ativos e passivos contingentes .....	98
2.15	Fiscalidade .....	99
2.16	Rédito .....	99
2.17	Trabalhos para a própria empresa .....	100
2.18	Gastos e perdas .....	100
2.19	Eventos subsequentes .....	100
3.	Políticas de gestão do risco financeiro .....	101
3.1	Fatores de risco .....	101
3.2	Risco de crédito .....	101
3.3	Risco de liquidez .....	102
3.4	Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro .....	102

3.5	Risco de capital.....	102
3.6	Risco regulatório.....	102
4.	Estimativas e julgamentos.....	103
4.1	Provisões.....	103
4.2	Ativos tangíveis.....	103
4.3	Ativos intangíveis.....	103
4.4	Imparidade.....	103
4.5	Provisões para impostos sobre o rendimento.....	104
5.	Instrumentos financeiros por categoria.....	105
6.	Ativos fixos tangíveis e intangíveis.....	105
6.1	Ativos fixos tangíveis.....	105
6.2	Ativos intangíveis.....	106
6.3	Movimentos do período.....	106
7.	Investimentos financeiros.....	107
8.	Impostos diferidos.....	108
9.	Inventários.....	109
10.	Clientes.....	109
11.	Estado e outros entes públicos.....	111
12.	Outros ativos correntes.....	111
13.	Caixa e bancos.....	112
14.	Capital.....	112
15.	Provisões.....	113
16.	Fornecedores e outros passivos não correntes.....	113
17.	Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	114
18.	Subsídios ao investimento.....	114
19.	Fornecedores correntes.....	115
20.	Outros passivos correntes.....	115
21.	Imposto sobre o rendimento.....	115
22.	Vendas e prestação de serviços.....	117
23.	Custo das vendas.....	118
24.	Fornecimentos e serviços externos.....	118
25.	Gastos com pessoal.....	119
26.	Depreciações, amortizações e reversões do exercício.....	120
27.	Provisões e reversões do exercício.....	120
28.	Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	120
29.	Outros gastos operacionais.....	121
30.	Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	121
31.	Gastos financeiros.....	121
32.	Rendimentos financeiros.....	122

33. Transações com entidades relacionadas .....	122
34. Compromissos .....	123
35. Ativos e passivos contingentes .....	123
36. Informações exigidas por diplomas legais .....	125
37. Rendimento garantido .....	125
38. Eventos subsequentes .....	126
<b>Relatório e Parecer do Fiscal Único .....</b>	<b>129</b>
<b>Certificação Legal das Contas .....</b>	<b>131</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Cadeia de valor da atividade de produção e distribuição de Água Potável .....	2
Figura 2 - Cadeia de valor da atividade de produção e distribuição de Água Industrial.....	3
Figura 3 - Cadeia de valor da atividade de recolha e tratamento de Água Residual.....	3
Figura 4 - Cadeia de valor da atividade de receção e confinamento de Resíduos Industriais .....	4
Figura 5 - Organigrama da AdSA.....	22
Figura 6 - Número de colaboradores com formação no período de 2011 a 2013 .....	30
Figura 7 - Horas de formação ministradas no período de 2011 a 2013.....	30
Figura 8 - Distribuição por níveis de habilitação e por género .....	31
Figura 9 - Distribuição do nível etário .....	32
Figura 10 - Evolução do vínculo laboral.....	33
Figura 11 - Localização das estações de amostragem .....	34
Figura 12 - Estrutura de classes e categorias de riscos.....	36
Figura 13 - Participação da AdSA na Feira Santiago.....	41
Figura 14 - Apoio à 14ª Mostra Internacional de Teatro de Santo André.....	41
Figura 15 - Cartaz de divulgação do dia “Portas Abertas” .....	42
Figura 16 - Festa de Natal dos filhos dos colaboradores da AdSA.....	43
Figura 17 - Qualidade de água para consumo humano.....	58
Figura 18 - Empreitada de reformulação dos circuitos de média tensão da ETAR.....	63
Figura 19 - Sistema de flotação de lamas por ar dissolvido.....	63
Figura 20 - Sistema de Informação Geográfica WebSIG .....	64
Figura 21 - Manutenção de infraestruturas .....	65
Figura 22 - Produção total das Captações de Água Subterrânea em 2013 (volume m <sup>3</sup> ).....	66
Figura 23 - Água Captada no período de 2011 a 2013.....	67
Figura 24 - Número de determinações analíticas efetuadas por captação subterrânea em 2013 .....	67
Figura 25 - Volumes Captados em Ermidas do Sado em 2013.....	69
Figura 26 - Volume de Água Captada na EE Ermidas do Sado .....	70
Figura 27 - Volume Armazenado na Albufeira de Morgavel no período de 2011 a 2013.....	70
Figura 28 - Caudais Produzidos na ETA Morgavel.....	71
Figura 29 - Caudais distribuídos em Monte Chãos .....	71
Figura 30 - Distribuição dos volumes recolhidos em função da tipologia de água residual, em 2013 .....	72
Figura 31 - Caudais afluentes à ETAR no período de 2011 a 2013.....	73
Figura 32 - Cumprimento dos parâmetros de descarga .....	74
Figura 33 - Evolução dos Resíduos Recebidos desde 2011 .....	74

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Principais indicadores da AdSA de 2011 a 2013.....	5
Quadro 2 - Lista dos fornecedores que representam mais de 5% do universo dos FSE da empresa .....	15
Quadro 3 - Órgãos Sociais Mandato 1 .....	17
Quadro 4 - Órgãos Sociais Mandato 2 .....	18
Quadro 5 - Remuneração e outros encargos dos membros da Assembleia Geral.....	26
Quadro 6 - Remuneração e outros encargos do Fiscal Único.....	26
Quadro 7 - Remuneração e outros encargos do Conselho de Administração .....	27
Quadro 8 - Encargos com parque automóvel .....	28
Quadro 9 - Distribuição por níveis de habilitação literária e por género .....	31
Quadro 10 - Distribuição do nível etário.....	32
Quadro 11 - Média de Idades .....	32
Quadro 12 - Divulgação da informação de acordo com RCM n.º 49/2007.....	38
Quadro 13 - Montante global, do ano de 2013, discriminado por trimestres .....	40
Quadro 14 - Cumprimentos das orientações legais.....	44
Quadro 15 - Evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores .....	45
Quadro 16 - Dívidas vencidas.....	45
Quadro 17 - Missão, objetivos e princípios gerais de atuação.....	47
Quadro 18 - Estruturas de administração e fiscalização.....	48
Quadro 19 - Remunerações e outros direitos.....	49
Quadro 20 - Prevenção de conflitos de interesse .....	49
Quadro 21 - Rendimentos e ganhos .....	59
Quadro 22 - Gastos.....	60
Quadro 23 - Resultados.....	60
Quadro 24 - Ativo .....	61
Quadro 25 - Capital próprio .....	61
Quadro 26 - Passivo.....	62
Quadro 27 - Pontos de entrega de água para consumo humano e respetivos caudais abastecidos.....	68
Quadro 28 - Valor das Perdas Totais no Subsistema de Água Potável no período de 2011 a 2013.....	68
Quadro 29 - Volumes faturados por área de negócio.....	75
Quadro 30 - Mapa de Indicadores de gestão.....	76
Quadro 31 - Demonstração da posição financeira.....	81

Quadro 32 - Demonstração de Resultados e Rendimentos Integral .....	82
Quadro 33 - Alterações do capital próprio.....	83
Quadro 34 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	84
Quadro 35 - Decomposição de caixa e seus equivalentes.....	85
Quadro 36 - Concessões, prazos e indexantes.....	92
Quadro 37 - Investimento do Contrato de Concessão .....	93
Quadro 38 - Ativos financeiros bancários.....	102
Quadro 39 - Fluxos de caixa contratuais.....	102
Quadro 40 - Instrumentos financeiros por categoria .....	105
Quadro 41 - Ativos fixos tangíveis .....	105
Quadro 42 - Ativos intangíveis.....	106
Quadro 43 - Movimentos de ativos.....	106
Quadro 44 - Investimentos financeiros .....	107
Quadro 45 - Impostos diferidos.....	108
Quadro 46 - Inventários .....	109
Quadro 47 - Clientes .....	109
Quadro 48 - Clientes – municípios.....	110
Quadro 49 - Clientes – municípios – total da dívida.....	110
Quadro 50 - Total da dívida por vencimento dos municípios.....	110
Quadro 51 - Total da dívida por vencimento (outros).....	110
Quadro 52 - Estados e outros entes públicos.....	111
Quadro 53 - Outros ativos correntes .....	111
Quadro 54 - Caixa e bancos.....	112
Quadro 55 - Capital social.....	112
Quadro 56 - Resultado por ação.....	112
Quadro 57 - Movimentos por período do capital social.....	112
Quadro 58 - Provisões.....	113
Quadro 59 - Movimentos por período das provisões .....	113
Quadro 60 - Fornecedores e outros passivos não correntes .....	113
Quadro 61 - Acréscimos de gastos de investimento contratual .....	114
Quadro 62 - Integração de património.....	114
Quadro 63 - Movimentos do período de integração de património .....	114
Quadro 64 - Fornecedores correntes .....	115
Quadro 65 - Outros passivos correntes .....	115

Quadro 66 - Imposto sobre o rendimento.....	115
Quadro 67 - Imposto do exercício.....	116
Quadro 68 - Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto .....	116
Quadro 69 - Vendas.....	117
Quadro 70 - Prestações de serviços .....	117
Quadro 71 - Custo das vendas.....	118
Quadro 72 - Fornecimentos e serviços externos.....	118
Quadro 73 - Gastos com pessoal .....	119
Quadro 74 - Quadro de pessoal.....	119
Quadro 75 - Depreciações, amortizações e reversões do exercício .....	120
Quadro 76 - Provisões e reversões do exercício.....	120
Quadro 77 - Perdas por imparidade e reversões do exercício .....	120
Quadro 78 - Outros gastos operacionais.....	121
Quadro 79 - Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	121
Quadro 80 - Gastos financeiros.....	121
Quadro 81 - Rendimentos financeiros.....	122
Quadro 82 - Transações com entidades relacionadas 2012.....	122
Quadro 83 - Transações com entidades relacionadas 2013.....	122
Quadro 84 - Principais compromissos assumidos .....	123
Quadro 85 - Ações a correr em tribunal.....	124
Quadro 86 - Rendimento garantido.....	125
Quadro 87 - Remuneração em dívida.....	126

# Mensagem do Presidente

No atual contexto que o país atravessa verifica-se, de forma cada vez mais evidente, a necessidade de adotar estratégias empresariais que passem por um controlo de custos apertado e pela crescente melhoria da eficácia e eficiência nos vários processos envolvidos. Esta nova cultura empresarial, que forçosamente impõe uma gestão mais participada mas igualmente de maior responsabilidade e rigor, permitirá capacitar a empresa para dar uma resposta mais satisfatória aos desideratos atuais, mas principalmente prepará-la para um futuro mais exigente e competitivo.

Tendo em consideração esta realidade, a Águas de Santo André, S.A. (AdSA), para além da gestão corrente (operação e manutenção) dos sistemas de abastecimento de água potável e industrial, de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais e de recolha e acondicionamento de resíduos na sua área de intervenção, os concelhos de Santiago do Cacém e Sines e, em particular, a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), desenvolveu em 2013 um conjunto muito vasto de estudos, projetos e empreitadas, alguns dos quais apenas ficarão concluídos em 2014.

Ciente da importância de realizar uma gestão assente em planeamento, devidamente fundamentada e pró-ativa, ao invés de exercer uma gestão casuística e reativa, a AdSA decidiu iniciar a elaboração de Planos Diretores de Abastecimento de Água e de Águas Residuais. Destes planos farão parte integrante planos de investimento físicos e financeiros, com as ações devidamente hierarquizadas de acordo com metodologias de análise de risco e calendarizadas. Outro plano de importância fundamental para o futuro da empresa é Plano de Segurança da Água, uma ferramenta indispensável para as empresas gestoras dos sistemas de abastecimento, com o objetivo de assegurar, com consistência e de forma contínua, um abastecimento seguro, ampliando as possibilidades da empresa em poder reagir atempadamente a potenciais ameaças. Estes planos estão já a ser elaborados em parceria com a Direção de Engenharia da AdP SERVIÇOS, S.A. e estarão concluídos no segundo semestre de 2014.

Também nas áreas da manutenção e gestão de ativos, da eficiência energética, da segurança, da certificação e dos sistemas de informação técnicos se deram, em 2013, passos significativos para, de forma continuada, melhorar os serviços prestados e fomentar uma cultura interna baseada na eficiência e na sustentabilidade.

No âmbito da racionalização operacional e contenção de custos, a AdSA promoveu um conjunto importante de atividades, como sejam, entre outras, a implementação de metodologias de planeamento e controlo de gestão, o abate de 8 viaturas, a rescisão de contratos com 5 colaboradores, a reformulação do processo de compras, incluindo novas metodologias de coordenação e controlo, e a passagem da gestão das redes de comunicações e do parque informático para a Direção de Sistemas de Informação da AdP SERVIÇOS, S.A..

Apraz-nos poder registar a exemplar colaboração de todos os *stakeholders*, em particular, dos clientes, das Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines e demais entidades da Administração Central e Regional.

Todo este trabalho foi realizado tendo em vista a plena satisfação das necessidades dos clientes e a salvaguarda dos ecossistemas e proteção do ambiente, por uma equipa de colaboradores motivados e demonstrando, na sua maioria, uma atitude de adesão à mudança.

Cientes de que em 2013 se deu um contributo positivo para o desempenho da AdSA, não se negligenciando a preparação de instrumentos e ferramentas para o futuro, estamos conscientes de que muito mais haverá a fazer. E se é certo que em 2014 estaremos melhor preparados para desempenhar a nossa missão, estamos igualmente seguros de que novos desafios se colocarão.

Em síntese, o ano de 2013 foi caracterizado por um conjunto de factos relevantes e por um dinamismo da atividade da empresa que só foi possível através do empenho dos seus colaboradores e da confiança e apoio demonstrado pelo acionista bem como da colaboração do Revisor Oficial de Contas que o Conselho de Administração entende dever realçar e que foram determinantes para os resultados alcançados.

*Joaquim Marques Ferreira*

(Presidente do Conselho de Administração)

# A Empresa

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA), é uma sociedade de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, a quem foi atribuída a concessão de gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos de Santo André.

Esta empresa foi constituída por um capital social de € 500.000,00, sendo atualmente de € 1.000.000,00 integralmente realizado e detido a 100 % por Águas de Portugal, SGPS, S.A.

O Contrato de Concessão foi assinado em 27 de dezembro de 2001, em regime de concessão exclusiva por 30 anos, para a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, que serve a ZILS, a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os municípios de Sines e Santiago do Cacém.

## 1. Cadeia de Valor

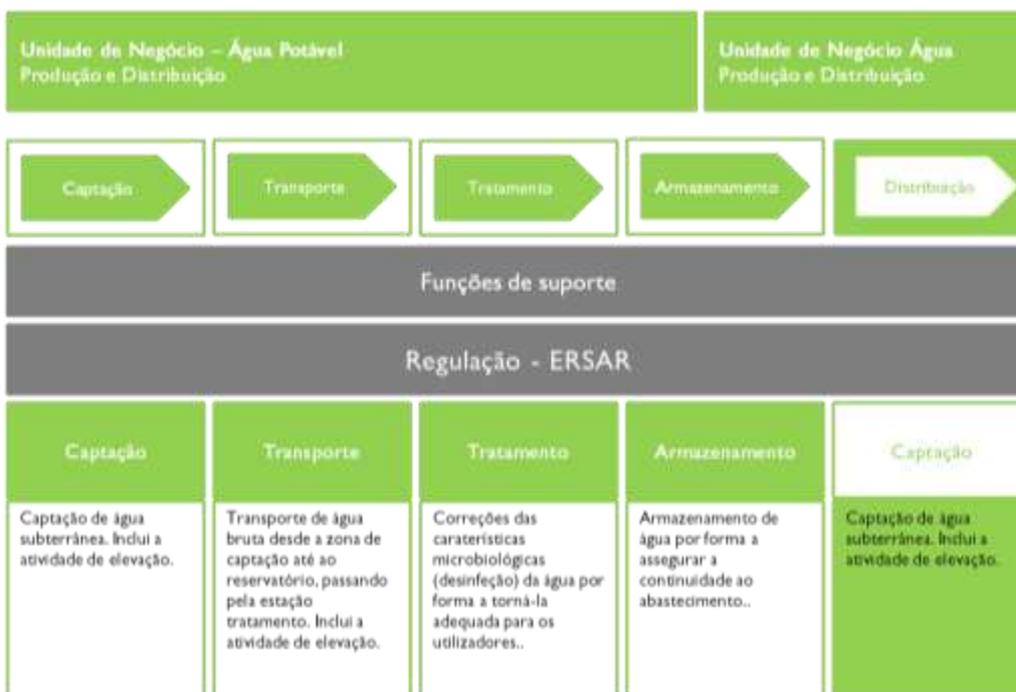


Figura 1 - Cadeia de valor da atividade de produção e distribuição de Água Potável

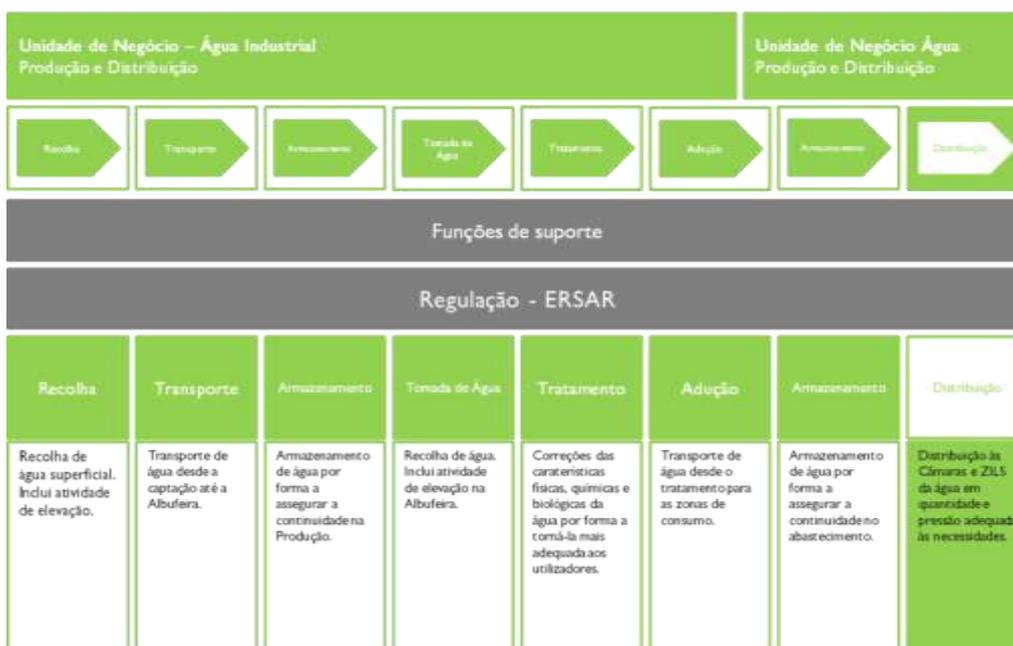


Figura 2 - Cadeia de valor da atividade de produção e distribuição de Água Industrial

### Operação – Água Residual

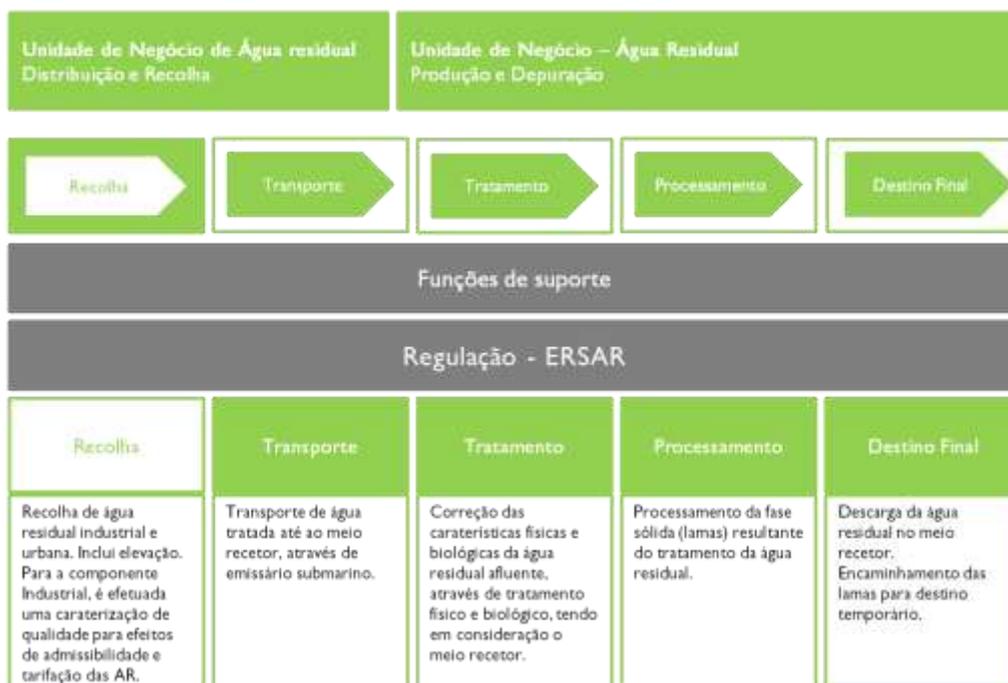


Figura 3 - Cadeia de valor da atividade de recolha e tratamento de Água Residual



Figura 4 - Cadeia de valor da atividade de receção e confinamento de Resíduos Industriais

## 2. Principais Indicadores

Quadro 1- Principais indicadores da AdSA de 2011 a 2013

Síntese de Dados/Indicadores	2011	2012	2013
Capital Social (€)	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Capital Próprio (€)	7.050.268	11.448.140	16.451.042
Ativo Líquido Total (€)	81.181.712	82.115.075	82.079.106
Investimento (€)	7.416.551	2.754.663	1.338.387
Vendas e Serviços Prestados (€)	12.421.855	16.755.974	16.554.805
Resultados Operacionais (€)	6.229.969	8.652.677	7.444.039
Resultados Financeiros (€)	211.877	219.606	360.309
EBIT + Amortizações + Provisões (EBITDA) (€)	13.574.765	13.331.379	12.006.412
Resultados Antes Impostos (€)	6.441.846	8.872.282	7.804.348
Resultado Líquido do Exercício (€)	4.698.183	4.566.228	5.135.909
Números de Colaboradores em 31 de dezembro	71	69	66
<b>Abastecimento de Água</b>			
Número de Clientes	5.610	5.631	5.622
Número de Municípios Abastecidos *	2	2	2
População Residente na Área Abastecida	28.650	28.650	28.650
Acessibilidade Física ao Serviço em Alta (%)	100 %	100 %	100 %
Acessibilidade Física ao Serviço em Baixa (%)	100 %	100 %	100 %
Água Total Fornecida (m <sup>3</sup> )	12.974.599	17.172.559	18.386.828
Água Total Captada (m <sup>3</sup> )	2.979.942	26117650	11.466.605
Capacidade Diária de Tratamento Água Industrial (m <sup>3</sup> )	130.000	130.000	130.000
Capacidade Diária de Tratamento Água Potável (m <sup>3</sup> )	20.000	20.000	20.000
Qualidade da Água para Consumo Humano em Alta (%)	100 %	100 %	100 %
Qualidade da Água para Consumo Humano em Baixa (%)	100 %	100 %	100 %
<b>Tratamento de Água Residual</b>			
Acessibilidade Física ao Serviço (%)	75	100	100
Água Residual Total Tratada (m <sup>3</sup> )	6.018.353	7.340.699	7.810.644
Capacidade Diária de Tratamento de Água Residual (m <sup>3</sup> )	43.000	43.000	43.000
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	78	84	81
<b>Receção de Resíduos Industriais</b>			
Resíduos Não Perigosos Confinados (ton)	1.372	2.683	5.000

\*Servidos parcialmente

## Principais acontecimentos

A situação económica do país e as regras decorrentes da Lei do Orçamento de Estado, associadas à estratégia de reestruturação do setor, foram fatores que influenciaram o decorrer do ano de 2013.

Assistiu-se assim a índices de realização do investimento abaixo dos valores previstos. Nesta matéria, e dando seguimento ao que se passou em anos anteriores, que foram caracterizados pela elaboração de estudos e projetos associados à beneficiação das principais infraestruturas da AdSA, o ano de 2013 fica marcado pela realização de novos estudos e projetos, pela conclusão física de algumas empreitadas e pela preparação da empresa para encarar o futuro de forma sustentável.

Destacam-se de 2013 os seguintes factos e projetos que pela sua importância atual, mas sobretudo pelo impacto que alguns deles podem ter para o futuro da empresa, a preparam para novos desafios e empreendimentos:

1. Em 2013, a AdSA ficou dotada de todos os títulos de licenciamento para o exercício da sua atividade, num total de 6, com a renovação da “Licença de utilização dos recursos hídricos – Rejeição de águas residuais salinas” e a atribuição do “Contrato de concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de água subterrânea do domínio público do estado no sistema aquífero de Sines destinada ao abastecimento público do sistema de abastecimento de Santo André”. Ambos os títulos foram atribuídos pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
2. No início de 2013 arrancou em pleno a Fábrica III da Refinaria de Sines, o que conduziu a um aumento do volume de serviços prestados pela AdSA a este cliente, nomeadamente, um acréscimo de aproximadamente 40 % no fornecimento de água industrial, de 15 % no fornecimento de água para consumo humano e, relativamente à água residual, registou-se um incremento de 15 % no volume de água residual industrial recolhida e um aumento de 84 % do volume de água residual salina recolhida.
3. Em julho de 2013, a AdSA iniciou o fornecimento de água para consumo humano, água industrial e a receção de água residual a um novo utilizador. Esta nova unidade industrial produz biocombustível a partir de resíduos da indústria alimentar e óleos usados estando localizada na ZILS. Por forma a monitorizar os consumos e qualidade dos vários produtos, foi construído junto à fábrica um novo posto de medição e controlo com equipamentos que permitem recolher a informação de quantidade e qualidade necessária. Durante o segundo semestre de 2013 a AdSA forneceu a esta unidade industrial aproximadamente um volume de 22.000 m<sup>3</sup> de água industrial, 1.000 m<sup>3</sup> de água para consumo humano e recolheu 17.000 m<sup>3</sup> de águas residuais industriais.
4. Para além de todos os estudos e projetos naturalmente necessários e prévios ao lançamento das empreitadas apresentadas no ponto seguinte, a AdSA elaborou estudos e projetos, como sejam a reavaliação da solução preconizada para tratamento de odores da ETAR de Ribeira dos Moinhos, encontrando-se neste momento em fase de conclusão o projeto para tratamento dos odores do edifício de lamas e o projeto de reabilitação da caixa de reunião da Barbuda, respetivo tratamento de odores e realização de tratamento preliminar da água residual proveniente de Sines. Iniciou-se e encontra-se em fase de conclusão o projeto de execução da “Caixa de entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos”. Com este projeto pretende-se reabilitar a caixa existente, nomeadamente no que concerne à operacionalização das válvulas de seccionamento, permitindo assim desviar e

encaminhar os caudais afluentes à ETAR de acordo com as necessidades de exploração da instalação. Outro projeto adjudicado, desta feita no que concerne ao abastecimento de água, e que se encontra concluído, diz respeito ao “Desvio das condutas da rotunda de Santo André”.

5. Em 2013 foram lançadas as seguintes empreitadas:
  - **Lançamento da empreitada “Reforço do Abastecimento à ZILS-Fase 2”** – Conclusão do reforço do abastecimento de água industrial à ZILS. Foi lançado o respetivo procedimento de contratação por Concurso Público para execução da empreitada pelo valor de € 3.100.000,00.
  - **Beneficiação da ETA de Morgavel** – Reabilitação estrutural de quatro filtros de areia. Empreitada concluída pelo valor de € 962.000,00.
  - **Reparação do Emissário Submarino da ETAR de Ribeira dos Moinhos** – Projeto de execução concluído. Empreitada em concurso pelo valor de € 300.000,00.
  - **Reformulação dos Circuitos de Média Tensão da ETAR de Ribeira dos Moinhos** – Empreitada concluída pelo valor de € 168.000,00.
  - **Lançamento da empreitada para “Remodelação da Obra de Entrada da Estação Elevatória de Santo André”** – Obra a realizar para melhorar as condições de admissibilidade da água residual urbana proveniente da freguesia de Santo André e encaminhada para a ETAR de Ribeira dos Moinhos. Empreitada em concurso pelo valor de € 150.000,00.
  - **Lançamento da empreitada para “Execução da Obra de Entrada do Emissário de Santiago do Cacém”** – Obra a realizar para melhorar as condições de admissibilidade da água residual urbana proveniente da cidade de Santiago do Cacém encaminhada para a ETAR de Ribeira dos Moinhos e respetivo tratamento de odores. Empreitada em concurso pelo valor de € 220.000,00.
  - **Lançamento da empreitada para a “Remodelação da Obra de Entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos”** – Introdução de novos equipamentos de tratamento preliminar. Empreitada em concurso pelo valor de € 140.000,00.
6. Dando continuidade à resolução do passivo ambiental existente, através da prestação de serviços de Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André, adjudicada ao consórcio EGEO/SISAV/Carmona/Lena Ambiente, foram, desde o início do projeto e até final de 2013, concluídas 9 bacias das 12 existentes, tendo sido retiradas 69.038,60 ton de resíduos (lamas oleosas) e 25.607,18 ton de solos saneados, tendo como destinos finais, respetivamente, os CIRVER SISAV e ECODEAL e o Aterro de Resíduos Não Perigosos da Lena Ambiente II. Este é um projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA), tendo a AdSA recebido, em 2013, o valor global de € 3.655.316,05, dos quais € 2.304.297,85 correspondem a reembolsos do POVT e € 1.351.018,20 a reembolsos do FIA.
7. Ainda em 2013 foi realizado, em parceria com a empresa SISAQUA, um ensaio com recurso a uma unidade piloto de regime sequencial (*Sequential Batch Reactor* – SBR) com o objetivo de avaliar as condições necessárias para garantir a eficiente nitrificação e desnitrificação da água residual, bem como de identificar a eficiência de remoção máxima da Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO) e da Carência Química de Oxigénio (CQO) para lamas de idades elevadas. A unidade piloto foi instalada *in situ*, em paralelo à linha de tratamento da ETAR, para comparação de resultados. A realização dos ensaios permitiu demonstrar que embora a eficiência da unidade piloto SBR tenha

sido maior do que a da ETAR, o efeito de inibição induzido pelos compostos petroquímicos afeta o processo de nitrificação.

8. Na sequência do trabalho iniciado em 2009, em 2012 foi retomado o processo de gestão de ativos, com vista à desagregação do nível de detalhe da informação constante no programa de gestão da manutenção (antigo Máximo e atual Aquaman). Foi aprovado, ainda em 2012, a realização de um trabalho, a desenvolver pela AdP SERVIÇOS, S.A. que visava não só a atualização do levantamento de campo de todos os ativos existentes, bem como a sua valorização, para cumprimento do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, e o desenvolvimento dos planos de manutenção preventiva, incluindo o carregamento no *software* de gestão de manutenção. Este trabalho foi acompanhado por técnicos e operadores da AdSA para internalização do conhecimento adquirido e preparação para a gestão no futuro. Foram também contemplados todos os equipamentos informáticos. Relativamente ao equipamento administrativo não foi feita, até ao momento, a atualização do levantamento realizado em 2009, para não se pôr causa a evolução imediata deste projeto. Contudo, tal levantamento será realizado no decorrer de 2014 de modo a ser reconciliado no final do ano e, deste modo, a empresa ficar com o inventário completo de todos os seus bens, ativos e existências. Assim, em 2013, foi realizado o levantamento de campo de todos os ativos da empresa para as diversas áreas de negócio, foi proposta a revisão da estrutura da contabilidade analítica, com a criação de mais uma área de negócio (água bruta), foram valorizados todos os bens e serão passados a firme todos os investimentos concluídos ou em exploração. Seguidamente será desenvolvido o carregamento dos planos de manutenção preventiva, com o devido acompanhamento e revisão das metodologias de trabalho, e consequente reafecção de meios humanos.
9. Uma vez que toda a estrutura da AdSA está focada no essencial das áreas de negócio, relativamente a outras atividades recorreu-se a prestações de serviço externas, tendo sido identificadas algumas necessidades, como são exemplo, a "Reparação da ponte do decantador primário n.º 1 da ETAR de Ribeira dos Moinhos", a "Manutenção dos Arejadores da ETAR de Ribeira dos Moinhos", a "Prestação de Serviços de Limpezas das Infraestruturas da AdSA", a "Prestação de Serviços de Desmatações Gerais", a "Manutenção dos Espaços Exteriores" e "Reparação dos Pórticos da Águas de Santo André, S.A." e o lançamento de concursos públicos para a realização das campanhas analíticas para os 4 subsistemas operacionais da empresa.
10. É sabido que a gestão dos sistemas de abastecimento e de tratamento de águas residuais se deve basear no conhecimento profundo dos sistemas e do seu funcionamento. Ora, precisamente no sentido sistematizar todos os estudos e toda a imensa informação existente e gerir a empresa de uma forma planeada, devidamente fundamentada e pró-ativa, ao invés de exercer uma gestão casuística e reativa, a AdSA decidiu iniciar a elaboração de Planos Diretores de Abastecimento de Água e de Águas Residuais. Destes planos farão parte integrante planos de investimento físicos e financeiros, com as ações devidamente hierarquizadas de acordo com metodologias de análise de risco, e calendarizadas. Os planos estão a ser elaborados em parceria com a Direção de Engenharia da AdP SERVIÇOS, S.A. e estarão concluídos no segundo semestre de 2014.
11. Outro plano de importância fundamental para o futuro da empresa é o Plano de Segurança da Água. Este plano constitui-se como uma ferramenta emergente para a gestão do risco e indispensável para as empresas gestoras dos sistemas de abastecimento de água, com o objetivo de

assegurar, com consistência e de forma contínua, um abastecimento seguro, ampliando as possibilidades da empresa poder reagir atempadamente a potenciais ameaças. O Plano de Segurança da Água, que de igual forma está a ser elaborado em parceria com a Direção de Engenharia da AdP SERVIÇOS, S.A., estará também concluído no segundo semestre de 2014.

12. A AdSA promoveu uma avaliação das práticas observadas na implementação do procedimento de compras e da sua conformidade com o regime legal aplicável e com as normas e regulamentos internos, tendo-se constatado diversas irregularidades quanto aos procedimentos de contratação pública analisados. Registou-se igualmente, com apreensão, que se tenha concluído pela ausência de planeamento das necessidades da empresa relativamente a prestações de serviços que se afiguram de carácter regular. No sentido de inverter de forma cabal esta situação foi elaborado um guião para o processo de compras, será ministrada formação geral e aprofundada em contratação pública e no processo de compras, incluindo acompanhamento em situação de produção. Será ainda criada uma unidade de compras para efeitos de coordenação e controlo desta importante atividade da empresa.
13. No que concerne à otimização e/ou redução de custos com energia foram realizados vários estudos e auditorias energéticas. Assim, no final de 2013, todas as instalações consumidoras intensivas de energia encontravam-se já com a auditoria e com os devidos planos de acompanhamento elaborados. Adicionalmente foi realizado um estudo para a redução dos custos associados à compensação do fator de potência, o qual concluiu que os investimentos a fazer para as três principais instalações, a saber, captação de Ermidas do Sado, captação de Morgavel e ETAR de Ribeira dos Moinhos, apresentavam prazos de retorno do capital investido inferiores a um ano, com economias anuais estimadas em cerca de € 100.000,00. Por outro lado, foi também realizado um trabalho relativo ao funcionamento da instalação de Ermidas do Sado, o qual conclui que se pode obter uma economia de cerca de € 400,00 por mês, caso o fornecimento de energia elétrica, apenas para efeitos de iluminação, seja realizado através de baixa tensão e não via alta tensão como acontecia até à data. No que respeita ao cumprimento legal dos requisitos de acessos e exploração dos postos de transformação, foi preparado um caderno de encargos para implementação das medidas devidas. Foram ainda aprovadas as propostas apresentadas pela AdP SERVIÇOS, S.A. para a negociação centralizada de energia em Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) e para a "Realização de diagnóstico energético em infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais para efeitos de identificação de *baselines* de consumos de energia".
14. Ainda no âmbito da racionalização operacional e contenção de custos, a AdSA reavaliou a sua frota automóvel, deixou de alugar viaturas e promoveu o abate de outras 8. Com esta medida conseguiu-se garantir uma gestão adequada da frota automóvel e, paralelamente, uma poupança anual estimada em € 32.977,95 em exercícios próximos, o que corresponde a cerca de 16 % dos respetivos gastos. Em todas as demais atividades procuraram-se soluções de otimização que proporcionassem um controlo e, sempre que possível, uma minimização dos custos.
15. Com vista à renovação da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade (NP EN ISO 9001:2008) e Sistema de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2004) iniciou-se todo o trabalho de auditoria interna como preparação para a próxima auditoria oficial da APCER (manutenção do sistema e respetiva renovação da Certificação). Paralelamente, iniciou-se a análise dos processos do negócio, a

reengenharia do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, bem como os processos com vista à Certificação em Segurança e Responsabilidade Social, no sentido de atingir este objetivo em 2014. Pretende-se igualmente no corrente ano englobar os Sistemas de Segurança e de Responsabilidade Social no Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE) e elaborar o sistema de informação para a gestão (indicadores e objetivos dos processos) com as exigências dos requisitos estratégicos da AdSA e com um sistema de avaliação de desempenho.

16. Na sequência da identificação de várias necessidades ao nível dos sistemas informáticos, sentidas há já vários anos, nomeadamente no que concerne à gestão e manutenção de infraestruturas de rede, servidores, postos de trabalho, comunicações, impressoras e outros recursos informáticos, foi solicitado à AdP SERVIÇOS, S.A. o desenvolvimento de uma linha de serviços, que entrou em vigor em finais de 2013. Esta linha de serviços visou, numa primeira fase, a caracterização da situação atual e o desenvolvimento de propostas de correção dos vários problemas identificados, bem como a implementação das medidas consideradas mais urgentes, estando já concluída. Numa segunda fase, a implementar imediatamente a seguir, proceder-se-á à concretização das restantes medidas definidas. A terceira fase compreende a gestão e manutenção de todo o sistema, com níveis de reposição das condições de serviço definidas e dentro de prazos que não comprometam o normal funcionamento da empresa.
17. No que à segurança diz respeito foi realizada a compilação e sistematização do trabalho existente, respetiva atualização, validação, aprovação e implementação de vários procedimentos e instruções de trabalho. Elaboraram-se procedimentos de acesso e controlo de entradas e permanência nas várias instalações operacionais da AdSA, bem como folhetos de situações de risco e comportamentais nas referidas instalações. Foram identificadas necessidades de contratação, quer ao nível do apoio externo, por forma a suprir a falta de recursos internos, bem como cumprimento dos requisitos legais. Foram ainda identificadas outras necessidades de contratação, resultantes do trabalho de campo realizado, como sejam os meios de Manutenção dos Sistemas de Segurança Contra Incêndios.
18. A AdSA durante o ano de 2013 realizou um primeiro diagnóstico das áreas de I&D e inovação e participou na ação promovida pela AdP SERVIÇOS, S.A. com vista à preparação de projetos que poderão ser desenvolvidos a curto e médio prazo. Nesse sentido, encontra-se a analisar a possibilidade de promover projetos de monitorização do meio marinho junto ao emissário submarino e, eventualmente, na monitorização via satélite da zona envolvente ao emissário submarino, em estreita parceria com a AdP SERVIÇOS, S.A. e outras instituições. Encontra-se igualmente a analisar a possibilidade de financiamento comunitário para o desenvolvimento dessas mesmas ações.
19. Em 2013 verificou-se a saída de 5 colaboradores, 3 por rescisão contratual e 2 no âmbito do Programa Voluntário de Rescisões Amigáveis (PVRA).
20. Finalmente em 2013 a AdSA foi distinguida pela Casa de España, Centro Español de Lisboa, como uma das melhores PME do Alentejo, no âmbito da 1ª edição dos Prémios Excelência às Melhores Empresas do Alentejo. Entre as empresas distinguidas, num total de 80 selecionadas, estiveram a Somincor, a Almina, o Porto de Sines, a AdSA, a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos e a Corkart.

A AdSA continua a aguardar a clarificação do seu posicionamento institucional, tendo como enfoque a sua vocação para uma empresa de serviços ambientais para a região.

# A - Governo da Sociedade

## 1. Missão, Objetivos e Políticas

### Missão

Gerir e explorar o Sistema de Santo André, de forma a assegurar o abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento das águas residuais das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na ZILS, relativamente a água potável, água industrial, água residual e resíduos industriais.

### Visão

A VISÃO preconizada para a AdSA considera que, para um cabal cumprimento da sua missão, os fatores de sucesso da sua atividade residem em assumir integralmente:

- a AMBIÇÃO de se pretender, para a empresa e para a região em que intervém, o que já hoje dispõem, em matéria de gestão do ambiente, e, em particular, de gestão de águas residuais industriais, de abastecimento de água industrial e de recolha e acondicionamento de resíduos sólidos, bem como de abastecimento de água potável e recolha e tratamento de águas residuais domésticas, as regiões mais avançadas da Europa; e,
- uma VISÃO DE LONGO PRAZO, por forma a assegurar que as decisões iniciais, para além de resolverem problemas atuais, não comprometem nem condicionam, antes potenciam, as ações e empreendimentos futuros.

Assim, deve a empresa preparar-se para o futuro de forma sólida, com as bases para uma gestão sustentável e proativa, suprimindo várias carências do passado evidenciadas em algumas áreas, como é o caso, entre outras, da falta de planeamento, do incumprimento e inobservância de procedimentos e por uma manifesta falta de controlo e de cultura empresarial.

### Valores

A AdSA assume como valores:

- A satisfação dos clientes, consumidores e público em geral, enquanto fator de reconhecimento da empresa como prestadora de um serviço essencial à população;
- A qualidade ambiental como integrante da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável da região;
- O conhecimento pluridisciplinar, a competência e o profissionalismo como premissas para um bom desempenho da empresa como um todo;
- O desenvolvimento de uma cultura empresarial, apoiada na realização pessoal e profissional dos seus colaboradores, enquanto fator de sucesso para a empresa.

## Objetivos Estratégicos

### Orientações Estratégicas Gerais

A AdSA é uma empresa regulada, sendo sujeita a uma série de orientações estratégicas emanadas superiormente, quer pelo próprio Concedente (o Estado), através de regulamentação legal diversa ou pelo próprio contrato de concessão, quer por diretrizes da AdP, SGPS, S.A., acionista única. As principais orientações estratégicas resultam dos seguintes documentos:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril, que define o enquadramento geral da atuação do setor empresarial do Estado;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, aprova os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado, determinando sobre a contratualização da prestação de serviço público, a qualidade de serviço, a política de recursos humanos e a promoção da igualdade, os encargos com pensões, a política de inovação e sustentabilidade, os sistemas de informação e o controlo de riscos e estabelecendo uma política de compras ecológicas;
- PEAASAR II (2007/2013) – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.

### Orientações Estratégicas Específicas

A AdSA, no quadro da missão e visão antes definidas deverá orientar a sua atividade pelos seguintes objetivos específicos:

- Prosseguir com a execução de políticas públicas e contribuir para alcançar os objetivos nacionais para o setor;
- Zelar pelo cumprimento dos contratos que a obrigam e prestar os serviços nas melhores condições de qualidade e preço, para o que deve promover a melhoria da eficiência económica, ambiental e energética da empresa;
- Dotar a empresa com os títulos autorizativos requeridos na lei;
- Promover, sempre que economicamente sustentada, outras atividades complementares, desde que previamente autorizadas pelo Concedente;
- Adotar medidas, de racionalização e economia de meios, tendentes a aumentar a eficiência na prestação dos serviços concessionados, designadamente, promovendo ganhos de escala;
- Promover políticas tendentes à redução dos prazos médios de recebimento e de pagamento;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira das operações em que está envolvida, promovendo, em conjunto com o acionista, a correção de situações contratuais desajustadas;
- Promover a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes;
- Contribuir no que lhe for solicitado pelo acionista e/ou Concedente para a reorganização do setor do abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos com prioridade para a sustentabilidade económico-financeira das operações nestes domínios e para a melhoria da eficiência na prestação dos serviços;
- Prosseguir a promoção da eficiência, com vista ao agrupamento de sistemas e promoção de soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água, de acordo com as orientações do acionista e/ou Concedente;
- Prosseguir a identificação de soluções que promovam a resolução do défice tarifário, numa ótica de sustentabilidade;

- Contribuir para o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo as soluções de aproveitamento dos ativos e recursos endógenos, de racionalização de consumos energéticos e de redução ou compensação de emissões;
- Promover o desenvolvimento de uma estratégia integrada de I&D, em consonância com os definidos pelo acionista e/ou Concedente para este domínio.

## 2. Regulamentos Internos e Externos

No desenrolar da sua atividade a AdSA tem um conjunto de obrigações que decorrem de disposições legais, contratuais, normativas e outras, nomeadamente:

- Contrato de Concessão entre Governo Português e a AdSA;
- Títulos de utilização de recursos hídricos e do ambiente:
  - ✓ Contrato de concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas ao abastecimento público e à produção de energia hidroelétrica no Sado e albufeira de Morgavel (Nº 1/CSP/SD/2009);
  - ✓ Contrato de concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de água subterrânea do domínio público do estado no sistema aquífero de Sines destinada ao abastecimento público do sistema de abastecimento de Santo André (Nº 1/CSB/SD/2013);
  - ✓ Licença de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais (Nº 081/REJ/RG/2011);
  - ✓ Licença de utilização dos recursos hídricos – Rejeição de águas residuais salinas (Nº L017285.2013.RH6);
  - ✓ Licença ambiental para a instalação do centro integrado de resíduos industriais de Santo André – CITRISA (atual RESIM) (Nº 370/2010);
  - ✓ Alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos (Nº 06/2011/CCDR-Alentejo);
- Regulamentos da atividade de recolha e tratamento de água residual e de resíduos industriais:
  - ✓ Regulamento geral de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do sistema de Santo André (RGESA);
  - ✓ Regulamento de recolha e tratamento de água residual industrial do sistema de Santo André (RARISA);
  - ✓ Regulamento de admissibilidade e deposição de resíduos (RADER).
- Toda a legislação aplicável à atividade;
- Regulamentos próprios ou emanados e adequados da AdP, SGPS, S.A., designadamente:
  - ✓ Manual de avaliação de desempenho;
  - ✓ Manual de acolhimento;
  - ✓ Código de conduta e ética;
  - ✓ Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas;
  - ✓ Regulamento interno de valorização profissional;
  - ✓ Regulamento interno de utilização de viaturas de serviço do Grupo AdP;
  - ✓ Regulamento de carreiras;
  - ✓ Norma complementar ao regulamento interno de valorização profissional;
  - ✓ Política retributiva nas empresas integradas na UNA-PD;

- ✓ Código de conduta Empresas e VIH;
- ✓ Regulamento de atribuição de bolsas de estudo.

### 3. Informação sobre transações relevantes

#### Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2013 ou mais de 5% do universo dos FSE's da empresa.

Quadro 2 - Lista dos fornecedores que representam mais de 5% do universo dos FSE da empresa

Fornecedor	Valor	%
MDS CORRETOR DE SEGUROS, S.A.	260.295,07	6%
AdP SERVIÇOS, S.A.	422.275,41	9%
IBERDROLA GENERACIÓN	567.583,46	12%
EDP COMERCIAL, S.A.	639.764,33	14%
AdP, SGPS, S.A.	641.255,04	14%

O relacionamento das empresas participadas com a unidade de serviços partilhados, a AdP SERVIÇOS, S.A., funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP, SGPS, S.A..

### 4. Modelo de Governo

O modelo de governo da AdSA tem como enquadramento os Estatutos da Sociedade, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, o Estatuto do Gestor Público (EGP) e os Princípios de Bom Governo (PBG) das empresas do Estado, estabelecidos pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, com os quais se pretende assegurar a melhoria e transparência do governo societário, bem como o cumprimento do Código das Sociedades Comerciais.

#### 4.1 Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais, eleitos na Assembleia-Geral de Acionistas realizada no dia 7 de junho de 2013, têm as seguintes competências:

##### Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia-Geral é o órgão que representa o acionista, sendo as suas deliberações vinculativas nos termos da Lei e dos Estatutos. A este órgão competem importantes poderes, como deliberar sobre os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados, a apreciação da administração e fiscalização da sociedade, a alteração dos estatutos, transformação e dissolução da empresa, a emissão de obrigações, o aumento de capital, a eleição dos membros dos órgãos sociais bem como a fixação das remunerações dos Órgãos Sociais.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre o acionista ou outros.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

## O Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos presentes estatutos e pelas deliberações do acionista.

## Composição

Os órgãos sociais da Sociedade apresentam a seguinte composição:

### Mesa da Assembleia-Geral

Presidente - Paulo Manuel Marques Fernandes

Vice-Presidente - AdP, SGPS, S.A.

Secretário - Ana Cristina Rebelo Pereira

### Conselho de Administração

Presidente - Joaquim Marques Ferreira

Vogal Executivo - Manuel Augusto Ruano Lacerda

Vogal Não Executivo - João Manuel da Silva Costa

### Fiscal Único

Nos termos do artigo 24º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da sociedade compete a um revisor oficial de contas ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Ernest & Young, Auditoria & Associados - SROC, S.A. representada por:

Fiscal único efetivo - Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119);

Fiscal único suplente - Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154).

### Comissão de Vencimentos

Presidente - Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria

Vogal - Paulo Jorge Pinto da Silva

Quadro 3 - Órgãos Sociais Mandato 1

<b>Cargo</b>	<b>Órgãos Sociais</b>	<b>Eleição</b>	<b>Mandato I</b>
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>			
Presidente:	Paulo Manuel Marques Fernandes	<b>26-03-2010</b>	<b>2010/2012</b>
Vice-presidente:	Ana Cristina Rebelo Pereira	<b>26-03-2010</b>	<b>2010/2012</b>
Secretário:	Sandra Chambel	<b>26-03-2010</b>	<b>2010/2012</b>
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente não executivo:	Joaquim Marques Ferreira	<b>26-03-2010</b>	<b>2010/2012</b>
Vogal Executivo:	Octávio Romeu dos Santos Almeida	<b>16-04-2010</b>	<b>2010/2012</b>
Vogal não executivo:	João Manuel da Silva Costa	<b>26-03-2010</b>	<b>2010/2012</b>
<b>Fiscal Único</b>			
Efetivo	Ernest & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada pelo: Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC n° 1119) ou Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC n° 896)	<b>26-03-2010</b>	<b>2010/2012</b>
Suplente	Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n° 1154)	<b>26-03-2010</b>	<b>2010/2012</b>
<b>Comissão de Vencimentos</b>			
Presidente:	Pedro Eduardo Passos da Cunha Serra – vago por renúncia	<b>26-03-2010</b>	<b>2010/2012</b>
Vogal:	Paulo Jorge Pinto da Silva	<b>26-03-2010</b>	<b>2010/2012</b>

Quadro 4 - Órgãos Sociais Mandato 2

<b>Cargo</b>	<b>Órgãos Sociais</b>	<b>Eleição</b>	<b>Mandato 2</b>
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>			
Presidente:	Paulo Manuel Marques Fernandes	<b>07-06-2013</b>	<b>2013/2015</b>
Vice-presidente:	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	<b>07-06-2013</b>	<b>2013/2015</b>
Secretário:	Ana Cristina Rebelo Pereira	<b>07-06-2013</b>	<b>2013/2015</b>
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente não executivo:	Joaquim Marques Ferreira	<b>07-06-2013</b>	<b>2013/2015</b>
Vogal Executivo:	Manuel Augusto Ruano Lacerda	<b>18-06-2013</b>	<b>2013/2015</b>
Vogal não executivo:	João Manuel da Silva Costa	<b>07-06-2013</b>	<b>2013/2015</b>
<b>Fiscal Único</b>			
Efetivo	Ernest & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada pelo: Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119)	<b>07-06-2013</b>	<b>2013/2015</b>
Suplente	Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154)	<b>07-06-2013</b>	<b>2013/2015</b>
<b>Comissão de Vencimentos</b>			
Presidente:	Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria	<b>07-06-2013</b>	<b>2013/2015</b>
Vogal:	Paulo Jorge Pinto da Silva	<b>07-06-2013</b>	<b>2013/2015</b>

*Curriculum Vitae* dos Administradores

**Joaquim Marques Ferreira**  
Nasceu na Batalha a 18 de abril de 1954



**Habilitações Académicas**

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa

**Carreira Profissional**

**Atualmente desempenha as seguintes funções:**

Desde 2005 Gestor da Unidade de Águas - Produção e Depuração (UNAPD) da AdP, SGPS e nessa qualidade desempenha funções como Presidente do Conselho de Administração das Empresas Águas do Algarve, Águas de Santo André, Águas Públicas do Alentejo e Simarsul.

**Funções Anteriores:**

- 2002 - 2005 Presidente do Conselho de Administração da EDIA
- 2002 - 2004 Coordenou o Grupo de Trabalho do Projeto da Lei Quadro da Água
- 1999 - 2001 Coordenador dos Planos de Bacias Hidrográficas e Co-Coordenador do Plano Nacional da Água
- 1996 - 1998 Administrador da EDIA
- 1992 - 1995 Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e Presidente da Comissão Nacional da REN
- Em 1972 Técnico na Câmara Municipal de Lisboa  
Desempenhou funções na Secretaria de Estado do Orçamento e na Secretaria de Estado do Ambiente



**Manuel Augusto Ruano Lacerda**  
Nasceu em Espinho a 28 de abril de 1958

#### Habilitações académicas

- 1988 Master of Science (M.Sc.) em Agricultural Engineering, opção em Drainage and Land Reclamation Engineering, no Silsoe College, Cranfield University, Inglaterra
- 1985 Licenciatura em Engenharia Agrícola, na Universidade de Évora

#### Carreira profissional

Atualmente desempenha as seguintes funções:

Administrador Executivo da AdSA - Águas de Santo André, S.A., desde junho de 2013

Membro do Conselho Consultivo da IST-Ambiente - Plataforma de Ciências e Engenharia do Ambiente do Instituto Superior Técnico

Vogal do Conselho Fiscal da EpDAH - Engenharia para o Desenvolvimento e Assistência Humanitária

Funções anteriores:

- 2012 - 2013 Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
- 2008 - 2012 Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.
- 2007 - 2008 Presidente da Comissão Instaladora da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.
- Desde 2007 Técnico Sénior da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.
- 2004 - 2007 Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, E.M.
- 2000 - 2004 Vice-Presidente do Instituto da Água
- 1998 - 2000 Vice-Presidente do Serviço Nacional de Proteção Civil
- 1993 - 1998 Diretor de Serviços de Recursos Hídricos do Instituto da Água
- 1992 - 1993 Diretor de Serviços de Hidrologia da Direcção-Geral dos Recursos Naturais
- 1991 - 1992 Chefe de Divisão de Estudos Hidrológicos da Direcção-Geral dos Recursos Naturais
- 1985 - 1996 Assistente e Assistente Estagiário do Departamento de Engenharia Rural da Universidade de Évora



**João Manuel da Silva Costa**  
Nasceu em Lisboa a 13 de agosto de 1954

### Habilitações Académicas

- 1984 Pós-graduação em Hidráulica e Recursos Hídricos no Instituto Superior Técnico  
1980 Licenciatura em Engenharia Civil, opção Hidráulica no Instituto Superior Técnico

### Carreira Profissional

#### Atualmente desempenha as seguintes funções:

Administrador Executivo da Águas Públicas do Alentejo, S.A.

#### Funções Anteriores:

- 2007 - 2010 Administrador Executivo da Águas de Santo André, S.A.  
2006 - 2007 Administrador Executivo da Águas do Norte Alentejano, S.A.  
2004 - 2006 Administrador Executivo da Águas de Santo André, S.A.  
2002 - 2004 Presidente do Instituto da Conservação da Natureza  
2002 Chefe do Gabinete do secretário de Estado do Ambiente  
1998 - 2001 Diretor de Projeto da FBO Consultores na área de Recursos Hídricos e Ambiente  
1992 - 1996 Diretor Regional de Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo  
1990 - 1992 Perito destacado da DGXI da Comissão das Comunidades Europeias em Bruxelas como especialista em Recursos Hídricos  
1986 - 1990 Diretor de Serviços do Centro de Investigação do Ambiente da Direção Geral da Qualidade do Ambiente  
1984 - 1990 Professor Adjunto da Academia Militar  
1980 - 1986 Assistente do Instituto Superior Técnico

## 4.2 Estrutura Organizacional

Com o objetivo de assegurar a estrutura adequada ao desempenho da sua missão, a AdSA é constituída pelo Conselho de Administração, pelas direções funcionais e por órgãos de *staff*.

No Conselho de Administração da AdSA têm assento o Presidente, um vogal executivo, um vogal não executivo.

O Conselho de Administração, salvo impedimento devidamente justificado, reúne mensalmente ou sempre que convocado pelo Presidente, nos termos do contrato da sociedade.

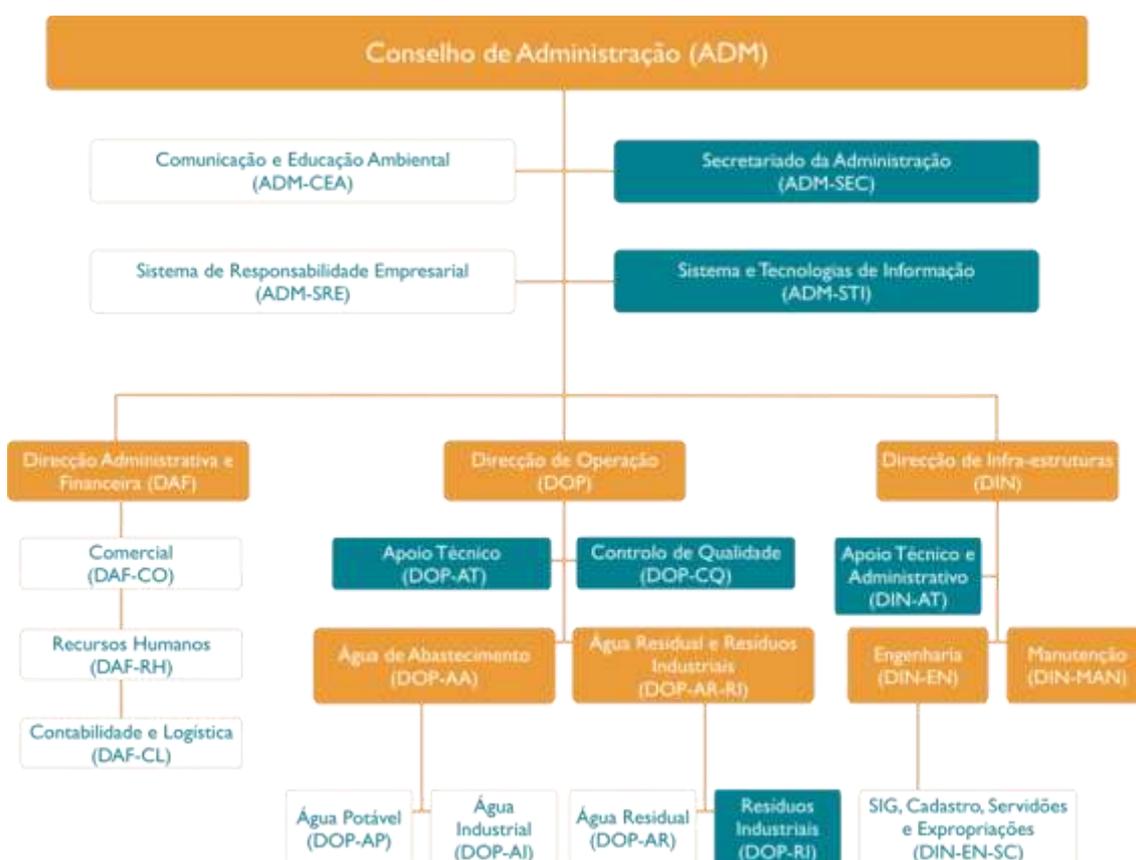


Figura 5 - Organograma da AdSA

A missão e atribuições da responsabilidade de cada uma das direções que compõem a AdSA, resumem-se da seguinte forma:

### Direção Administrativa e Financeira

A Direção Administrativa e Financeira é responsável pelo planeamento, gestão e controlo das áreas de Recursos Humanos, Comercial, Gestão Financeira e Contabilidade.

### Atribuições

- Assegurar a informação e os meios para o controlo de gestão da empresa.
- Assegurar a elaboração do orçamento, propor a sua aprovação e acompanhar a sua execução, com elaboração dos necessários relatórios, de forma a identificar e analisar desvios e contribuir para as decisões de gestão e o cumprimento dos objetivos.

- Assegurar o acompanhamento, no plano económico-financeiro, do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) da empresa e dos estudos e análises necessários para a sua aplicação e evolução.
- Controlar a preparação e disponibilização atempada de informação de gestão sobre a empresa e o seu reporte interno e externo atempados.
- Assegurar a realização das operações e procedimentos relativos à contabilidade, garantindo a correta aplicação dos princípios contabilísticos e o cumprimento das correspondentes normas legais.
- Assegurar a gestão da tesouraria, gerindo linhas de crédito e aplicações financeiras.
- Garantir a correta aplicação e a atualização das tarifas para o fornecimento de água, recolha e tratamento de água residual e receção de resíduos industriais, no âmbito do contrato de concessão.
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos do Sistema de Responsabilidade Empresarial e contribuir para a sua revisão e atualização.
- Assegurar a gestão administrativa da empresa, nas suas diversas vertentes, designadamente, instalações, frota automóvel e seguros.
- Assegurar a faturação a clientes e acompanhamento da dívida de clientes.
- Assegurar o cumprimento das obrigações fiscais da empresa.
- Controlar a despesa e instruções de pedidos de pagamento a fundos comunitários com a colaboração dos demais serviços da empresa.
- Colaborar com a Administração e os outros serviços na contratação e gestão dos Recursos Humanos da empresa.
- Colaborar ativamente no cadastro de infraestruturas e equipamentos da empresa e no processo de gestão de ativos.
- Colaborar ativamente com os diversos serviços da empresa em áreas não antes explicitadas.

### **Direção de Operação**

A Direção de Operação é responsável pelo planeamento e gestão da atividade de Operação dos subsistemas de abastecimento e distribuição de água, recolha, tratamento e rejeição de água residual e confinamento de resíduos industriais.

### **Atribuições**

- Assegurar o controlo dos processos de captação, adução, tratamento e distribuição de água para consumo humano e industrial, assegurar a recolha, tratamento e rejeição da água residual industrial e urbana, assegurar a recolha e rejeição de água residual salina e assegurar o confinamento de resíduos industriais, em função da procura existente, das melhores tecnologias disponíveis e das exigências dos normativos aplicáveis, visando a rentabilidade da empresa, a prestação de um serviço de elevada qualidade e a sustentabilidade ambiental.
- Coordenar a gestão dos laboratórios interno e dos externos no que se refere à realização das análises necessárias ao cumprimento dos planos de monitorização dos vários subsistemas da AdSA.
- Assegurar o relacionamento com os clientes, sobre a qualidade dos vários serviços prestados e operacionalidade dos subsistemas, através de contactos periódicos.
- Assegurar a monitorização e a vigilância do funcionamento dos subsistemas, a interlocução com os clientes em situação anómala e o reporte regular das ocorrências aos diversos serviços da empresa.
- Assegurar a observação do bom estado de funcionamento e conservação das instalações e equipamentos, bem como o cumprimento de ações de manutenção preventiva de nível 1, e articular com a área de Manutenção outras necessidades de intervenção.

- Assegurar a recolha e tratamento atempados de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade de Operação bem como o seu reporte interno e externo conforme estipulado.
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos do Sistema de Responsabilidade Empresarial e contribuir para a sua revisão e atualização.
- Garantir a verificação e registo dos volumes a faturar aos clientes e o seu reporte à DAF;
- Assegurar o controlo de acessos às instalações dos subsistemas, garantindo todos os preceitos que constam dos procedimentos de segurança e prevenção de riscos.
- Assegurar a elaboração dos planos de operação para as diferentes instalações da empresa.
- Colaborar ativamente na elaboração dos planos diretores de abastecimento de água e de águas residuais, no Plano de Segurança da Água, e nos planos de contingência ambiental.
- Colaborar ativamente na elaboração dos planos de manutenção para as diferentes instalações e equipamentos da empresa.
- Colaborar ativamente no cadastro de infraestruturas e equipamentos da empresa e no processo de gestão de ativos.
- Colaborar ativamente no processo de verificação da análise funcional de instalações e equipamentos.
- Colaborar na elaboração do orçamento da empresa.
- Colaborar no acompanhamento, no plano económico-financeiro, do EVEF da empresa e dos estudos e análises necessários para a sua aplicação e evolução.
- Colaborar ativamente com os diversos serviços da empresa em áreas não antes explicitadas.

### **Direção de Infraestruturas**

A Direção de Infraestruturas é responsável pela elaboração dos planos de investimento e dos planos técnicos, pela elaboração de cadastros e sistemas de informação, pela realização de estudos e projetos, pelo lançamento de empreitadas, pela área de manutenção e pelos aprovisionamentos.

### **Atribuições**

- Assegurar a elaboração dos planos diretores de abastecimento de água e de águas residuais, do Plano de Segurança da Água, dos planos de monitorização e dos planos contingência ambiental.
- Assegurar a elaboração dos planos de manutenção para as diferentes instalações e equipamentos da empresa.
- Assegurar a elaboração dos Planos de Investimento em colaboração com os serviços da empresa.
- Assegurar a realização dos investimentos da empresa,
- Assegurar o acompanhamento da execução de estudos e projetos da empresa;
- Proceder às diligências adequadas para obtenção de licenciamentos necessários para a realização dos investimentos.
- Assegurar a gestão das empreitadas, em termos de prazos, custos e qualidade, garantindo o cumprimento dos objetivos.
- Assegurar a realização das inspeções/vistorias para o efeito das receções provisórias, gestão de garantia de empreitada até à receção definitiva;
- Assegurar a recolha e tratamento atempados de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade da Direção bem como o seu reporte interno e externo conforme estipulado.
- Assegurar a elaboração do cadastro de infraestruturas e equipamentos da empresa e no processo de gestão de ativos.
- Assegurar o processo de verificação da análise funcional de instalações e equipamentos.

- Apresentar propostas para melhorar a eficácia e eficiência das instalações e equipamentos da empresa.
- Assegurar a realização de processos de expropriação e constituição de servidões de prédios necessários para a concretização dos objetivos da empresa e proceder às diligências necessárias para a sua aquisição ou oneração, bem como ao correspondente registo predial.
- Assegurar o planeamento, orçamentação e execução da manutenção dos equipamentos e infraestruturas da empresa.
- Assegurar a realização atempada de ações de manutenção preventiva, corretiva e condicionada de equipamentos e as limpezas e desobstruções de infraestruturas, de forma a garantir a otimização da sua exploração.
- Assegurar a monitorização dos consumos energéticos e propor medidas visando a sua racionalização e redução de custos.
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos do Sistema de Responsabilidade Empresarial e contribuir para a sua revisão e atualização.
- Colaborar ativamente na elaboração dos planos de operação para as diferentes instalações da empresa.
- Colaborar na elaboração do orçamento da empresa.
- Colaborar no acompanhamento, no plano económico-financeiro, do EVEF da empresa e dos estudos e análises necessários para a sua aplicação e evolução.
- Colaborar ativamente com os diversos serviços da empresa em áreas não antes explicitadas.

## Relações com Partes Interessadas

A AdSA cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, Concedente, acionista, entidades licenciadoras, reguladoras, fiscalizadoras, parceiros institucionais, empresas do grupo Águas de Portugal, comunidade, fornecedores, clientes e colaboradores.

A AdSA tem procedido ao cumprimento das suas obrigações de reporte e tem solicitado as autorizações e aprovações necessárias previstas no seu Contrato de Concessão, quer em relação ao Concedente, quer em relação à ERSAR, tendo recebido uma profícua colaboração daquelas instâncias.

O acionista tem procedido a um cuidado acompanhamento da gestão da empresa, tendo as relações de reporte assentado na própria relação dos administradores com o seu acionista.

A colaboração dos Municípios permitiu também dar passos essenciais em algumas questões institucionais de relacionamento, com potenciais resultados positivos na resolução de problemas que ainda persistem.

É da mais elementar justiça reconhecer o desempenho dos colaboradores da empresa, que têm sabido dar o melhor de si para o exigente desempenho e esforço a que a atual situação da empresa obriga.

A complexidade própria da fase de desenvolvimento em que a AdSA se encontra, com permanentes desafios, novos e maiores, precisa desta colaboração empenhada.

A AdSA, consciente da importância do diálogo com as partes interessadas, tem estruturado ao longo da sua atividade vários processos na área da comunicação, para além dos já previstos na legislação, com o objetivo de estabelecer uma relação de transparência e confiança com o universo de *stakeholders*.

Em 2014, a AdSA irá constituir uma comissão de acompanhamento permanente para estabelecer um diálogo profícuo com todos os *stakeholders*, espaço esse, de participação e corresponsabilização, em que serão apresentados e discutidos todos os projetos da empresa.

A AdSA avalia anualmente, através de um questionário de satisfação e de reuniões presenciais, a satisfação dos seus clientes no que se refere ao serviço prestado, para além do acompanhamento contínuo em

reuniões periódicas com os diversos serviços da empresa e do acompanhamento e resposta às reclamações e pedidos de informação provenientes dos seus clientes, sempre com o fim de identificar eventuais ações corretivas e preventivas.

Tudo isto com o objetivo de uma melhoria dos processos de comunicação existentes, no sentido de uma, cada vez maior e melhor, integração dos *stakeholders* com a atividade da AdSA.

## 5. Remunerações e Outros Encargos

### Mesa de Assembleia

Quadro 5 - Remuneração e outros encargos dos membros da Assembleia Geral

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral Mandato I	2013		
	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	425	319	213
Redução remuneratória*			
Remuneração anual efetiva			

\* Decorrente da Lei n.º 66-B/2012

### Órgãos de Fiscalização

Quadro 6 - Remuneração e outros encargos do Fiscal Único

Unid: €

Fiscal Único	2012	2013
Remuneração anual auferida	10.000	10.000
Redução remuneratória*	1.500	1.500
Remuneração anual efetiva	8.500	8.500

\* Decorrente da Lei n.º 66-B/2012

## Conselho de Administração

Quadro 7 - Remuneração e outros encargos do Conselho de Administração

	Unid: €		
	<b>Presidente Não Executivo</b>	<b>Vogal Executivo</b>	<b>Vogal Não Executivo</b>
<b>Mandato</b>	<b>2013-2015</b>	<b>2013-2015</b>	<b>2013-2015</b>
<b>Adaptado ao EGP (Sim/Não)</b>			
<b>Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)</b>	<b>13.700,26 €</b>	<b>78.840,27 €</b>	<b>10.960,21 €</b>
<b>OPRLO</b>		Não	
<b>Entidade de Origem (identificar)</b>			
<b>Entidade pagadora (origem/Destino)</b>			
I.1.Remuneração Anual	16.023,70 €	51.275,84 €	12.818,96 €
I.2.Despesas de Representação (Anual)		17.580,29 €	
I.3.Senha de presença (Valor Anual)			
I.4.Redução decorrente da Lei 66-B/2012	801,19 €	3.442,81 €	640,95 €
I.5.Redução decorrente da Lei 66-B/2012	1.522,25 €	6.541,33 €	1.217,80 €
I.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0,00 €	0,00 €	0,00 €
I.7.Reduções de anos anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)</b>	<b>13.700,26 €</b>	<b>78.840,27 €</b>	<b>10.960,21 €</b>
2. Remuneração variável	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4.Outras (identificar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de deslocação	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de refeição	0,00 €	1.397,40 €	0,00 €
<b>Encargos com benefícios sociais</b>			
Regime de Proteção - Social Seg.Social	0,00 €	13.674,48 €	0,00 €
Seguros de saúde	0,00 €	715,70 €	0,00 €
Seguros de vida	0,00 €	633,15 €	0,00 €
Seguro de Acidentes Pessoais	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros (Ac.Trabalho)	0,00 €	588,72 €	0,00 €
<b>Acumulação de Funções de Gestão (S/N)</b>			
Entidade (identificar)	NA	NA	NA
Remuneração Anual	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Quadro 8 - Encargos com parque automóvel

<b>Parque Automóvel</b>	<b>Presidente Não Executivo</b>	<b>Vogal Executivo</b>	<b>Vogal Não Executivo</b>
<b>Mandato</b>	<b>2013-2015</b>	<b>2013-2015</b>	<b>2013-2015</b>
<b>Modalidade de Utilização</b>			
Valor de referência da viatura nova	0,00 €	32.212,00 €	0,00 €
Ano Início	0	2010	0
Ano Termo	0	2013	0
N.º prestações (se aplicável)	0	36	0
Valor Residual	NA	NA	NA
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	0,00 €	8.136,00 €	0,00 €
Combustível gasto com a viatura *(1)	0,00 €	4.765,57 €	0,00 €
Plafond anual Combustível atribuído *(2)	0	3600/Litros	0
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	0,00 €	4.706,72 €	0,00 €
Limite definido conforme Art.º 33 do GP (Sim/Não)			

(\*) diferencial entre (1) e (2) relativo a deslocações profissionais

## 6. Análise de Sustentabilidade

### Política de Responsabilidade Empresarial

Em harmonia com a Missão de que está incumbida e a Visão que delineou, ou seja, de forma plenamente alinhada com a estratégia da empresa, e consciente do papel fundamental que desempenha no desenvolvimento da região onde se insere, a AdSA concebe, implementa, mantém e revê o seu Sistema de Responsabilidade Empresarial como motor perseverante da melhoria contínua do seu desempenho, assente na defesa dos seguintes valores:

- A satisfação dos clientes, consumidores e público em geral, enquanto fator de reconhecimento da empresa como prestadora de um serviço essencial à população;
- A qualidade ambiental como integrante da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável da região;
- O conhecimento pluridisciplinar, a competência e o profissionalismo como premissas para um bom desempenho da empresa como um todo;
- O desenvolvimento de uma cultura empresarial, apoiada na realização pessoal e profissional dos seus colaboradores, enquanto fator de sucesso para a empresa.

Consistentemente com a defesa destes valores, a Administração da AdSA assume os seguintes compromissos:

- Promover e satisfazer os interesses dos clientes e demais Partes Interessadas, nos termos do Contrato de Concessão e outros contratos aplicáveis;
- Estabelecer e rever os objetivos da Qualidade e Ambiente, adequados à natureza das atividades, produtos e serviços da empresa, atuando sempre de forma a prevenir a poluição ambiental;
- Estabelecer e rever os objetivos da Segurança adequados à natureza e à escala dos perigos e riscos associados às atividades da empresa, atuando sempre de forma a prever lesões, ferimentos e danos para a saúde, através da implementação de medidas coletivas e individuais;

- Disponibilizar os Recursos Humanos e Técnicos necessários ao cumprimento dos objetivos da AdSA e proporcionar-lhes uma formação regular e adequada ao desempenho das funções que lhe são atribuídas;
- Promover a segurança, bem-estar e satisfação dos colaboradores da empresa em todos os aspetos profissionais e humanos;
- Procurar a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento dos requisitos legais ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;
- Sensibilizar os fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para a adesão aos requisitos da Responsabilidade Empresarial da AdSA;
- Orientar as suas práticas de gestão pelo princípio da Melhoria Contínua, e para o cumprimento dos requisitos normativos adotados, com persistente empenho na melhoria de eficácia do Sistema de Responsabilidade Empresarial.

## Sistema de Responsabilidade Empresarial

Em maio de 2013 realizou-se a segunda auditoria de acompanhamento da Certificação do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE) implementado nas vertentes de Qualidade e Ambiente, certificado em 2011, pela APCER. Na sequência desta auditoria, como habitualmente, foi elaborado um plano de ações corretivas com a análise de causas e ações de controlo propostas para sanar as não conformidades identificadas, plano esse que foi remetido à APCER em junho, seguindo-se por parte da coordenação do SRE o acompanhamento no fecho progressivo das várias ações em curso.

No dia 3 de dezembro de 2013, a AdSA recebeu da APCER a decisão favorável à manutenção da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente.

No que respeita à área da Segurança e Higiene do Trabalho, a AdSA executou vários levantamentos de perigos e avaliações de risco associadas às tarefas executadas pelos seus colaboradores.

A AdSA adotou uma metodologia da qual resultaram matrizes de riscos (IPAR) para cada instalação da empresa, nomeadamente para a ETA de Morgavel, para o Centro Operacional de Santo André, para a estação elevatória de Ermidas do Sado, para a ETAR de Ribeira dos Moinhos, e para as tarefas específicas realizadas pela manutenção.

Pela análise aos resultados das IPAR, foram detetadas diversas oportunidades de melhoria no que diz respeito aos procedimentos e métodos de realização de algumas atividades.

Foram elaborados e revistos 5 Procedimentos e 17 instruções de trabalho, associados aos trabalhos de risco elevado, tais como, escavações, trabalhos em altura, trabalhos em espaços confinados, utilização dos meios de resgate disponíveis na AdSA, utilização dos detetores de gases, utilização de plataformas elevatórias, móveis ou fixas, entre outros.

Outra inovação ao nível do Sistema Operacional da Segurança, foi implementação de procedimentos de acesso e controlo de entradas e permanência nas várias instalações operacionais da AdSA, bem como elaborados folhetos informativo de situações de risco e comportamentais nas referidas instalações.

Paralelamente a estas atividades foi realizada uma caracterização dos sistemas de combate a incêndio, através da qual foi possível identificar as necessidades de melhoria com vista ao cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis.

## 7. Gestão do Capital Humano

Os colaboradores da AdSA são um fator decisivo para o sucesso da empresa. É por este motivo que se continua a apostar em políticas e práticas de gestão de recursos humanos que promovam a aquisição das competências necessárias à realização dos seus objetivos estratégicos e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

## Gestão do Desempenho

O Processo de Avaliação de Desempenho é aplicável a todos os colaboradores da empresa e tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento do desempenho destes com a estratégia e os objetivos da empresa.

Este processo visa a implementação de planos de desenvolvimento ajustados às necessidades de cada colaborador e na promoção da excelência através da melhoria contínua.

## Formação e Desenvolvimento

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na estratégia do Grupo, a AdSA entende que é fundamental dotar os seus colaboradores com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o aumento dos níveis de eficácia e dos resultados obtidos.

Anualmente é elaborado um plano de formação que visa dar resposta às necessidades formativas identificadas.

Em 2013, o número total de horas de formação foi de 1.798, envolvendo 62 participantes, incluindo colaboradores, estagiários e prestadores de serviço, representando uma média de 29,0 horas de formação por colaborador.

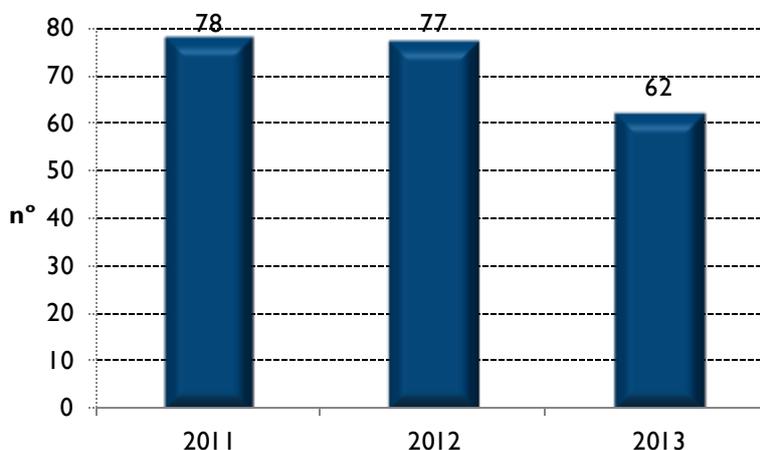


Figura 6 - Número de colaboradores com formação no período de 2011 a 2013

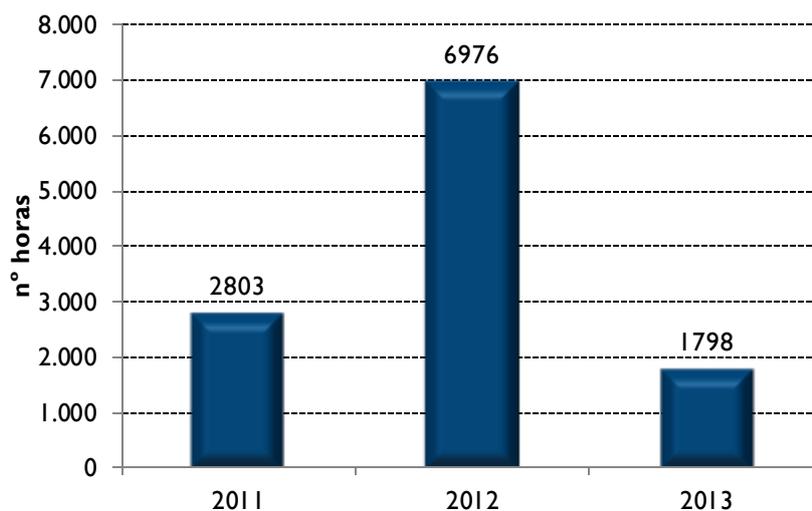


Figura 7 - Horas de formação ministradas no período de 2011 a 2013

## Caracterização dos Recursos Humanos da Empresa a 31 de dezembro de 2013

Em 31 de dezembro de 2013, a empresa contava com 67 colaboradores, dos quais 24 % têm habilitações ao nível do ensino superior.

No quadro e figura seguintes apresenta-se a distribuição dos colaboradores da AdSA por nível de habilitação literária e por género.

Quadro 9 - Distribuição por níveis de habilitação literária e por género

Nível de Habilitação	Homens	Mulheres	Total
S/Habilitação	0	1	1
1º Ciclo	2	0	2
2º Ciclo	1	0	1
3º Ciclo	16	1	17
Ensino Secundário	23	7	30
Ensino Superior	5	6	11
Pós-Graduações	1	4	5
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>19</b>	<b>67</b>

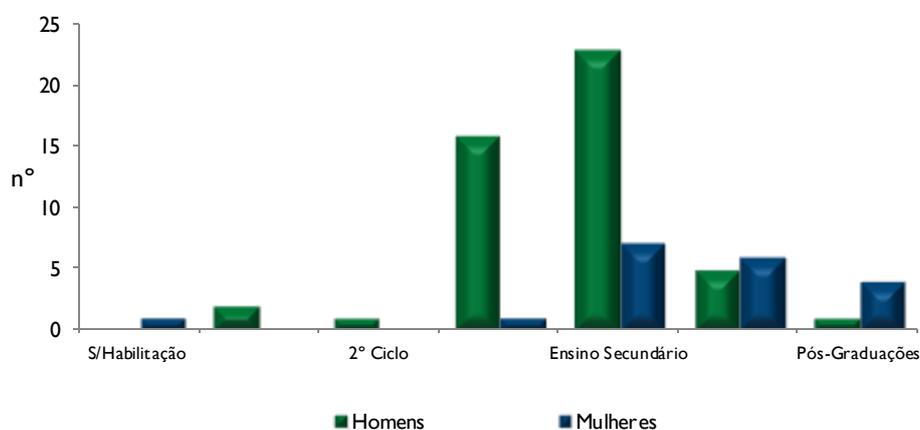


Figura 8 - Distribuição por níveis de habilitação e por género

No final de 2013 as idades dos colaboradores variavam entre os 23 e os 63 anos de idade, sendo a média das idades de 39 anos, conforme se pode verificar no quadro e figuras seguintes.

Quadro 10 - Distribuição do nível etário

<b>Distribuição por Nível Etário</b>			
<b>Nível Etário</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
18 - 24 anos	2	0	2
25 - 29 anos	5	1	6
30 - 34 anos	10	3	13
35 - 39 anos	15	8	23
40 - 44 anos	6	2	8
45 - 49 anos	5	1	6
50 - 54 anos	1	2	3
55 - 59 anos	3	1	4
Acima dos 59 anos	1	1	2
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>19</b>	<b>67</b>
<b>Média Etária</b>			<b>39</b>

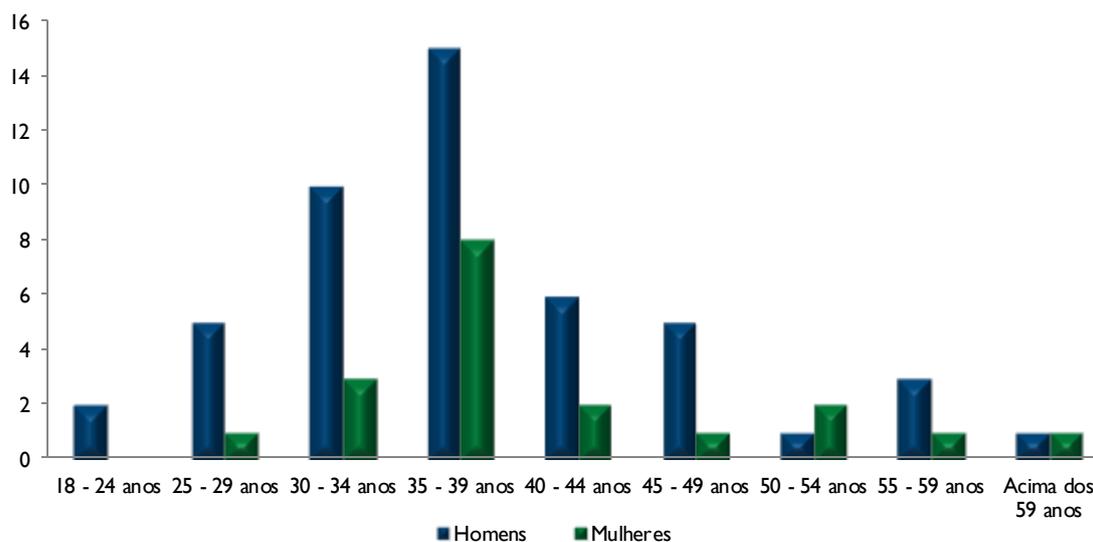


Figura 9 - Distribuição do nível etário

Quadro 11 - Média de Idades

	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Média de Idades</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>39</b>

A figura seguinte mostra a evolução do vínculo Laboral dos colaboradores da AdSA nos últimos 3 anos.

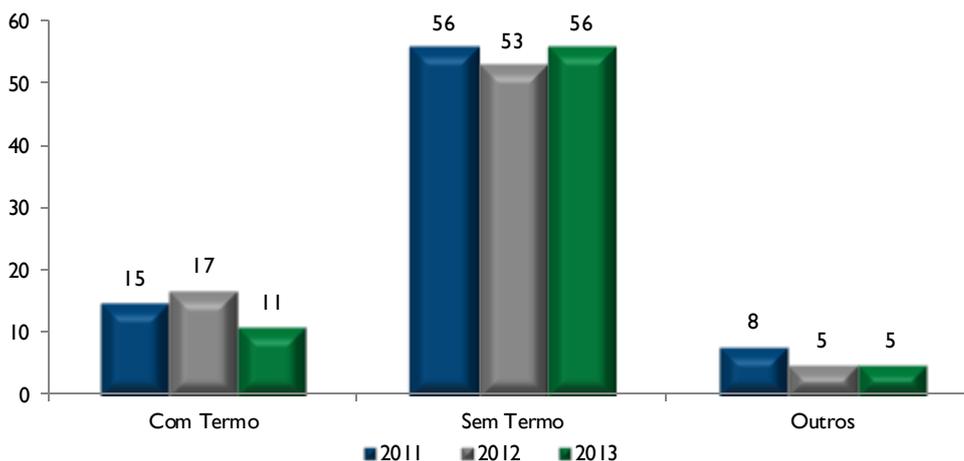


Figura 10 - Evolução do vínculo laboral

## 8. I&D e Inovação

### Projetos

A AdSA durante o ano de 2013 participou na ação promovida pela AdP SERVIÇOS, S.A, tendo nessa sequência realizado um primeiro diagnóstico de áreas de I&D e inovação que poderão e deverão ser desenvolvidas nos próximos tempos. Nessa sequência, encontra-se a analisar a possibilidade de concorrer a alguns fundos comunitários para o desenvolvimento dessas mesmas ações, nomeadamente no que concerne à monitorização do meio marinho junto ao emissário submarino, através da colocação de uma sonda para monitorização de alguns parâmetros físico-químicos e eventualmente, na monitorização, via satélite, da zona envolvente ao emissário submarino.

Em 2013 foi concluído, em parceria com a empresa SISAQUA, um ensaio com recurso a uma unidade piloto de regime sequencial (Sequential Batch Reactor – SBR) com o objetivo de avaliar as condições necessárias para garantir a eficiente nitrificação e desnitrificação da água residual, bem como de identificar a eficiência de remoção máxima da Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO) e da Carência Química de Oxigénio (CQO) para lamas de idades elevadas. A unidade piloto foi instalada *in situ*, em paralelo à linha de tratamento da ETAR de Ribeira dos Moinhos, para comparação de resultados. A realização dos ensaios permitiu demonstrar que embora a eficiência da unidade piloto SBR tenha sido maior do que a da ETAR, o efeito de inibição induzido pelos compostos petroquímicos afeta o processo de nitrificação.

Em continuidade do trabalho anteriormente desenvolvido com a equipa do IST-MARETEC, iniciado em 2007, com uma segunda fase desenvolvida no ano de 2011, realizou-se em fevereiro de 2013 a última campanha de monitorização do “Programa de Monitorização do Ambiente Marinho junto e na envolvente mais afastada do Emissário Submarino de Sines”.

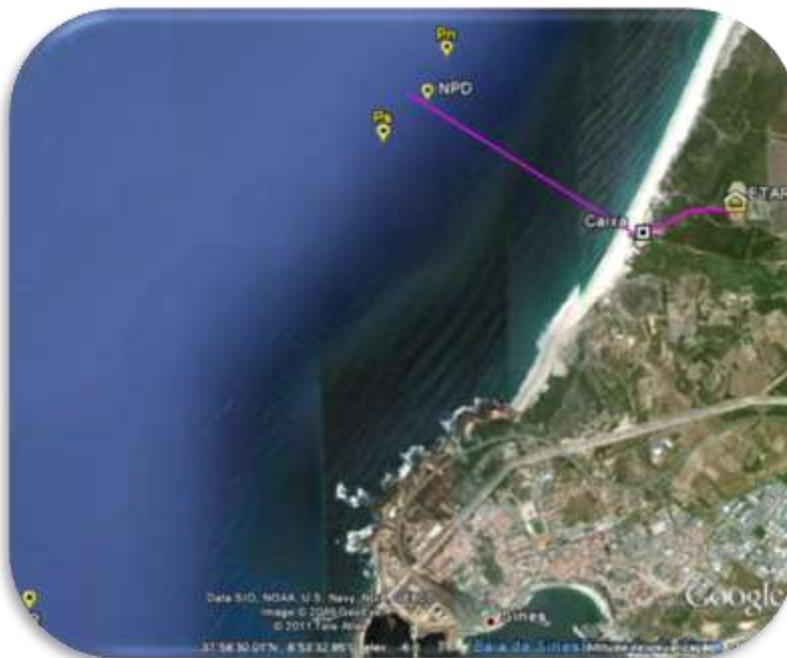


Figura 11 - Localização das estações de amostragem

O programa de trabalhos estabelecido para esta fase do programa de monitorização foi cumprido com sucesso.

Os resultados da monitorização mostram que as condições do meio recetor durante o período de estudo, mantêm padrões de variabilidade espacial e temporal típicos destas zonas costeiras e sem evidências de influência antropogénica.

## 9. Código de Ética

O Grupo AdP acredita que a concretização dos seus interesses de longo prazo no desempenho da missão que lhe foi cometida pelo Estado Português está necessariamente alicerçada no estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética.

O Código de Conduta e Ética do Grupo AdP vem expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as empresas do Grupo nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das empresas do Grupo AdP e dos seus colaboradores.

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de um grupo empresarial que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos colaboradores, a responsabilidade da defesa e proteção do ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

O Código é aplicável a todas as empresas e vincula todos os colaboradores do Grupo AdP, independentemente da sua função ou posição. O referido Código encontra-se disponível para consulta no site da AdSA, no endereço:

<http://www.adsa.pt/layout.asp?area=1&subarea=44>

No cumprimento da recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009, a AdSA procedeu à elaboração do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas (PGRCIC), cuja aplicação é anualmente avaliada, da qual resulta a elaboração do relatório anual do Grupo sobre a execução do plano.

O referido Plano encontra-se disponível para consulta no *site* da AdSA no endereço:

<http://www.adsa.pt/uploads/PlanoGestaoRiscos.pdf>

## Valores éticos da AdSA e Princípios de Atuação

A AdSA tem como **Valores Centrais**:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes **Princípios**:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
  - Erradicação de todas as práticas discriminatórias
  - Responsabilidade na defesa e proteção do ambiente
  - Contribuição para o desenvolvimento sustentável

## 10. Controlo de Risco

A AdSA e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2013 foi dada continuidade ao projeto de *gestão do risco empresarial*, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos abaixo:



Figura 12 - Estrutura de classes e categorias de riscos

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição majoritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da Águas de Portugal SGPS, SA, é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AdSA, sendo periodicamente apreciados pelo acionista majoritário (AdP, SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela AdSA e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e

controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Responsabilidade social;
- Impacto ambiental da atividade (solos e clima);
- Sustentabilidade;
- Segurança física e das instalações;
- Gestão da saúde pública; e
- Sustentabilidade financeira.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

## 11. Prevenção de Conflitos de Interesse

Os membros do Conselho de Administração da AdSA têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da AdSA cumprem com as seguintes obrigações:

(i) - Entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);

(ii) - Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei n.º 28/82, de 15 de novembro);

(iii) - Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94, de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);

(iv) - Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);

(v) - Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

## 12. Divulgação de Informação

Quadro 12 - Divulgação da informação de acordo com RCM n.º 49/2007

Informação a constar no <i>site</i> da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de <i>Site</i>	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organograma	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos Órgãos Sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			
Identificação das Comissões existentes na sociedade	x			
Identificação sistemas de controlo de riscos	x			
Remuneração dos Órgãos Sociais	x			
Regulamentos Internos e Externos	x			Código de Conduta e Ética; Código de Ética - HIV Plano corrupção e infrações conexas.
Transações fora das condições de mercado			x	
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do Cliente			x	

## 13. Informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho, que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público, estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, e de acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, consideram-se como publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de ações e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na presente portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela AdSA tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela AdSA durante o ano de 2013 foi desenvolvida com vista a assegurar os objetivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se na figura seguinte a informação sintética requerida.

Quadro 13 - Montante global, do ano de 2013, discriminado por trimestres

Órgão	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Global
Media Sado	€ 520,00	-	-	-	€ 520,00
About net	€ 225,00	-	-	-	€ 225,00
Litoral Press	€ 500,00	-	-	-	€ 500,00
<b>Total</b>	<b>€ 1245,00</b>	-	-	-	<b>€ 1245,00</b>

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, AdSA, cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da Resolução do Conselho e Ministros n.º 47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da AdSA divulgada neste capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta empresa.

#### Ações Desenvolvidas pela área de Comunicação e Educação Ambiental

##### Feira Anual de Santiago do Cacém – SANTIAGRO

A AdSA participou, uma vez mais, num dos maiores eventos anuais do Município de Santiago do Cacém – Feira Agrícola de Santiago do Cacém – SANTIAGRO.

A AdSA marcou presença num espaço de 18 m<sup>2</sup> onde colocou um *stand* institucional com o intuito de promover a sua atividade assim como estreitar relações com alguns dos seus parceiros – a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e a Águas Públicas do Alentejo, S.A.

O certame realizou-se de 31 de maio a 2 de junho de 2013. Esta Feira Agro-Pecuária do Litoral Alentejano, considerada uma das maiores desta região, é direcionada para o sector agropecuário, além de outras atividades económicas de grande importância para o concelho.

Em 2013, de acordo com a organização, este certame ultrapassou todas as expectativas contando com cerca de 25.000 visitantes.

O Conselho de Administração decidiu oferecer entradas a todos os colaboradores que desejassem visitar o evento, tornando esta ação uma ação de comunicação interna também.



Figura 13 - Participação da AdSA na Feira Santiago

### 14º Mostra Internacional de Teatro de Santo André

A AdSA, à semelhança dos últimos 4 anos, apoiou a 14º Mostra Internacional de Teatro de Santo André. No período de 23 de maio a 9 de junho de 2013, Vila Nova de Santo André, onde se situa a sede da AdSA, foi palco desta Mostra que recebeu 24 espetáculos de 15 companhias profissionais de teatro Nacional.

Este festival teve, ainda, extensões em Alcácer do Sal no dia 25 de maio.

Este é um evento anual que promove a região e que permite à camada jovem ter opções culturais com reconhecimento internacional, ao dispor na sua área de residência.

Sendo a Águas de Santo André uma empresa certificada, que se preocupa com a envolvente externa e respetivos stakeholders, e que pretende alcançar a certificação, já em 2014, em Responsabilidade Social, não podia deixar de apoiar ações e eventos onde a componente sociocultural é intensa e muito bem trabalhada pela AJAGATO – associação juvenil amigos do gato.



Figura 14 - Apoio à 14º Mostra Internacional de Teatro de Santo André

### Comemorações dos 20 anos do Grupo AdP

A Águas de Portugal, SGPS,S.A., fez 20 anos em Setembro de 2013, pelo que lançou o desafio às participadas de, num mesmo dia – 5 de outubro – promover um dia de Portas Abertas no universo do Grupo.

A Águas de Santo André abriu portas, durante todo o dia 5 de outubro, a quatro instalações designadamente: ETA de Morgavel, RESIM, ETAR de Ribeira dos Moinhos e Centro Operacional de Santo André.

Foram desenvolvidos cartazes publicitários e um spot de rádio de 15" para a divulgação deste Dia de Portas Abertas.

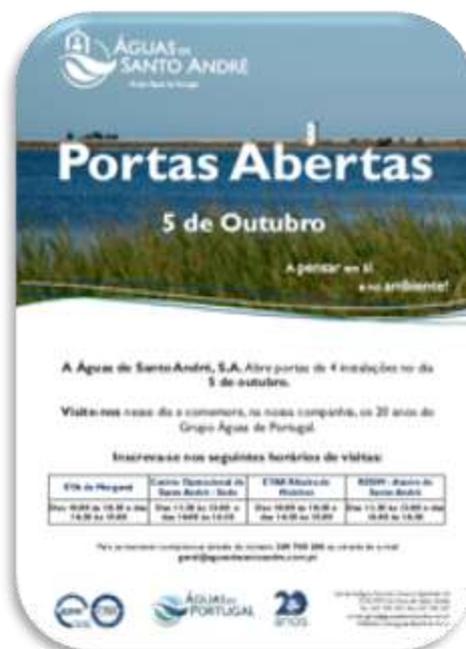


Figura 15 - Cartaz de divulgação do dia "Portas Abertas"

#### Visitas de Estudo às instalações da AdSA

Em 2013, a AdSA recebeu na ETAR de Ribeira dos Moinhos e no RESIM, no dia 8 de junho, 15 alunos da licenciatura e mestrado em Engenharia do Ambiente, da Faculdade de Engenharia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Estes alunos frequentavam as disciplinas de Poluição do Solo (licenciatura) e Caracterização e Remediação do Solo e de Aquíferos (mestrado), razão pela qual solicitaram visitas às instalações da AdSA.

Em agosto a AdSA recebeu na ETA de Morgavel, a visita de Sr. Jean Louis Bongungu coordenador de projetos do Ministério dos Recursos Hidráulicos e Eletricidade da República Democrática do Congo. A visita teve como objetivo dar a conhecer a instalação de tratamento de água da AdSA.

Ainda em 2013, em 13 de outubro, a AdSA recebeu a visita de dois colegas da Águas do Oeste e da Águas do Noroeste à ETA de Morgavel e ETAR de Ribeira dos Moinhos com o objetivo de promover a partilha de experiências entre estas empresas.

A AdSA recebeu, em dezembro de 2013, a visita do Eng.º Onésimo Camutali, responsável pelo Departamento de Engenharia das Águas do Lobito (Angola). Esta visita, que teve como objetivo fundamental conhecer o trabalho desenvolvido no sistema de abastecimento de água, em baixa, ocorreu durante um período de três dias, tendo o referido responsável visitado também a ETA de Morgavel, o Centro Operacional de Santo André e a ETAR de Ribeira dos Moinhos.

#### Festa Natal da AdSA

No passado dia 19 de dezembro, a AdSA organizou uma festa de Natal para os filhos dos colaboradores. Promoveu-se uma festa, no ambiente acolhedor no bar da AdSA, com lanche, animação (pinturas faciais) assegurada pela Associação Intervir.com, tendo assim uma componente social e solidária.

No final da festa todas as crianças, até aos 12 anos, receberam um presente que os alegrou e abriu caminho para mais uns momentos de diversão.



Figura 16 - Festa de Natal dos filhos dos colaboradores da AdSA

Foi ainda oferecido a cada colaborador um cabaz de Natal.

## 14. Cumprimento das Instruções, despachos e legislação diversa

A AdSA deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

Quadro 14 - Cumprimentos das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	NA		
<b>Objetivos de Gestão</b>	X				Capítulo B ponto 7
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			X		
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>		X		88 dias	
<b>Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>			X		
<b>Recomendações do acionista na aprovação de contas</b>			X		
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	X				
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X				
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e Natal, nos termos dos arts.º 28º e 29.º da Lei 66-B/2012	X				
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei n.º 66-B/2012	X				
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei n.º 66-B/2012	X				
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e Natal, nos termos dos arts.º 28º e 29.º da Lei n.º 66-B/2012	X				
Proibição de valorização remuneratória, nos termos dos arts.º 35.º da Lei n.º 66-B/2012	X				
Aumento da taxa contributiva relativa aos administradores, nos termos dos arts.º 112.º da Lei n.º 66-B/2012	X				
<b>Artigo 32º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito			X		
Reembolso de despesas de representação pessoal			X		
<b>Contratação Pública</b>					
Normas de contratação pública	X			Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>			X		
<b>Parque Automóvel</b>	X				
<b>Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 62º, 63º e 64 da Lei n.º66-B/2012</b>					
Redução de gastos operacionais			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Redução de gastos com comunicações e deslocações			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
<b>Redução n.º Efetivos e Cargos Dirigentes</b>					
Nº de efetivos			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Nº de cargos dirigentes			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)</b>			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
<b>Limites ao endividamento (DL 133/2013)</b>			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS..
<b>Princípio da Igualdade do Género</b>	X				

A AdSA por intermédio da AdP, SGPS, S.A. aguarda indicações da Tutela sobre o modo de articulação e relato de informação exigida nos termos do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, para com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial.

**Objetivos de gestão** (Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril; Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Os objetivos de gestão encontram-se descritos no capítulo B ponto 7.

**Gestão do risco financeiro** (Despacho n.º 101/2009-SETF; Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP, SGPS, S.A..

**Evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores** (RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro e Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e **divulgação dos atrasos nos pagamentos:**

Quadro 15 - Evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores

(Unid. dias)

PMP	2013				2012				2013/ 4ºT
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	2012
<b>Prazo</b>	107	111	106	88	45	40	56	96	-8%

Quadro 16 - Dívidas vencidas

(Unid. Euros)

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	559.013	-	-	-	188.293
	559.013	0	0	0	188.293

No âmbito do planeamento e controlo de gestão implementado na empresa, foram tomadas medidas para que em 2014 os prazos médios de pagamento a fornecedores cumpram cabalmente o normativo aplicável.

**Recomendações do acionista**

Não foram efetuadas recomendações por parte do acionista.

**Determinações sobre remunerações**

Ver quadro acima, do Cumprimento das Orientações Legais.

**Determinações sobre o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público**

Ver quadro acima, do Cumprimento das Orientações Legais.

**Compras, contratação pública, medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços**

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP SERVIÇOS, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP SERVIÇOS, S.A., que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se porque os bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades profundamente específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes e os equipamentos e contentores utilizados pela Unidade de Negócio Resíduos, entre outros. Estas particularidades encontram-se igualmente presentes no parque automóvel pois as viaturas operacionais obedecem a tipologias muito específicas adaptadas às atividades desenvolvidas, incluindo-se aqui, entre outras, veículos-oficina, camiões de transporte de resíduos, camiões de desobstrução de fossas, unidades móveis de desidratação de lamas, etc. No caso da energia elétrica com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão (Especial) onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de

sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições como o demonstra os recentes concursos públicos para fornecimento de energia elétrica.

#### **Medidas de redução de gastos operacionais**

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP, SGPS, S.A..

#### **Cumprimento da Lei n.º66-B/2012, de 31 de dezembro e Despacho n.º 2424/13 – SET no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado**

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo AdP são desenvolvidas pela AdP, SGPS, S.A., no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a holding a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. A centralização de parte significativa de fundos na AdP, SGPS, S.A. tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela AdP, SGPS, S.A., a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado, a qual foi concedida através do despacho n.º 2424/13, de 19 de dezembro, da Secretaria de Estado do Tesouro.

#### **Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas**

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores.

#### **Quadro com informação a constar no site do SEE**

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP, SGPS, S.A..

## 15. Cumprimento dos princípios do bom governo

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Quadro 17 - Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.</li> </ul>	Total	<p>Toda a atividade do grupo AdP e da Águas de Santo André, S.A. é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</p> <p>Neste contexto, a Águas de Santo André, S.A. adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.</li> </ul>	Total	<p>O grupo AdP e a Águas de Santo André, S.A. apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>A Águas de Santo André, S.A. possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de -</p> <p>A Águas de Santo André, S.A. aderiu ao Programa Novas Oportunidades enquadrado no seu plano de Valorização Profissional.</p> <p>A Águas de Santo André, S.A. tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva desenvolvimentista e positivista.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.</li> </ul>	Total	<p>A Águas de Santo André, S.A. respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.</li> </ul>	Total	<p>A Águas de Santo André, S.A. divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.</li> </ul>	Total	<p>O grupo AdP pautava a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.</p> <p>O Código de Conduta e Ética da Águas de Santo André, S.A. expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</p> <p>Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas de Santo André, S.A., o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</p> <p>A Águas de Santo André, S.A. desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2012, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.</li> </ul>	Total	<p>O Código de Conduta e Ética da Águas de Santo André, S.A. encontra-se disponível no sítio da empresa na internet e no Portal do Colaborador.</p>

Quadro 18 - Estruturas de administração e fiscalização

Estruturas de administração e fiscalização		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade.</li> </ul>	Total	<p>Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas de Santo André, S.A. estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.</li> </ul>	Total	<p>O Modelo de Governo da Águas de Santo André, S.A., em alinhamento com o definido para as empresas participadas do grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Assembleia Geral;</li> <li>• O Conselho de Administração;</li> <li>• O Fiscal Único;</li> <li>• O ROC.</li> </ul> <p>Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</p> <p>O Fiscal Único emite um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos</li> </ul>	Total	<p>A auditoria anual às contas da Águas de Santo André, S.A. é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o fiscal Único e a Direção Administrativa e Financeira.</p> <p>De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização</li> </ul>	Total	<p>Os membros dos Órgãos Sociais da Águas de Santo André, S.A. são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</p> <p>No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.</li> </ul>	Total	<p>A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores.</p> <p>Neste contexto, a Águas de Santo André, S.A. está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.</p>

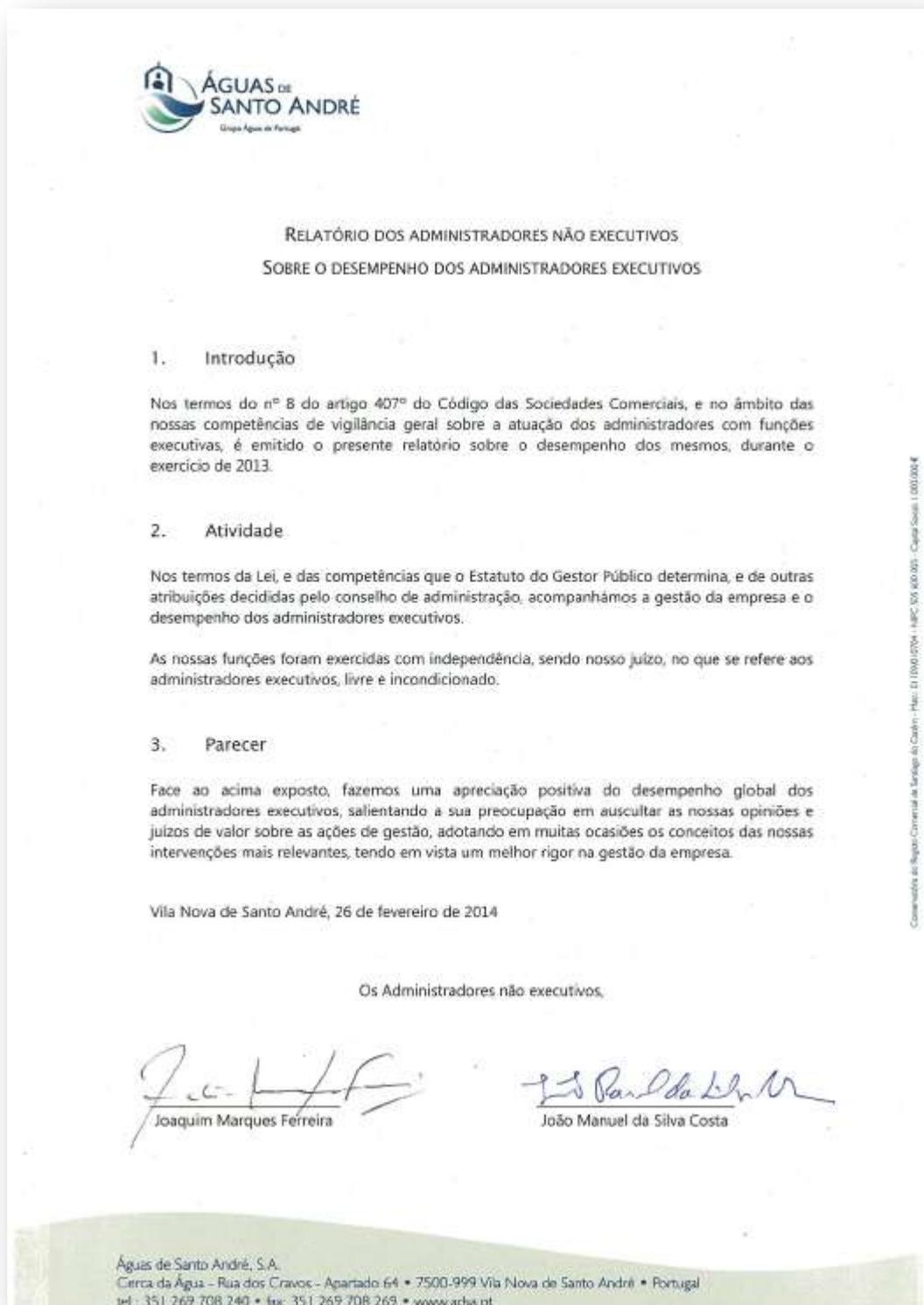
Quadro 19 - Remunerações e outros direitos

Remunerações e outros direitos		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<b>As empresas públicas devem:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.</li> </ul>	Total	A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas de Santo André, S.A. consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.</li> </ul>	Total	A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas de Santo André, S.A. consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.

Quadro 20 - Prevenção de conflitos de interesse

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<b>Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</li> </ul>	Total	Os membros do Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A., têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
<ul style="list-style-type: none"> <li>No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.</li> </ul>	Total	<p>Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas de Santo André, S.A. e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A. cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.</p>

## 16. Relatório dos Administradores Não Executivos





# B - Atividade da Empresa

## 1. Introdução

No presente Capítulo são descritas, de forma resumida, as principais atividades que a AdSA desenvolveu durante o ano de 2013, com particular destaque para as seguintes áreas de atuação:

- a) Investimento,
- b) Operação,
- c) Manutenção de Infraestruturas.

Para além da descrição destas atividades, importa, igualmente referir o texto constante do ponto 5. - Análise Económica e Financeira, onde, de forma extensa, se caracteriza a situação da AdSA a 31 de dezembro de 2013.

Para se poder compreender a atividade desenvolvida ao longo do ano de 2013, chama-se a atenção para as matérias que constam dos pontos 2. a 4., onde se desenvolvem os seguintes aspetos:

- a) Enquadramento Macroeconómico,
- b) Enquadramento do Setor, e
- c) Regulação.

## 2. Enquadramento macroeconómico

### Global

À semelhança de 2012, em 2013 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,0 % em 2013; 3,1 % em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento bem abaixo do ano anterior (1,9 % vs 2,8 %), suportado por uma procura privada sustentada, em oposição com a procura pública que apresenta uma contração em 2013. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos mas abaixo dos níveis elevados dos últimos anos. Ainda que a procura externa de bens produzidos por estas economias apresente valores relevantes, a fragilidade e pouca sustentabilidade da sua procura doméstica permanece como uma preocupação. Em 2014 e 2015 é expectável uma recuperação económica, sustentada pelas economias dos países desenvolvidos, no entanto as políticas monetárias manter-se-ão conservadoras face aos riscos e fragilidades ainda em vigor.

### União Europeia

A atividade económica da União Europeia registou em 2013 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,4 % (menos 0,7 % que em 2012). Espera-se que 2014 seja o ponto de inflexão no que à recuperação económica diz respeito. Esta inversão será atenuada nas economias mais vulneráveis e sob stress severo, em resultado de situações de dívida muito elevada (pública e privada) e políticas fiscais recessivas que mantêm os níveis de procura doméstica baixos. Pelo contrário, vislumbram-se crescimentos nas exportações que contribuem para alguma melhoria nas economias dos países da União Europeia.

A inflação esperada para a zona euro em 2013 deverá ficar abaixo do 1%. Embora dentro das expectativas, os níveis da inflação refletem níveis de preços em baixa, mesmo que pressionados pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos.

A taxa de desemprego mantém níveis elevados, apesar de consistentes com o ano anterior (12,0 % em 2013, 11,9 % em 2012). As taxas de desemprego mais baixas verificam-se na Áustria (4,9 %), Alemanha (5,1 %) e Luxemburgo (6,2 %), e as mais altas na Grécia (27,8 %) e Espanha (25,8 %).

Em novembro de 2013 o Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa de referência de intervenção para 0,25 %, ou seja a mais baixa desde a criação do Euro. Esta medida pretende travar a queda de inflação e impulsionar a recuperação económica na zona euro.

## Portugal

A evolução da economia portuguesa está condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o que tem implicado a tomada de decisões com impacto recessivo e com consequências negativas no mercado de trabalho. No setor público, a correção dos desequilíbrios envolve a necessidade de manutenção do processo de consolidação orçamental e no setor privado é consistente com uma redução do grau de endividamento e com a continuação do processo de desalavancagem gradual e ordenado do setor bancário.

Em 2013, manteve-se o cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. A queda do PIB deverá rondar os 1,5 %, que traduz uma melhoria face à queda de 3 % em 2012. A dívida pública portuguesa corresponderá aproximadamente a 128,7 % do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O défice orçamental de 2013 terá ficado abaixo dos 5,5 % do PIB acordados com a Troika.

A economia portuguesa terá crescido 1,3 % durante o último trimestre de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este desempenho interrompe 11 trimestres de crescimentos homólogos negativos e foi suportado pela recuperação da procura interna, incluindo o investimento, além de refletir um processo de consolidação orçamental em 2013 inferior ao previsto no início do ano.

A taxa de desemprego terá ficado, em termos médios, em 16,4 %, com um valor de 15,3 % no último trimestre do ano.

A situação económica em Portugal nos próximos tempos continuará a estar muito dependente das restrições orçamentais e de financiamento. Em 2014, Portugal depara-se com a incerteza associada à conclusão dos primeiros 3 anos do programa de ajustamento no final do primeiro semestre com consequências a nível da viabilidade do financiamento autónomo do Estado bem como a nível do custo desse financiamento. Persiste, ainda, a incerteza sobre a dimensão efetiva do ajustamento orçamental em 2014 e a do seu impacto no crescimento de curto prazo.

Fonte: Grupo AdP; FMI world economic outlook; ES Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; Universidade Católica Portuguesa.

## 3. Enquadramento do Setor

O Grupo AdP continuou a prestar serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos urbanos durante o ano de 2013 num contexto de importantes restrições.

As restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado datam de 2010, tendo registado importante desenvolvimento no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) quer quanto à evolução dos gastos, quer quanto ao crescimento do nível de endividamento.

A atividade do Grupo AdP decorre ainda num contexto de expansão da sua atividade, ainda que menos pronunciada, através da entrada em funcionamento de mais infraestruturas. Tal encontra-se patente em todos os sistemas de modo a corresponder a uma agenda de exigências ambientais acrescidas.

Também a natureza de serviço público baseado em infraestruturas com elevadas exigências para assegurar níveis adequados de bem-estar das populações, saúde pública, desenvolvimento das atividades económicas e sustentabilidade ambiental, tornam mais exigente o cumprimento das metas estabelecidas.

O Grupo AdP tem correspondido ao esforço de cumprimento das diversas metas estabelecidas, adaptando diversos processos internos e com um importante empenho de todo o quadro de colaboradores.

Paralelamente, durante o ano de 2013, prosseguiu-se na implementação das medidas traçadas pelo Governo para o setor das águas e resíduos que, naturalmente, condicionam de forma determinante o Grupo AdP, enquanto ator predominante.

O Programa do Governo prevê como linhas orientadoras para a reestruturação:

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- Autonomizar o subsetor dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

No âmbito do mandato do Governo, o Grupo AdP deu continuidade aos trabalhos tendentes a promover a agregação territorial para o setor das águas, quer ao nível dos sistemas multimunicipais, quer no âmbito de parcerias públicas para os sistemas municipais.

No subsetor dos resíduos foi assegurada toda a colaboração no processo de abertura ao setor privado que veio a culminar já no início de 2014 com a aprovação do modelo de privatização através da venda em bloco da posição da AdP, SGPS, S.A. na EGF — Empresa Geral de Fomento, através de um concurso público internacional.

A prossecução da reestruturação do setor tem sido concretizada em diversos diplomas legais e iniciativas legislativas, relativamente aos quais se destacam:

- A Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, procedeu-se à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, designada Lei da Delimitação de Setores, no sentido de viabilizar a operação de alienação de participações sociais a privados no setor da gestão dos resíduos urbanos, desaparecendo a regra da maioria pública nas entidades gestoras concessionárias no subsetor dos resíduos;
- A revisão do regime jurídico da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados;
- Projetos para a agregação de vários sistemas multimunicipais existentes e das respetivas entidades gestoras, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, no âmbito dos quais se contempla, desde já, a criação de três novos sistemas multimunicipais por agregação de sistemas multimunicipais existentes;
- Criação de uma nova parceria pública e continuação das negociações para a celebração de parcerias públicas com municípios integrados no âmbito de sistemas multimunicipais, mediante a delegação da exploração e gestão dos sistemas municipais agregados por parceria pública em empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais, procedendo, assim, a uma «integração» do serviço numa única entidade gestora;
- A adoção de medidas com vista à redução do impacto dos incumprimentos por parte dos utilizadores municipais, por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço;
- O reforço dos poderes e independência do regulador setorial concretizado já no início de 2014.

Prosseguiram em 2013 os trabalhos em torno da elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas (PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) e para os serviços de gestão de resíduos urbanos (PERSU 2020 - Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos), que definirão as metas e objetivos do Estado para cada um destes setores, estando prevista a sua conclusão no início de 2014.

Estes planos desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, entretanto submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC) e que irá nortear a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

A atual fase de desenvolvimento do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, evidenciam uma mudança de paradigma, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos ex-ante e ex-post.

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados

## 4. Regulação

Desde 1993, que foram adotadas soluções através de uma gestão empresarial liderada pela AdP, SGPS, S.A. e em parceria com os municípios, em que se geram economias de escala que permitem a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis em Portugal e se prosseguem os objetivos de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e tratamento e valorização de resíduos urbanos, com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental, beneficiando os utilizadores e consumidores através das tarifas praticadas.

As atividades que o Grupo AdP tem vindo maioritariamente a exercer constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

No ano em que se assinalam os 20 anos da criação da AdP, o grupo agrega 31 empresas sujeitas a uma forte regulação no âmbito da sua atuação nos domínios do abastecimento de água para consumo público, do saneamento de águas residuais urbanas e do tratamento e valorização de resíduos urbanos em Portugal.

A AdSA é concessionária da exploração e da gestão do sistema para captação, tratamento e distribuição de água, para recolha, tratamento e rejeição de efluentes e para recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos que está abrangida pelos Decretos-Lei n.ºs 319/94, de 24 de dezembro, e 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, integrando-se no âmbito da atividade regulatória da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), definida pelo Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro. Adicionalmente, as atividades são desenvolvidas pela AdSA em estrito cumprimento da regulamentação em vigor, bem como das disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora e pelas orientações dos acionistas.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e o âmbito de atuação da entidade reguladora foram reforçados e alargados no domínio dos serviços «em baixa» (prestados aos utilizadores finais), sendo também reforçadas a sua missão de regulação geral do setor, bem como os seus poderes de autoridade (regulamentação e sancionamento).

Neste contexto, em torno das iniciativas de densificação regulatória promovidas pela ERSAR e aplicáveis a algumas das empresas do Grupo AdP, salienta-se a Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária, quanto à formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços público de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Esta recomendação foi complementada em 2010 com a emissão de uma recomendação (Recomendação IRAR n.º 2/2010 – Critérios de Cálculo), que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de gastos e elaboração dos tarifários através de critérios, coeficientes e regras de cálculo.

Com a emissão destas recomendações, complementada pelo reforço dos poderes da Entidade Reguladora do Setor, é expetativa do Grupo AdP que sejam criados tarifários mais eficientes que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços em “baixa”, contribuindo para a maior sustentabilidade do setor e para a eliminação das significativas disparidades nos tarifários aos utilizadores finais (serviços em “baixa”) que ainda se verificam, como, por exemplo, a

inexistência de tarifas de “baixa” para serviços de saneamento e resíduos urbanos em muitos municípios já servidos por sistemas em “alta”.

A Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. É neste contexto que deu entrada na Assembleia da República a Proposta de Lei 125/XII, em 10 de janeiro de 2013, tendo sido aprovados, em votação final global, já em janeiro de 2014, os novos Estatutos da ERSAR.

Na prossecução da reestruturação destes setores releva-se o regulamento tarifário dos serviços de gestão de resíduos urbanos, apreciado na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, em janeiro de 2014, e relativamente ao qual é exatável idêntico desenvolvimento para os serviços de águas.

O risco regulatório das entidades reguladas constitui uma preocupação central.

A implementação de alterações ao modelo de regulação económica em vigor constitui um importante desafio para a entidade reguladora e para as entidades gestoras. Na fase de desenvolvimento do setor em que as empresas do Grupo AdP se inserem e com a implementação das alterações ao modelo, este deve ser considerado como uma evolução natural do estágio de desenvolvimento do setor e nas iniciativas em curso associadas à sua reestruturação, sendo exigida uma maior atenção à gestão das infraestruturas e à eficiência produtiva.

De salientar que nem todos os sistemas multimunicipais de águas se encontram em fase de exploração plena, estando inclusive a terminar uma fase exigente em termos de investimentos em infraestruturas, pelo que a respetiva maturidade deve tomada em consideração.

## Regulação económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se com a apresentação pelas Concessionárias ao Concedente e à Entidade Reguladora das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, procedeu-se à harmonização dos prazos de aprovação das propostas para todos os sistemas multimunicipais, em 60 dias.

O ciclo orçamental de 2013, iniciado em setembro de 2012, estendeu-se até 31 de outubro de 2013, sendo que, após a emissão do projeto de parecer pela Entidade Reguladora e o exercício de contraditório por parte da AdSA, a tarifa foi aprovada pelo Concedente.

O Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite uma mais adequada recuperação dos encargos de prestação dos serviços, num cenário de maior pressão sobre os meios financeiros disponíveis.

Em setembro de 2013, iniciou-se o ciclo orçamental para 2014, não tendo a proposta de orçamento e projeto tarifário sido aprovada até 31 de dezembro de 2013.

As propostas de orçamento e projeto tarifário para 2013 e para 2014 foram apresentadas nos termos da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro.

De acordo com o modelo regulatório vigente, custo do serviço (*cost plus*) em cenário de eficiência produtiva, e nos termos dos contratos celebrados, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora advinentes da exploração e gestão do sistema, incluindo os impostos sobre os resultados da empresa e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (*superavit*), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade e eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP para 2013 estão relevados os desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos. Esta informação encontra-se detalhada no R&C de 2013 consolidado do Grupo AdP.

Durante o ano de 2010 a Entidade Reguladora apresentou uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos desvios tarifários (défice e superavit) ou de recuperação de gastos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e na legislação aplicável. No entanto, até final de 2013, esta proposta não foi aprovada e implementada.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da legislação vigente e dos contratos de concessão e de parcerias públicas, exigem que não se adie por mais tempo o expresso reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de gastos preconizado nos contratos, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos das entidades gestoras, assegurando a recuperação dos desvios de recuperação de gastos gerados no âmbito da concessão, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

Com a futura publicação dos Decretos-Lei de criação dos sistemas multimunicipais por agregação de sistemas multimunicipais e da celebração dos contratos de concessão encontra-se previsto o reconhecimento explícito e a recuperação dos desvios de recuperação dos gastos gerados anteriormente.

## Regulação da qualidade do serviço

Nos termos do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2013 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2011, referenciados a 31 de dezembro.

## Regulação da qualidade da água para consumo humano

As empresas do Grupo AdP asseguram a prestação de serviços de qualidade à maioria da população portuguesa.

No que diz respeito à água para consumo humano, maioritariamente produzida por empresas do grupo, verifica-se ao longo dos anos uma evolução positiva da sua qualidade.

Compete também à Entidade Reguladora, nos termos do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

As entidades gestoras de abastecimento de água nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto devem de elaborar e submeter anualmente para aprovação da Entidade Reguladora o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA).

Cabe à Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à implementação do PCQA.

O PCQA de 2013 da AdSA foi submetido e aprovado em 30 de outubro de 2012 pela Entidade Reguladora.

No cumprimento da legislação vigente a AdSA implementa o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo que nas situações de incumprimento dos valores paramétricos as mesmas são comunicadas às respetivas entidades.

Em 2013, e no âmbito do PCQA aprovado, foram efetuadas 766 análises, sendo que foi detetado 1 incumprimento aos valores paramétricos.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

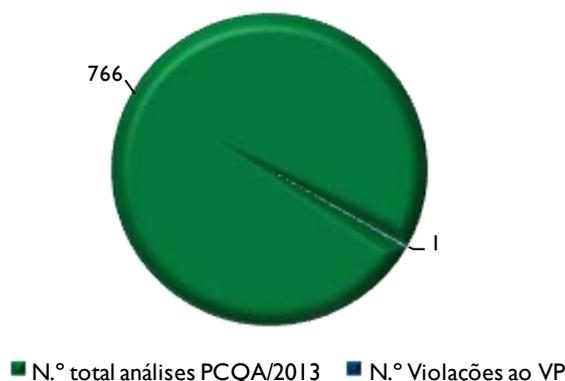


Figura 17 - Qualidade de água para consumo humano

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (Bonn Charter for Safe Drinking Water) por iniciativa da International Water Association (IWA).

Com o objetivo de fornecer água de elevada qualidade da confiança dos seus consumidores, desde 2004 que um conjunto de empresas do Grupo AdP, reconheceram nos PSA uma metodologia útil para assegurar a qualidade e a segurança no abastecimento público de água para consumo humano.

Desde 2011 que o Grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

Com base no manual para o Plano de Segurança da Água, a AdSA iniciou já a elaboração do plano em estreita colaboração com a AdP SERVIÇOS, S.A..

Em 2014, será dada formação nesta matéria à generalidade dos colaboradores técnicos da AdSA e prevê-se que o plano esteja concluído e operacional no segundo semestre de 2014.

## Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos urbanos do Grupo AdP estão também sujeitas à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

A APA desenvolve ainda atribuições no âmbito dos resíduos enquanto Autoridade Nacional de Resíduos, cabendo-lhe entre outras, o controlo operacional da informação das operações de gestão de resíduos, o planeamento e gestão de resíduos de todas as tipologias de resíduos e as diversas origens, assegurar o tratamento de informação no âmbito do SIRER/SIRAPA e SILOGR, garantir a validação da informação necessária à aplicação do regime económico e financeiro da gestão de resíduos e diligenciar no sentido da

implementação do regulamento relativo à aplicação da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), definir, implementar e acompanhar as políticas e estratégias nacionais para a gestão de resíduos setoriais, assegurar a elaboração dos planos e dos programas de gestão de resíduos, acompanhar a sua execução e proceder à respetiva monitorização, aprovar os modelos técnicos de gestão de resíduos, assegurar uma abordagem integrada de licenciamento das operações de gestão de resíduos, coordenar e harmonizar os critérios a adotar para o licenciamento pelas Autoridades Regionais de Resíduos e acompanhar as auditorias técnico-ambientais ou económico-financeiras à atividade exercida por operadores de gestão de resíduos bem como proceder à análise técnica de processos de candidatura a fundos comunitários relativos à resolução de passivos ambientais.

## 5. Análise Económica e Financeira

O exercício de 2013 foi encerrado com um resultado líquido positivo de €5.135.909, cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

### i. Rendimentos

Os rendimentos atingiram, no ano de 2013 o valor de € 20.553.353.

Quadro 21 - Rendimentos e ganhos

<b>Rendimentos e Ganhos</b>	<b>2011 IFRS</b>	<b>2012 IFRS</b>	<b>2013 IFRS</b>
Vendas	6.144.938	8.170.160	8.901.236
Prestação de Serviços	6.276.917	8.585.814	7.653.569
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-
Rendimentos Suplementares	778.003	418.237	298.174
Provisões e Reversões do Exercício	-	724.082	905.065
Subsídios ao investimento	2.123.324	2.216.697	2.053.703
Outros rendimentos e ganhos	6.513.558		175.208
Rendimentos e ganhos financeiros	435.378	469.979	566.399
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>22.272.119</b>	<b>20.584.969</b>	<b>20.553.353</b>

Ver nota 18, 22, 27, 30 e 32 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2013.

## ii. Gastos

Os gastos atingiram, no ano de 2013 o valor de € 12.749.005.

Quadro 22 - Gastos

<b>Gastos</b>	<b>2011 IFRS</b>	<b>2012 IFRS</b>	<b>2013 IFRS</b>
Custo das vendas / variação de inventários	353.401	344.126	226.529
Fornecimentos e Serviços externos	5.810.046	4.247.783	4.552.159
Gastos com Pessoal	1.982.703	1.768.891	2.097.466,83
Amortizações	3.967.753	3.984.621	4.065.306
Provisões e reversões do exercício	2.172.245	30.000	420.592,47
Imparidades de dívidas a receber e de inventários	1.204.798	929.674,66	981.539
Outros gastos e perdas	115.825	157.218	199.323
Gastos e perdas financeiras	223.501	250.374	206.089
<b>Total de Gastos</b>	<b>15.830.273</b>	<b>11.712.687</b>	<b>12.749.005</b>

Ver nota 23, 24, 25, 26, 28, 29 e 31 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2013.

## iii. Resultados

O resultado líquido do exercício apresenta, em relação ao exercício anterior, um aumento de € 569.681, conforme abaixo apresentado.

Quadro 23 - Resultados

<b>Resultados</b>	<b>2011 IFRS</b>	<b>2012 IFRS</b>	<b>2013 IFRS</b>
Resultados Operacionais	6.229.969	8.652.677	7.444.039
Resultados Financeiros	211.877	219.606	360.309
Resultados Antes de Impostos	6.441.846	8.872.282	7.804.348
Imposto sobre o Rendimento	-3272.104,08	-3.109.157	-2.970.450
Impostos Diferidos	1.528.441	-1.196.897	302.011
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>4.698.183</b>	<b>4.566.228</b>	<b>5.135.909</b>

A variação nos resultados operacionais deve-se essencialmente ao aumento nos gastos face à diminuição nos rendimentos. (ver nota 24 a 25 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2013)

iv. Ativo

O total do ativo, no ano de 2013 atingiu o valor de € 82.079.106.

Quadro 24 - Ativo

<b>Ativo</b>	<b>2011 IFRS</b>	<b>2012 IFRS</b>	<b>2013 IFRS</b>
Ativos intangíveis	64.291.338	62.163.027	60.261.192
Ativos fixos tangíveis	0	250.316	256.164
Investimentos financeiros	4.000.000	2.957.753	2.957.753
Ativos por impostos diferidos	5.618.667	4.346.320	4.397.590
Inventários	197.301	240.670	234.704
Clientes	3.239.527	3.587.957	2.664.162
Estado e outros entes públicos	0	86.745	17.222
Outras contas a receber	3.147.122	4.952.804	5.637.803
Caixa e depósitos bancários	687.756	3.529.483	5.652.517
<b>Total do ativos</b>	<b>81.181.712</b>	<b>82.115.075</b>	<b>82.079.106</b>

v. Capital Próprio

Quadro 25 - Capital próprio

<b>Capital Próprio</b>	<b>2011 IFRS</b>	<b>2012 IFRS</b>	<b>2013 IFRS</b>
Capital realizado	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Reservas legais	271.578	271.578	271.578
Resultados transitados	1.080.508	5.610.334	10.043.555
Resultado líquido do exercício	4.698.183	4.566.228	5.135.909
<b>Total do capital próprio</b>	<b>7.050.268</b>	<b>11.448.140</b>	<b>16.451.042</b>

O capital próprio, no ano de 2013 atingiu o valor de € 16.451.042.

vi. Passivo

O passivo, no ano de 2013 atingiu o valor de € 65.628.064.

Quadro 26 - Passivo

<b>Passivo</b>	<b>2011 IFRS</b>	<b>2012 IFRS</b>	<b>2013 IFRS</b>
Provisões	2.173.410	1.479.328	1.174.674
Passivos por impostos diferidos	2.664.821	2.589.371	2.338.630
Outras contas a pagar	6.895.319	6.585.815	6.062.590
Subsídios ao investimento	41.326.974	39.260.624	37.194.274
Amortização do investimento Futuro	11.549.658	10.901.621	11.732.552
Fornecedores	1.088.343	3.668.391	1.004.234
Estado e outros entes públicos	563.687	883.013	721.205
Accionistas	3.483.994	1.667.864	1.507.534
Outras contas a pagar	4.385.238	3.630.907	3.892.370
<b>Total do passivo</b>	<b>74.131.443</b>	<b>70.666.935</b>	<b>65.628.064</b>

## 6. Atividade Operacional

### 6.1 Direção de Infraestruturas

#### Estudos e Projetos

No respeitante ao desenvolvimento de estudos e projetos, foram realizadas as seguintes atividades:

- Lançamento e adjudicação do procedimento para realização do projeto de execução da “Caixa de entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos”.
- Desenvolvimento do Plano Diretor de Abastecimento de Água, o qual se estima que esteja concluído no segundo semestre de 2014.
- Desenvolvimento do Plano Diretor de Águas Residuais, o qual se estima que esteja concluído no segundo semestre de 2014.
- Desenvolvimento do Plano de Segurança da Água, o qual se estima que esteja concluído no segundo semestre de 2014.
- Desenvolvimento do Plano de Monitorização, incluindo eventual revisão das linhas orientadoras do projeto de telegestão desenvolvido em 2012 para a ETAR de Ribeira dos Moinhos e para o Subsistema de Água Residual. Prevê-se que este documento seja concluído em 2014.
- Relativamente à reparação do Emissário Submarino da ETAR de Ribeira dos Moinhos, reavaliadas as condições de execução dos trabalhos, nomeadamente por meio de inspeções vídeo, e tendo em consideração o desenvolvimento de uma análise técnico-económica, realizada a três hipóteses de reparação, concluiu-se pela substituição integral do troço em questão, mantendo o seu alinhamento e posicionamento iniciais. Em 2014 será lançado o respetivo procedimento de contratação de empreitada.
- Adjudicação do projeto “Desvio das condutas da rotunda de Santo André”, o qual ficará concluído no primeiro semestre de 2014.

- Revisão dos projetos “Tratamento dos odores do edifício de lamas da ETAR de Ribeira dos Moinhos” e “Tratamento dos odores da Caixa da Barbuda”.

## Empreitadas

Em 2013 foram concluídas as seguintes empreitadas:

- Conclusão da empreitada “Beneficiação da ETA de Morgavel”, a qual consistiu na reabilitação de 4 filtros de areia, quer ao nível da estrutura de betão, quer ao nível do equipamento e meio de filtração. O preço de fecho da obra foi de €1.067.000,00.
- Realização da empreitada “Reformulação dos Circuitos de Média Tensão da ETAR de Ribeira dos Moinhos”, a qual permitiu dotar a instalação da segurança necessária ao seu funcionamento, pelo valor de €168.000,00.



Figura 18 - Empreitada de reformulação dos circuitos de média tensão da ETAR

- Execução da empreitada “Aquisição e Montagem de Sistema de Flotação para a ETAR de Ribeira dos Moinhos”. Por meio desta intervenção anulou-se a baixa eficiência do espessador gravítico. A obra encontra-se concluída e teve um custo total de €241.000,00.



Figura 19 - Sistema de flotação de lamas por ar dissolvido

No respeitante ao lançamento de empreitadas, foram iniciados os seguintes procedimentos de contratação:

- Lançamento da empreitada "Reforço do Abastecimento à ZILS-Fase 2", obra cujo preço base é de € 3.100.000,00. Obra a concluir em 2014.
- Aprovação de despesa para lançamento da empreitada para "Execução da Obra de Entrada do Emissário de Santiago do Cacém" com o preço base de € 220.000,00. Obra a concluir em 2014.
- Lançamento da empreitada para "Remodelação da Obra de Entrada da Estação Elevatória de Santo André", pelo preço base de € 150.000,00. Obra a concluir em 2014.
- Aprovação de despesa para lançamento da empreitada para a "Remodelação da Obra de Entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos", pelo preço base € 140.000,00. Obra a concluir em 2014.
- O ano de 2013 foi também marcado pelo facto de algumas infraestruturas terem finalizado o período de garantias, daqui decorrendo vários pedidos de vistoria com vista à receção definitiva das obras, situação à qual se juntou, na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, um elevado número de pedidos de vistoria com vista à libertação faseada de caucões.

## SIG

Na área de Sistemas de Informação Geográfica tiveram lugar, em 2013, as seguintes atividades principais:

- Revisão e carregamento das telas finais recebidas durante o ano em causa.
- Validação de localizações e extensões de condutas decorrentes das atividades de manutenção ou estudos realizados, dos quais tenha resultado atualização de informação.
- Preparação e envio de cadastro das infraestruturas geridas pela AdSA a entidades externas.
- Preparação e revisão, em articulação com a Aquasis, da base de dados, de acordo com a nova estrutura analítica a implementar na AdSA, por forma a assegurar a correta interligação entre os vários softwares de apoio à gestão, nomeadamente, Aquaman, SAP e Aquamatrix.

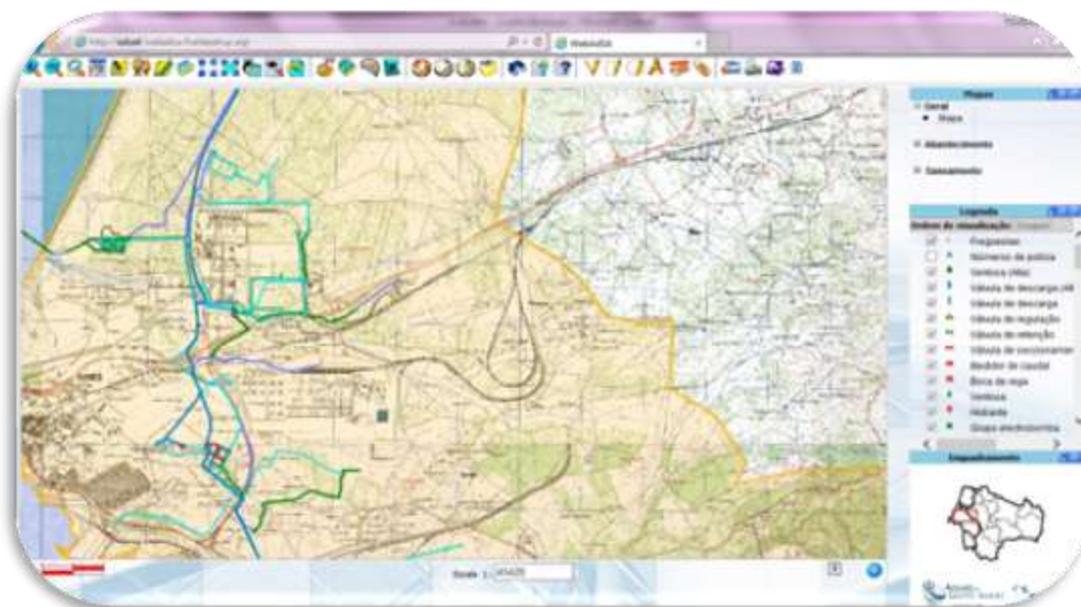


Figura 20 - Sistema de Informação Geográfica WebSIG

## Manutenção

Na área de Manutenção, em 2013, desenvolveram-se as seguintes ações:

- Realização, em estreita colaboração com a AdP SERVIÇOS, S.A., do levantamento de campo de todos os ativos existentes e respetiva valorização.
- Realização da avaliação funcional desses ativos (equipamentos).
- Desagregação do nível de detalhe do Aquaman (software de apoio à manutenção), o que permitirá o carregamento dos planos de manutenção preventiva ao nível do equipamento e não apenas da instalação, como existente até então.
- Desenvolvimento, em articulação com a AdP SERVIÇOS, S.A., dos planos de manutenção preventiva.
- Realização de ações de manutenção corretiva, de acordo com os pedidos de trabalhos.
- Preparação de procedimento de concurso e respetivo acompanhamento, com vista à contratação de serviços externos de apoio como sejam: "Reparação da ponte do decantador primário nº 1 da ETAR de Ribeira dos Moinhos", "Manutenção dos Arejadores da ETAR de Ribeira dos Moinhos", "Prestação de Serviços de Limpezas das Infraestruturas da AdSA", "Prestação de Serviços de Desmatações Gerais", "Manutenção dos Espaços Exteriores" e "Reparação dos Pórticos da Águas de Santo André, S.A."
- Gestão de stocks de armazém.



Figura 21 - Manutenção de infraestruturas

## Energia

Na área de gestão energética, em 2013, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Execução da auditoria energética à ETAR de Ribeira dos Moinhos, realizada no âmbito das obrigações legais decorrentes da exploração de instalações consumidoras de energia.
- Acompanhamento do relatório de execução e progresso da captação de Ermidas do Sado.
- Realização de um estudo para redução dos custos associados a compensação do fator de potência, o qual concluiu que o investimento a fazer para as três principais instalações consumidoras de energia, a saber, captação de Ermidas do Sado, captação de Morgavel e da ETAR de Ribeira dos Moinhos apresentavam prazos de retorno do inferiores a um ano, com economias anuais estimadas em cerca de € 100.000,00. Nessa sequência foi aprovada a despesa para implementação das medidas preconizadas.
- Realização de um estudo com vista à otimização do funcionamento da instalação de Ermidas do Sado, nomeadamente, na sua alimentação em baixa tensão. Nesse estudo concluiu-se que passando a dispor de um fornecimento em baixa tensão para a iluminação da instalação, poupar-se-ia cerca

de € 400,00/mês, uma vez que deixariam de existir perdas associadas ao normal funcionamento dos transformadores, os quais são alimentados em alta tensão.

- Desenvolvimento do caderno de encargos com vista ao lançamento do procedimento de contratação para implementação das medidas necessárias ao cumprimento legal dos requisitos de acessos e exploração dos postos de transformação.
- Aprovação das propostas apresentadas pela AdP SERVIÇOS, S.A. para a negociação centralizada de energia em Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) e para a "Realização de diagnóstico energético em infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais para efeitos de identificação de *baselines* de consumos de energia".

## 6.2 Direção de Operação

### Água Potável

O subsistema de Água Potável abrange toda a produção de água potável (captação, tratamento e armazenamento), para abastecimento em alta ao município de Sines (Bêbeda e Paiol) e ao município de Santiago do Cacém (Giz, Foros da Quinta e Brescos), e para distribuição às zonas de abastecimento de Santo André e da ZILS, com origem no Aquífero de Sines.

#### Captação subterrânea

- Relativamente ao ano 2013, foi captado o volume total de 1.868.261 m<sup>3</sup>.
- Este volume foi captado irregularmente ao longo do ano, verificando-se em agosto o maior valor captado, de cerca de 216.432 m<sup>3</sup>, e em janeiro, o valor mais baixo na ordem dos 106.163 m<sup>3</sup>.

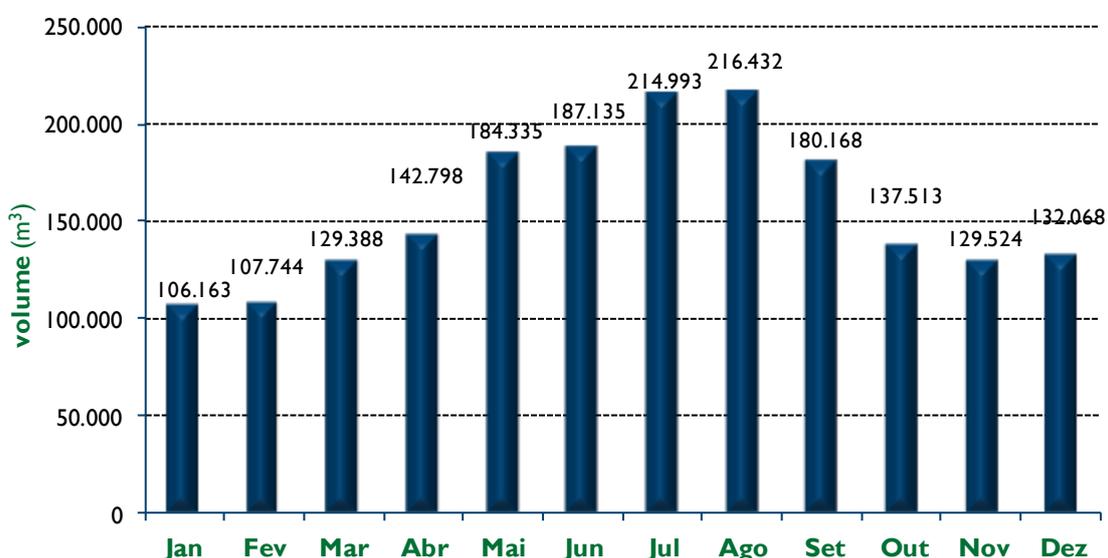


Figura 22 - Produção total das Captações de Água Subterrânea em 2013 (volume m<sup>3</sup>)

- Numa análise plurianual verifica-se uma diminuição do volume captado em relação aos anos anteriores. Este facto deve-se à redução dos pontos de entrega em Alta, e consequentemente, nos volumes a produzir.

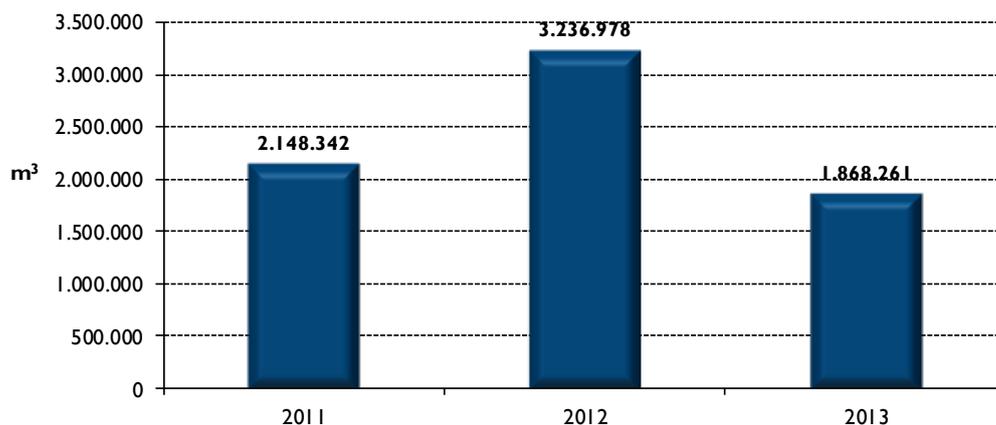


Figura 23 - Água Captada no período de 2011 a 2013

- A qualidade da água na origem foi monitorizada periodicamente, tendo-se efetuado 553 determinações analíticas, nas 5 captações ativas e em 2 de reserva, em 2013. Esta monitorização incluiu amostragens mensais, com rotinas de análise mensais, trimestrais e anuais, o que permitiu avaliar as características qualitativas da água captada.
- Na figura seguinte, apresentam-se as determinações efetuadas nas captações em exploração:

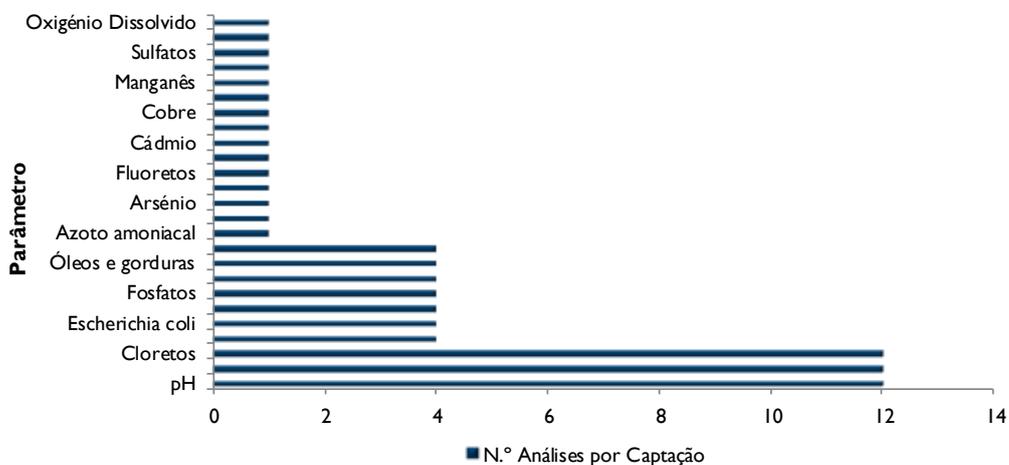


Figura 24 - Número de determinações analíticas efetuadas por captação subterrânea em 2013

- A análise dos valores médios anuais indica que a qualidade da água subterrânea captada, mantém-se dentro dos valores normais, estabelecidos pelo diploma legal em vigor, Decreto-Lei 236/98, de 1 de agosto.

## Produção e Abastecimento

- A água produzida nas ETA de Santo André e de Monte Chãos é armazenada nos reservatórios de Santo André e de Monte Chãos, respetivamente, e posteriormente entregue nos pontos de distribuição da cidade de Vila Nova de Santo André e na ZILS.

Quadro 27 - Pontos de entrega de água para consumo humano e respetivos caudais abastecidos

<b>Ponto de Entrega</b>	<b>Caudais (m<sup>3</sup>)</b>
Centro Operacional de Santo André	1.196.246
Centro Operacional de Monte Chãos	435.356
Centro Operacional de Monte Chãos – Transvase AP/AI	13.594
Suburbanos Santo André	135.550
ByPass ao reservatório – AP Adução / AP Distribuição	7.974
<b>Total fornecido</b>	<b>1.788.720</b>

- No tocante ao sistema de abastecimento em alta verificam-se perdas da ordem dos 4 %.

## Distribuição

- No quadro abaixo apresentam-se os volumes da água distribuída (saída do reservatório) bem como a água faturada e as respetivas perdas.

Quadro 28 - Valor das Perdas Totais no Subsistema de Água Potável no período de 2011 a 2013

	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Água fornecida</b>	1.962.514	1.748.490	1.631.602
<b>Água distribuída</b>	1.503.963	1.202.834	1.397.859
<b>Perdas na Distribuição (%)</b>	<b>23</b>	<b>31</b>	<b>14</b>

- A redução significativa do valor de perdas verificado em 2013 deve-se ao facto de se ter dado continuidade ao plano de renovação/substituição de contadores na rede de distribuição de Vila Nova de Santo André. Contribuiu também para a redução do valor de perdas, o tempo de resposta ao seccionamento dos troços danificados. Procedeu-se ainda à substituição de alguns troços de tubagem que frequentemente apresentavam roturas.
- A qualidade da água distribuída é controlada através do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto).
- No cumprimento do PCQA, aprovado para o ano de 2013, a AdSA efetuou através de um laboratório acreditado pelo IPAC as 766 determinações que asseguraram o cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto, tendo sido verificado 1 (um) incumprimento ao valor paramétrico definido para o parâmetro “Bactérias coliformes”, o que corresponde a um cumprimento a 99,87 % da qualidade de água fornecida pela AdSA.

- Paralelamente ao PCQA, a AdSA desenvolveu um outro plano complementar, constituído por amostras recolhidas nos seus pontos de entrega, tendo realizado 2.361 determinações não obrigatórias, das quais resultou apenas 1 (uma) análise não conforme no parâmetro “Bactérias coliformes”. No conjunto destes dois Planos, foram realizadas 3.127 determinações analíticas, um número que triplica o obrigatório, de acordo com o referido PCQA.

## Água Industrial

- O subsistema de abastecimento de Água Industrial abrange as atividades de captação da água superficial no Rio Sado através da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, a sua condução através do canal-túnel à Albufeira de Morgavel, e posterior bombagem para produção de água industrial na ETA de Morgavel. Posteriormente a água é aduzida e armazenada no Centro Operacional de Monte Chãos, de onde é feita a distribuição de água industrial à ZILS. Este centro é igualmente responsável pela distribuição de água potável para a mesma Zona.

### Captação

- O subsistema de abastecimento de Água Industrial inicia-se na captação de Ermidas do Sado, de onde é bombeado nos meses em que há disponibilidade na origem, em termos de qualidade e quantidade. Na figura seguinte apresentam-se os caudais captados em 2013.

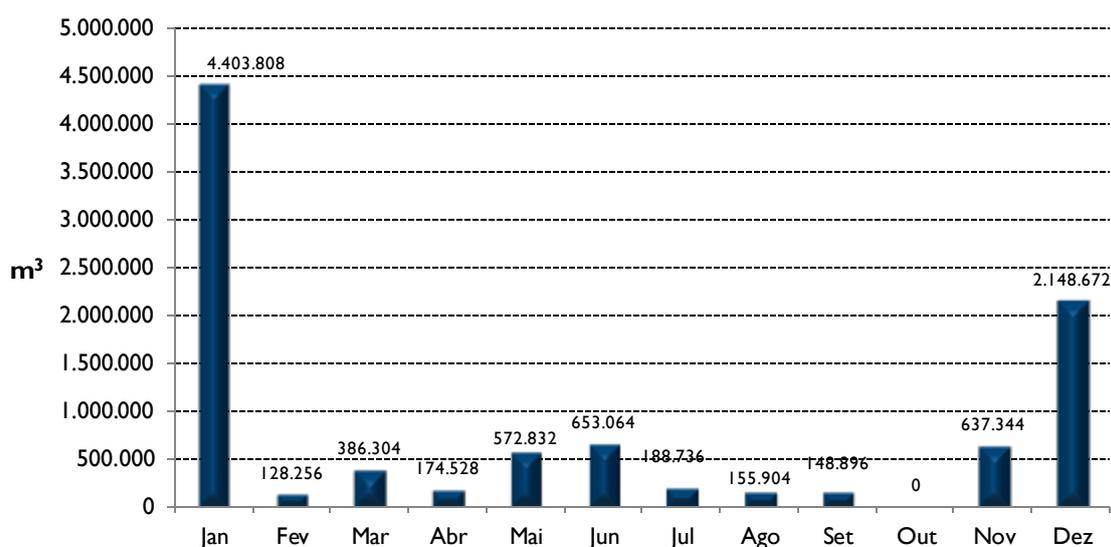


Figura 25 - Volumes Captados em Ermidas do Sado em 2013

- O elevado caudal bombeado no mês de janeiro justifica-se pela disponibilidade hídrica na origem e a necessidade de repor os níveis da Albufeira de Morgavel. Durante os restantes meses, a pluviosidade foi diminuta, o que impossibilitou a captação de volumes importantes, exceto em dezembro, pois foi possível retomar o normal funcionamento da instalação.

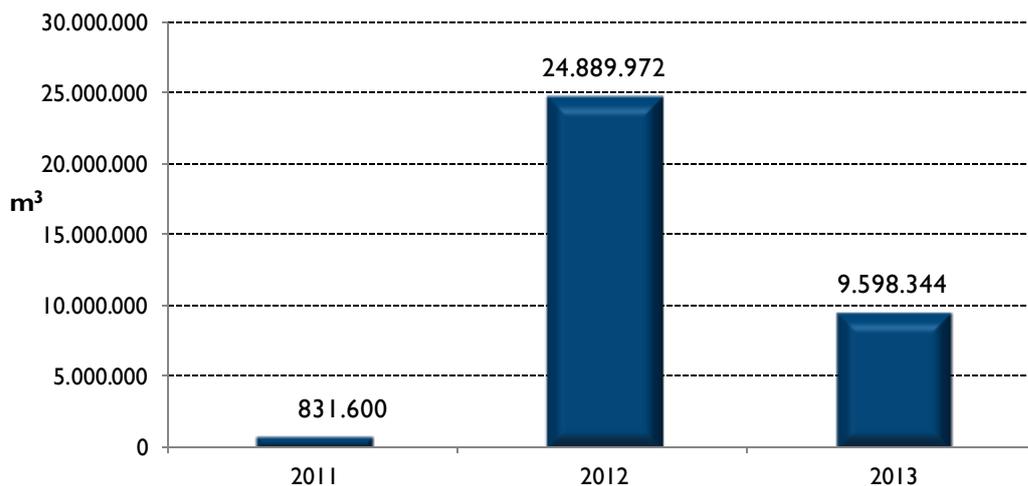


Figura 26 - Volume de Água Captada na EE Ermidas do Sado

- A redução do volume captado em 2013 deveu-se à indisponibilidade hídrica durante dez meses do ano.
- A figura seguinte apresenta a evolução do volume de água na Albufeira de Morgavel, ao longo dos últimos anos.

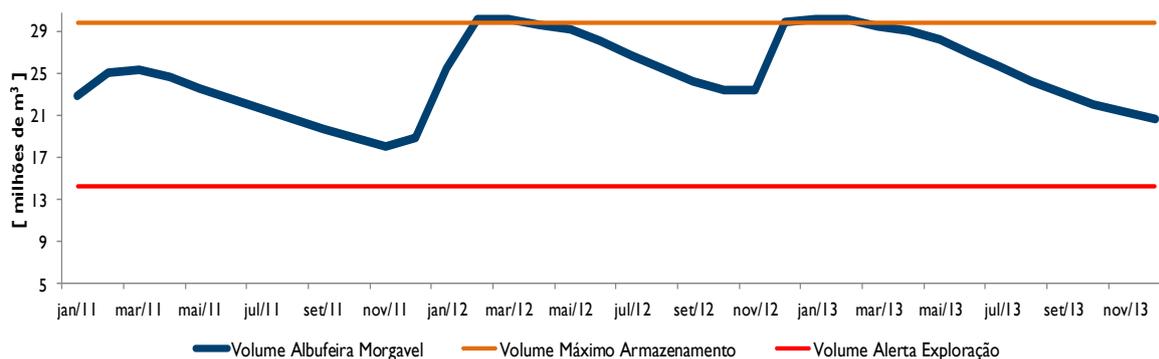


Figura 27 - Volume Armazenado na Albufeira de Morgavel no período de 2011 a 2013

- Conforme exposto anteriormente, apenas no final do ano de 2012 foi possível repor os níveis de água armazenada na Albufeira de Morgavel. A 31 de dezembro de 2013 a albufeira apresentava o nível 63,83 m o que corresponde a um volume de 22,44 hm³. O regime de exploração da Albufeira de Morgavel tem por objetivo assegurar um volume útil de armazenamento nunca inferior a 16 hm³, ou seja cerca de um ano de consumos. A partir dos 14,5 hm³ surge o nível de alerta a partir do qual entra em operação o regime especial de contingência.

## Produção

- Durante o ano de 2013 foram produzidos cerca de 16,9 hm³ de água industrial, destinada aos clientes da ZILS.

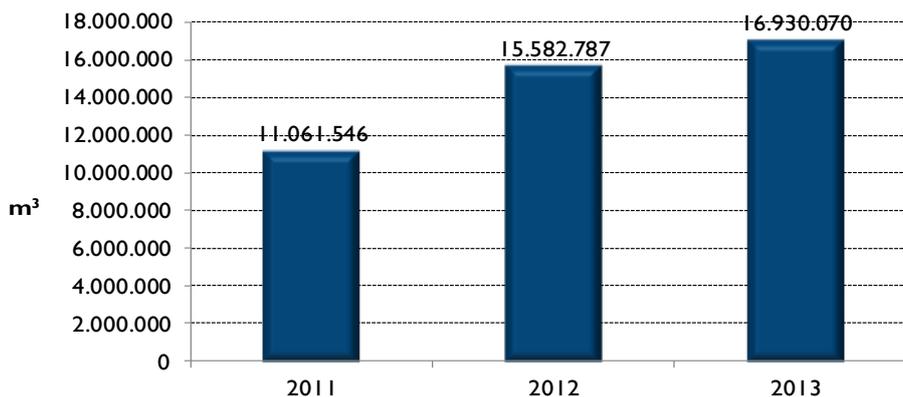


Figura 28 - Caudais Produzidos na ETA Morgavel

### Distribuição

- O Centro Operacional de Monte Chãos é responsável pelo abastecimento de água à ZILS, abrangendo 14 clientes. A água distribuída provém essencialmente da água produzida na ETA de Morgavel, à qual acresce, em pequena percentagem, a água proveniente do Centro de produção de Santo André.
- O total de água industrial distribuída em Monte Chãos foi de 16,6 hm³. Verificou-se em 2013 um acréscimo do volume distribuído de cerca de 1,4 hm³, devido à entrada em funcionamento de duas importantes unidades industriais.

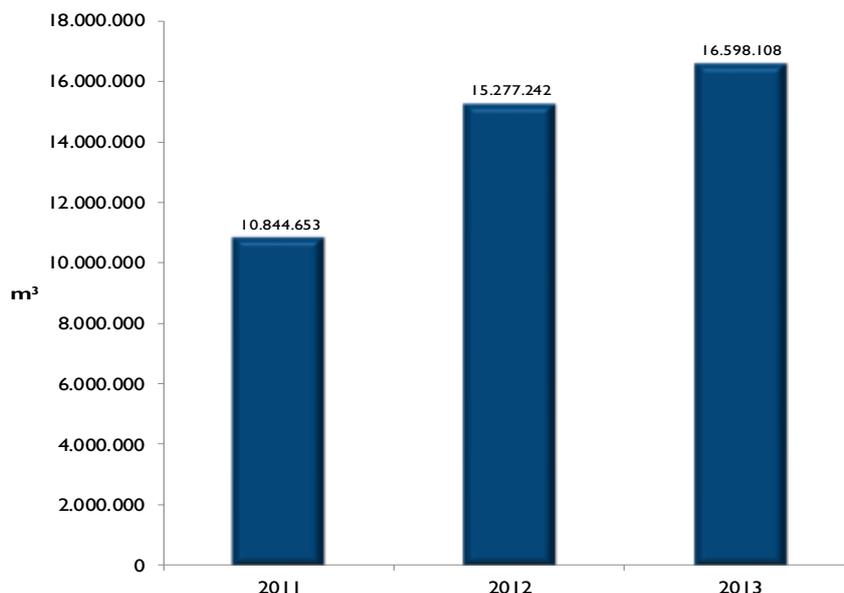


Figura 29 - Caudais distribuídos em Monte Chãos

- A qualidade da água distribuída às indústrias da ZILS é controlada através de um Plano de Controlo Interno. De acordo com este plano, a AdSA efetuou através de um laboratório acreditado pelo IPAC, 276 determinações correspondentes a 23 parâmetros. Por forma a monitorizar a qualidade da água industrial à saída do reservatório é efetuada diariamente em laboratório interno um

controlo analítico aos parâmetros turvação, pH e desinfetante residual, garantindo assim o controlo da qualidade da água industrial a fornecer aos clientes industriais.

## Água Residual

- A atividade do subsistema de Água Residual abrange atividades de recolha, tratamento e rejeição de água residual urbana e industrial, e ainda a receção e rejeição de água residual salina. São ainda rececionados diretamente na ETAR de Ribeira dos Moinhos lixiviados provenientes de vários Aterros de Resíduos Não Perigosos, atividade acessória e complementar devidamente autorizada pelo Concedente, e ainda águas residuais provenientes de fossas sépticas.

## Recolha

- No quadro seguinte é possível observar a evolução dos caudais recolhidos e transportados pelo subsistema desde 2011. Os caudais são apresentados de acordo com a sua proveniência: água residual urbana, água residual industrial e água residual salina.

Quadro 1 - Volume de água residual recolhida (2011-2013)

Tipologia de Água Residual	2011	2012	2013
Água Residual Urbana (ARU)	1.601.285	1.430.008	1.720.717
Água Residual Industrial (ARI)	4.189.932	5.747.492	6.073.591
Lixiviados	68.117	18.848	26.619
Água Residual Salina (ARS)	406.045	2.273.350	2.351.612
<b>Total</b>	<b>6.265.379</b>	<b>9.450.850</b>	<b>10.145.919</b>

- Em 2013, registou-se um acréscimo de 7 % do volume total de água residual recolhida, relativamente a 2012, que é justificado pelo arranque de duas novas importantes unidades industriais.
- Os volumes recolhidos apresentam a seguinte distribuição, conforme a sua origem:

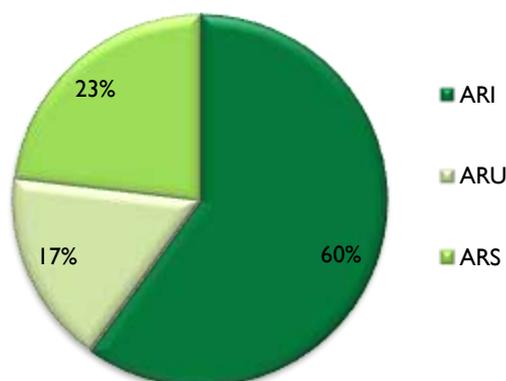


Figura 30 - Distribuição dos volumes recolhidos em função da tipologia de água residual, em 2013

- A qualidade das águas residuais industriais e salinas admitidas no subsistema são regidas pelo Regulamento de Recolha e Tratamento de Água Residual Industrial do Sistema de Santo André (RARISA), aprovado pelo Concedente em abril de 2007. No que respeita à água residual urbana é aplicável o Regulamento Geral de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Sistema de Santo André (RGESA).
- A água residual salina é recolhida e rejeitada diretamente no emissário submarino, uma vez que as suas características qualitativas não exigem o seu tratamento prévio.

## Tratamento

- No que respeita aos caudais afluentes à ETAR de Ribeira dos Moinhos, apresenta-se na figura seguinte a evolução registada desde 2011.

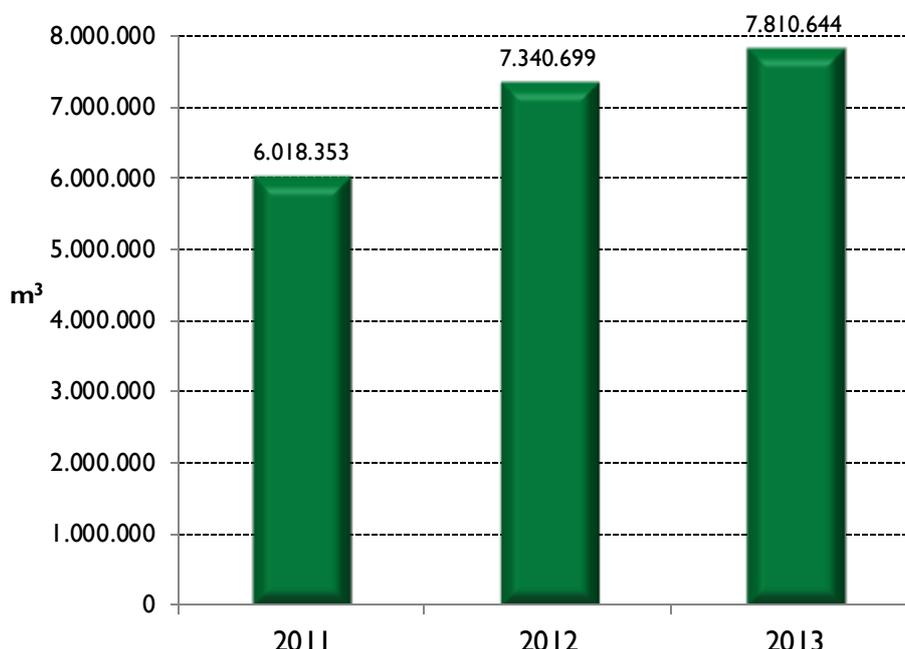


Figura 31 - Caudais afluentes à ETAR no período de 2011 a 2013

- Em 2013, registou-se um acréscimo de cerca de 6 % no caudal total afluente à ETAR, relativamente a 2012, justificado pelo arranque de duas novas importantes unidades industriais.
- As condições de descarga da água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos são estabelecidas pela licença de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais N°081/REI/RG/2011, emitida pela ARH-Alentejo em 2011, e válida pelo período de 10 anos.
- Com o objetivo de monitorizar a água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos é executado um plano analítico de acordo com o estipulado na licença de descarga acima referida, onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores limite de emissão a respeitar pela água residual tratada, antes de esta ser rejeitada no meio hídrico.
- Para suportar o controlo de processo da ETAR, é ainda executado um extenso plano de controlo analítico, através do laboratório de processo da ETAR.
- De acordo com a metodologia de cálculo da ERSAR para o indicador de desempenho AR15 – Cumprimento dos parâmetros de descarga temos que, para 81,2 % da população equivalente servida pela ETAR de Ribeira dos Moinhos o tratamento é satisfatório. A figura seguinte apresenta a

evolução da população equivalente com tratamento satisfatório e a respetiva taxa de cumprimento dos parâmetros de descarga, no período de 2011 a 2013.

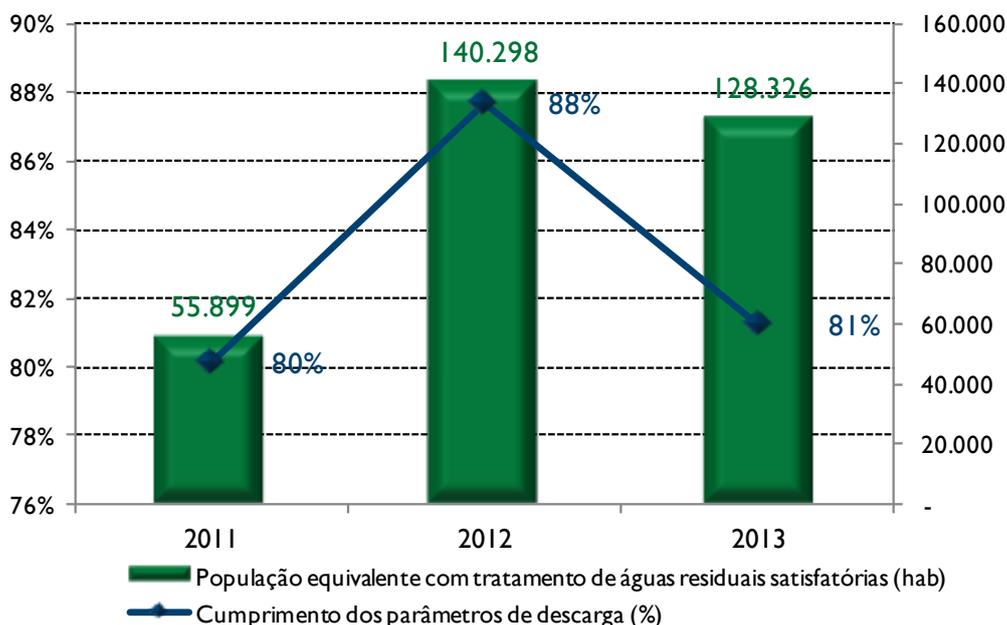


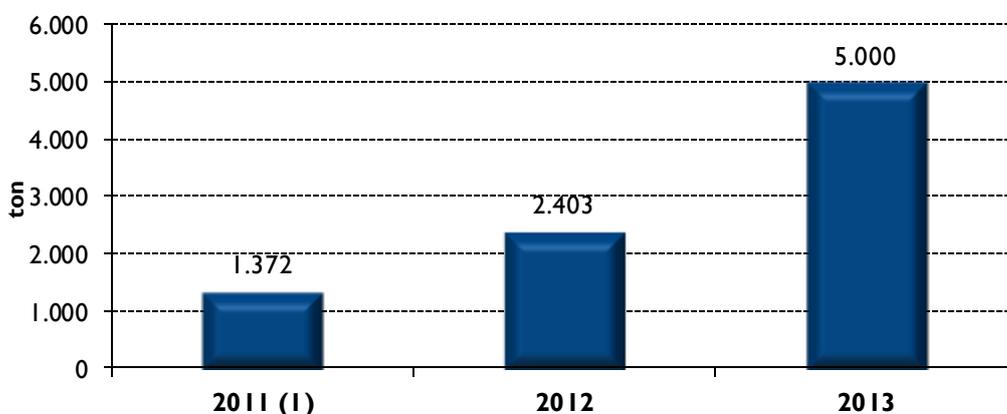
Figura 32 - Cumprimento dos parâmetros de descarga

## Resíduos Industriais

- O subsistema de Resíduos Industriais abrange todas as atividades referentes à receção e confinamento de resíduos industriais não perigosos.

### Confinamento de Resíduos

- Durante o ano de 2013 entraram na instalação RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André, 5.000,09 ton de resíduos não perigosos, dos quais 56 % correspondem a resíduos internos provenientes da ETAR e da ETA da AdSA, e 44 % de clientes externos.
- Na figura seguinte apresenta-se a evolução dos resíduos confinados no RESIM no período 2011 a 2013.



(1) Em 2011 o RESIM só laborou 3 meses

Figura 33 - Evolução dos Resíduos Recebidos desde 2011

## Monitorização Ambiental

- No âmbito da monitorização ambiental, a AdSA procedeu em 2013 ao controlo dos lixiviados do aterro, águas residuais, águas subterrâneas, emissões gasosas, dados meteorológicos e controlo de enchimento e assentamentos do aterro, de acordo com a legislação em vigor – Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto – e documentos de referência – Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 06/2011/CCDR-ALENTEJO e Licença Ambiental n.º 370/2010.
- A AdSA, na qualidade de entidade exploradora, elaborou e implementou o seu plano de monitorização, quer para a fase de exploração, quer para a fase de pós-encerramento.

## 6.3 Análise Comercial

### Evolução do Volume de Vendas

- No que respeita à evolução dos volumes faturados das várias áreas de negócio, as que representam um maior acréscimo são as da Água Industrial e Água Residual Industrial.
- No tocante à Água Industrial, o aumento de 2011 para 2012, deve-se à entrada em funcionamento de uma nova importante unidade industrial, e de 2012 para 2013 de duas novas importantes unidades industriais.
- No que diz respeito à Água Residual Industrial, os aumentos encontram-se diretamente ligados à entrada em funcionamento das unidades industriais acima mencionadas, nos respetivos anos.
- No que se refere à área de água potável em alta esta consolidou a tendência de decréscimo verificada desde 2011, registando-se de 2012 para 2013 uma diminuição em cerca de 53 %, justificada pelos termos, no último trimestre de 2012, da prestação de serviços de fornecimento de água a Porto Côvo, cujo fornecimento era efetuado de forma contínua, e à Cidade de Sines, cujo fornecimento era efetuado de forma pontual.
- A área de água residual urbana regista um ligeiro incremento em relação aos últimos anos, resultante das afluências provenientes da Cidade de Santiago do Cacém, que tiveram início em dezembro de 2012.
- A área de resíduos industriais, embora registe um peso pouco significativo no universo global da empresa, teve um incremento considerável no ano de 2013.

Quadro 29 - Volumes faturados por área de negócio

Produto / Serviço	Volumes Faturados (m3)				Distribuição por Produto / Serviço (%)			
	2011	2012	2013	Média	2011	2012	2013	Média
Água Industrial	10.843.215	15.280.355	16.389.094	14.170.888	58	58	59	58
Água Residual Industrial	4.253.793	5.809.529	6.085.226	5.382.849	23	22	22	22
Água Potável em Baixa	1.095.671	1.089.515	1.128.348	1.104.512	6	4	4	5
Água Residual Urbana	1.601.285	1.373.962	1.720.717	1.565.321	9	5	6	6
Água Potável em Alta	472.192	429.767	205.060	369.006	3	2	1	2
Água Residual Salina	406.045	2.404.393	2.351.612	1.720.683	2	9	8	7
<b>Total ...</b>	<b>18.672.201</b>	<b>26.387.520</b>	<b>27.880.057</b>	<b>24.313.259</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

## 7. Objetivos de Gestão

Os objetivos de Gestão fixados para a AdSA, para o triénio 2013-2015, pelo acionista na Assembleia Geral de 07 de junho de 2013, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no quadro seguinte:

Os objetivos encontram-se a ser auditados.

Quadro 30 - Mapa de Indicadores de gestão

INDICADORES		Valor Fixado <sup>1</sup>	Valor Atingido <sup>2</sup>
<b>Indicadores de Eficiência</b>			
<i>(Contribuir para o cumprimento das obrigações legais e contratuais, das orientações das tutelas sectorial e financeira e às recomendações do regulador)</i>			
1.	Plano de Redução de Custos	(%) 100%	<b>103%</b>
<b>Indicadores Financeiros - Rentabilidade e Crescimento</b>			
<i>(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira)</i>			
2.	Degradação da Tesouraria de Exploração	(%) 100%	<b>-205%</b>
3.	ROCE	(%) 100%	<b>66%</b>
4.	Margem EBITDA	(%) 100%	<b>94%</b>
<b>Indicadores de Ambiente</b>			
<i>(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos racionais no domínio do ambiente)</i>			
5.	Qualidade da Água	(%) 100%	<b>100%</b>
6.	Qualidade das Águas Residuais	(%) 100%	<b>102%</b>
<b>Indicadores de Reporte - Cumprimento de Reporte</b>			
<i>(Desenvolvimento da cultura do grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)</i>			
7.	Orientações Corporativas	(%) 100%	<b>100%</b>
8.	Cumprimento dos Prazos de Reporte (dias)	(dias) 0	<b>-1</b>
<b>Valor de Atingimento Final</b>			<b>2,29</b>

Valor Fixado<sup>1</sup> - Valor fixado pela Assembleia Geral de 07 de junho de 2013.

Valor Atingido<sup>2</sup> - Valor alcançado no exercício de 2013, devidamente auditado

## 8. Perspetivas para o Futuro

A atividade a desenvolver em 2014 passa, naturalmente, pela continuidade da implementação da estratégia da empresa com vista a desenvolver, a médio e longo prazo, um conjunto de investimentos que permitam prestar serviços de elevada qualidade e garantir a sustentabilidade ambiental, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da região.

Com os planos atualmente em desenvolvimento, como sejam, o Plano Diretor de Abastecimento de Água, o Plano Diretor de Águas Residuais, o Plano de Segurança da Água e os Planos de Monitorização e de Contingência Ambientais, a empresa passará a dispor de planos de investimentos físicos e financeiros, priorizados de acordo com análises de risco e, por conseguinte, calendarizados ao longo do restante período da concessão.

Neste contexto, torna-se premente a atualização do EVEF para permitir ajustar os investimentos a realizar de forma otimizada.

Dado todo o trabalho de planeamento em curso, bem como os projetos e obras já em desenvolvimento, a AdSA, afirmando-se como uma organização participada e na procura da corresponsabilização de todos os *stakeholders*, vai criar uma comissão de acompanhamento, de forma a que todos os seus projetos e empreendimentos sejam amplamente discutidos pela comunidade interessada.

Todos os estudos, projetos e empreitadas iniciadas em 2013 e ainda não concluídos merecerão um acompanhamento cuidado com vista ao cumprimento dos prazos e dos orçamentos estipulados.

De igual forma, a operação dos diversos subsistemas será mantida com eficácia e eficiência, visando proporcionar um serviço de elevada qualidade com satisfação plena dos clientes, bem como garantir a proteção e valorização ambiental.

2014 será também um ano em que a empresa dedicará especial atenção a uma melhoria dos processos de planeamento, gestão e controlo, seja através de uma revisão a todos os processos existentes, seja na sua operacionalização quando esta, até ao momento, se tenha mostrado incipiente, e ministrando formação sempre que isso se torne necessário.

Em 2014, será ainda prestada particular atenção ao desenvolvimento dos sistemas de informação, incluindo monitorização, telemetria e telegestão, bem como aos processos de certificação em matéria de Higiene e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social.

Também a educação e a sensibilização ambiental farão parte das preocupações da empresa que, neste âmbito, em parceria com as Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines, irá promover um ciclo de sessões e visitas dirigido à população escolar destes dois concelhos.

## 9. Factos Relevantes após o termo do Exercício

Em função da bombagem da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, e da condução da água à Albufeira de Morgavel, desde 31 de dezembro de 2013 até ao momento o volume armazenado passou de 21,20 hm<sup>3</sup> (64,38 %) para 29,59 hm<sup>3</sup> (98,13 %), encontrando-se a albufeira praticamente cheia, pelo que é possível encarar o abastecimento de água à indústria no ano de 2014, com algum conforto.

## 10. Sucursais da Sociedade

Não Aplicável.

## 11. Considerações Finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2013, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

O Concedente, na pessoa de Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;

O acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A.;

Os Organismos e Serviços Oficiais, como sejam a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, a Câmara Municipal de Sines, a Junta de Freguesia de Santo André, a Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente à sua Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a Capitania do Porto de Sines, a Administração Regional de Saúde do Alentejo Litoral, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, a aicep Global Parques e a Administração do Porto de Sines;

Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração, em particular, os grandes clientes industriais;

O Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;

Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral;

Os Colaboradores de AdSA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o desempenho da sociedade não poderia ter sido o que foi.

## 12. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no Artigo 25º dos Estatutos da AdSA, propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido positivo de 5.135.909,24 Euros, tenha a seguinte distribuição:

- € 118.129,58, para distribuição de dividendos ao acionista (OT10 anos + três pontos percentuais);
- € 5.017.779,66, para Resultados Transitados.

## 13. Anexo ao Relatório

O Capital Social ascende a 1.000.000 Euros, representado por 200.000 ações da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100 % por AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2013:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

O Conselho de Administração,

Joaquim Marques Ferreira  
(Presidente)

Manuel Augusto Ruano Lacerda  
(Administrador Executivo)

João Manuel da Silva Costa  
(Vogal)

Vila Nova de Santo André, 26 fevereiro de 2014

# C - Contas do Exercício de 2013

## Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da AdSA, submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa as Contas do Exercício do ano de 2013.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração de Resultados e Rendimentos Integral;
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório as Notas às Demonstrações Financeiras.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição do acionista os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Certificação Legal de Contas;

## Demonstração da posição financeira

Quadro 31 - Demonstração da posição financeira

		31.12.2013	31.12.2012
		IFRS	IFRS
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos intangíveis	6	60.261.192	62.163.027
Ativos fixos tangíveis	6	256.164	250.316
Investimentos financeiros	7	2.957.753	2.957.753
Ativos por impostos diferidos	8	4.397.590	4.346.320
<b>Total dos Ativos não correntes</b>		<b>67.872.699</b>	<b>69.717.416</b>
<b>Ativos correntes</b>			
Inventários	9	234.704	240.670
Clientes	10	2.664.162	3.587.957
Estado e outros entes públicos	11	17.222	86.745
Outras ativos correntes	12	5.637.803	4.952.804
Caixa e depósitos bancários	13	5.652.517	3.529.483
<b>Total dos Ativos correntes</b>		<b>14.206.408</b>	<b>12.397.658</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>82.079.106</b>	<b>82.115.075</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	14	1.000.000	1.000.000
Reservas legais	14	271.578	271.578
Resultados transitados	14	10.043.555	5.610.334
Resultado líquido do exercício	14	5.135.909	4.566.228
<b>Total do capital próprio</b>		<b>16.451.042</b>	<b>11.448.140</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	15	1.174.674	1.479.328
Passivos por impostos diferidos	8	2.338.630	2.589.371
Outras passivos correntes	16	6.062.590	6.585.815
Subsídios ao investimento	18	37.194.274	39.260.624
Acréscimos de gastos para investimentos contratuais	17	11.732.552	10.901.621
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>58.502.721</b>	<b>60.816.759</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Fornecedores	19	1.004.234	3.668.391
Estado e outros entes públicos	11	721.205	883.013
Acionistas	20	1.507.534	1.667.864
Outras passivos correntes	20	3.892.370	3.630.907
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>7.125.343</b>	<b>9.850.175</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>65.628.064</b>	<b>70.666.935</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>82.079.106</b>	<b>82.115.075</b>

## Demonstração de Resultados e Rendimentos Integral

Quadro 32 - Demonstração de Resultados e Rendimentos Integral

	Notas	31.12.2013 IFRS	31.12.2012 IFRS
Vendas	22	8.901.236	8.170.160
Prestações de serviços	22	7.653.569	8.585.814
<b>Volume de negócios</b>		<b>16.554.805</b>	<b>16.755.974</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	23	-226.529	-344.126
<b>Margem bruta</b>		<b>16.328.276</b>	<b>16.411.847</b>
Fornecimentos e serviços externos	24	-4.552.159	-4.247.783
Gastos com pessoal	25	-2.097.467	-1.768.891
Gastos de depreciação e de amortização	26	-4.065.306	-3.984.621
Provisões e reversões do exercício	27	303.489	694.082
Imparidade de dívidas a receber e de inventários	28	-800.556	-929.675
Subsídios ao investimento	18	2.053.703	2.216.697
Outros gastos e perdas	29	-199.323	-157.218
Outros rendimentos e ganhos	30	473.382	418.237
<b>Resultados operacionais</b>		<b>7.444.039</b>	<b>8.652.677</b>
Gastos financeiros	31	-206.089	-250.374
Rendimentos financeiros	32	566.399	469.979
<b>Resultados financeiros</b>		<b>360.309</b>	<b>219.606</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>7.804.348</b>	<b>8.872.282</b>
Imposto do exercício	21	-2.970.450	-3.109.157
Imposto diferido	8 e 21	302.011	-1.196.897
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>5.135.909</b>	<b>4.566.228</b>
<b>Rendimento Integral</b>		<b>5.135.909</b>	<b>4.566.228</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	14	<b>25,68</b>	<b>22,83</b>
<b>Rendimento Integral por ação (básico e diluído)</b>	14	<b>25,68</b>	<b>22,83</b>

## Demonstração das Alterações do Capital Próprio

Quadro 33 - Alterações do capital próprio

		<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Resultados transitados</b>	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo a 31 de dezembro de 2011	IFRS	1.000.000	271.578	1.080.508	4.698.183	7.050.268
Aplicação do res. líquido do exercício				4.529.826	-4.529.826	0
Distribuição de dividendos ao Acionista					-168.357	-168.357
Resultado líquido do exercício					4.566.228	4.566.228
Saldo a 31 de dezembro de 2012	IFRS	1.000.000	271.578	5.610.334	4.566.228	11.448.140
Aplicação do res. líquido do exercício				4.433.221	-4.433.221	0
Distribuição de dividendos ao Acionista					-133.007	-133.007
Resultado líquido do exercício					5.135.909	5.135.909
Saldo a 31 de dezembro de 2013	IFRS	1.000.000	271.578	10.043.555	5.135.909	16.451.042

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quadro 34 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	17.493.524	18.598.466
Pagamentos a fornecedores	-10.560.143	-7.630.965
Pagamentos ao pessoal	-1.085.927	-1.005.273
Pagamento de IRC	-3.108.085	-2.696.901
Outros recebimentos/pagamentos	-2.627.811	-4.011.319
	<b>111.558</b>	<b>3.254.008</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Recebimentos de investimentos financeiros	0	1.042.247
Recebimentos de ativos fixos tangíveis	0	0
Recebimentos de ativos intangíveis	0	0
Recebimentos de Juros e rendimentos similares	125.719	158.388
Pagamentos de investimentos financeiros	0	0
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis	-1.657.545	-2.926.673
	<b>-1.531.826</b>	<b>-1.726.038</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	0
Recebimentos de realizações de capital	0	0
Outros recebimentos	3.676.309	1.482.114
Pagamentos de empréstimos obtidos	0	0
Pagamentos de juros e gastos similares	0	0
Pagamentos de dividendos	-133.007	-168.357
Outros pagamentos	0	0
	<b>3.543.302</b>	<b>1.313.757</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>2.123.034</b>	<b>2.841.727</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.529.483	687.756
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.652.517	3.529.483
	<b>2.123.034</b>	<b>2.841.727</b>

O valor constante na rubrica “Outros recebimentos” deve-se à continuidade da resolução do passivo ambiental existente, através da prestação de serviços de Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André, adjudicada ao consórcio EGEO/SISAV/Carmona/Lena Ambiente, foram, desde o início do projeto e até final de 2013, concluídas 9 bacias das 12 existentes, tendo sido retiradas 69.038,60 ton de resíduos (lamas oleosas) e 25.607,18 ton de solos saneados, tendo como destinos finais, respetivamente, os CIRVER SISAV e ECODEAL e o Aterro de Resíduos Não Perigosos da Lena Ambiente II. Este é um projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA), tendo a AdSA recebido, em 2013, o valor global de € 3.655.316,05, dos quais € 2.304.297,85 correspondem a reembolsos do POVT e € 1.351.018,20 a reembolsos do FIA. Relativamente ao financiamento do POPH foi recebido o valor de € 20.992 em 2013, o que perfaz o montante global de € 3.676.309.

## Decomposição de caixa e seus equivalentes

Quadro 35 - Decomposição de caixa e seus equivalentes

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	60.868	1.854
Depósitos à ordem	5.591.649	3.527.630
Depósitos a prazo	0	0
	5.652.517	3.529.483
Descobertos bancários		0
	5.652.517	3.529.483

## Notas às demonstrações financeiras

### 1. Atividade económica da Águas de Santo André, S.A.

#### 1.1 Introdução

A Água de Santo André, S.A (adiante designada também por AdSA) foi constituída em 25 de maio de 2001, tendo a sua sede social na Cerca da Água, Rua dos Cravos. A AdSA tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André.

#### 1.2 Atividade

Água de Santo André, S.A. é uma sociedade anónima, constituída pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, com um capital social de 1.000.000 Euros, realizados a 100 %.

A sociedade tem por objeto, nos termos do artigo 3º dos estatutos, a "...exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André." Tendo por base o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, à sociedade é atribuída, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, pelo prazo de 30 anos.

#### 1.3 Acionistas

A AdSA tem como acionista único a Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700 - 421 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100 % do capital.

#### 1.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 26 de fevereiro de 2014.

## 2. Políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras das Águas de Santo André, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (U.E.). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptadas pela U.E. até 31 de Dezembro de 2013.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a Águas de Santo André, S.A. ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na nota 2.1.

### 2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdSA, foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações e do princípio do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

#### 2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, que decorram da aplicação de novas normas emitidas após 31 de dezembro de 2012.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de Janeiro de 2013

#### **Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho) – Apresentação de rubricas de Outro rendimento integral:**

(i) As alterações introduzem nova terminologia para o título da “Demonstração de rendimento integral”, que na norma passa a ser redenominada como “Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral”. Contudo, a aplicação e uso do título redenominado não é de aplicação obrigatória, podendo as entidades continuar a usar para as suas demonstrações financeiras títulos que não sejam usados na norma.

(ii) As alterações da IAS 1 mantêm a possibilidade de apresentar os resultados e o outro rendimento integral quer numa única demonstração quer em duas demonstrações separadas, desde que consecutivas. Contudo, as alterações à IAS 1 requerem que as rubricas de outro rendimento integral sejam agrupadas em duas categorias: a) rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, e b) rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, logo que estejam preenchidas determinadas condições. As alterações à IAS 1 devem ser aplicadas retrospectivamente, pelo que a apresentação (grupos separados) das rubricas de outro rendimento integral deve ser modificada para refletir estas alterações também no período comparativo.

#### **Alterações à IAS 19 Benefícios dos empregados (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho)**

As alterações mais significativas nesta nova versão da IAS 19 relacionam-se com a contabilização de alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As alterações na nova versão da IAS 19

requerem que as alterações nas obrigações de benefícios definidos e as alterações no justo valor dos ativos do plano sejam reconhecidas no momento em que ocorrem, eliminando assim a abordagem de “corridor” permitida pela versão anterior da IAS 19 e acelerando assim o reconhecimento dos custos com serviços passados. Com esta nova versão da IAS 19, todos os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos imediatamente em outro rendimento integral. Além disso, o custo de juros e retorno esperado dos ativos do plano, usados na versão anterior da IAS 19 são substituídos, nesta nova versão, por um montante de “juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos”, que é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos. Em adição, esta nova versão da IAS 19 introduz determinadas alterações na apresentação dos custos de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensivas. A nova versão da IAS 19 deverá ter aplicação retrospectiva.

#### **Adoção da IFRS 13 Mensuração pelo justo valor (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)**

A IFRS 13 estabelece um quadro único para o cálculo do justo valor de acordo com as IFRS (exceto para pagamentos com base em ações no âmbito da IFRS 2, transações de locação no âmbito da IAS 17 e mensurações que têm algumas semelhanças com o justo valor, mas que não são justo valor, como por exemplo o valor realizável líquido na mensuração de inventários, ou como por exemplo o valor de uso para aferição de imparidades) e fornece orientações abrangentes sobre a forma de calcular o justo valor de ativos e passivos, tanto financeiros como não financeiros. A IFRS 13 define justo valor como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. O justo valor na IFRS 13 consiste num “preço de saída”, independente de esse preço ser diretamente observável ou estimado por recurso a outra técnica de avaliação. A IFRS 13 inclui requisitos extensos de divulgações adicionais. A IFRS 13 requer apenas uma aplicação prospetiva, a partir de 1 de janeiro de 2013, pelo que os requisitos de divulgação não são exigidos para a informação comparativa de períodos anteriores antes da aplicação inicial da norma.

#### **Alterações à IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro) – Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes**

O objetivo das alterações consiste em introduzir uma exceção ao princípio de mensuração contido na IAS 12, sob a forma de uma presunção refutável de que o montante escriturado de um bem de investimento mensurado pelo justo valor será recuperado através da venda e que uma entidade será obrigada a utilizar a taxa de imposto aplicável à venda do ativo subjacente. Estas alterações à IAS 12 vêm suprimir a SIC 21 Impostos sobre o Rendimento — Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados, cujo teor passa a estar incluído na própria norma que passa a incluir mais exemplos ilustrativos de aplicação.

#### **Alterações à IFRS 1 Adoção pela primeira vez**

(i) Hiperinflação grave e supressão de datas fixas para os adotantes pela primeira vez: (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro). O objetivo destas emendas à IFRS 1 consiste em introduzir uma nova isenção, designadamente, as entidades que foram sujeitas a uma hiperinflação grave são autorizadas a utilizar o justo valor como custo considerado para os seus ativos e passivos na demonstração financeira de abertura de acordo com as IFRS. As emendas substituem ainda as referências a datas fixas, na IFRS 1, por referências à data de transição (ii) Empréstimos governamentais (Regulamento n.º 183/2013, de 4 de março) As emendas à IFRS 1 tratam os empréstimos recebidos de Governos a uma taxa de juro inferior à do mercado e têm por objetivo conceder aos adotantes pela primeira vez das IFRS uma dispensa da aplicação total e retrospectiva na transição para as IFRS.

#### **IFRIC 20 Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)**

O objetivo da IFRIC 20 consiste em fornecer orientações sobre o reconhecimento dos custos de produção relacionados com a descobertura como um ativo e sobre a mensuração inicial e subsequente do ativo correspondente às atividades de descobertura, de forma a reduzir a diversidade, na prática, quanto à forma como as entidades contabilizam os custos de descobertura incorridos na fase de produção de uma mina a céu aberto.

### **Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação (Regulamento n.º 1256/2012, de 13 de dezembro)**

O objetivo da emenda à IFRS 7 é exigir a apresentação de informação quantitativa adicional sobre compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, de maneira a que os utentes possam comparar e conciliar melhor as divulgações de acordo com as IFRS e as divulgações de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites (GAAP) dos EUA. Por outro lado, o IASB emendou a IAS 32 por forma a fornecer orientações adicionais para reduzir as incoerências na aplicação prática da norma - Regulamento 1256/2012, de 13 de dezembro.

### **Melhoramentos anuais: ciclo de 2009-2011 (Regulamento n.º 301/2013, de 27 de março)**

Os melhoramentos incluem emendas a cinco IFRS, que se sumarizam de seguida:

#### **IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Aplicação repetida da IFRS 1**

As emendas clarificam que uma entidade pode aplicar a IFRS 1 se as mais recentes demonstrações financeiras não continham uma declaração de conformidade, explícita e sem reservas, com as IFRS, mesmo se já tivesse aplicado a IFRS 1 no passado.

#### **IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Custos de empréstimos obtidos**

As emendas clarificam que custos de empréstimos obtidos capitalizados de acordo com PCGA anteriores antes da data de transição para as IFRS poderão ser usados sem ajustamento no montante previamente capitalizado à data de transição.

#### **IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras - Clarificação dos requisitos para informação comparativa**

As emendas especificam que uma terceira demonstração da posição financeira é requerida quando: a) uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente, ou efetua uma reexpressão ou reclassificação retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras, e b) a aplicação retrospectiva, reexpressão ou reclassificação tem um efeito material na informação na terceira demonstração da posição financeira. As emendas especificam que não é requerido que sejam apresentadas as notas conexas acompanhem a terceira demonstração da posição financeira.

#### **IAS 16 Ativos fixos tangíveis - Classificação de equipamentos de serviço (peças sobressalentes, equipamentos de reserva e de manutenção)**

As emendas clarificam que as peças sobressalentes, equipamento de reserva e de manutenção devem ser classificados como ativos fixos tangíveis quando cumprem a definição de ativos fixos tangíveis estabelecida na IAS 16 e como inventários nas outras situações.

#### **IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Efeito fiscal da distribuição aos detentores de instrumentos de capital próprio**

As emendas clarificam que o imposto sobre o rendimento nas distribuições aos detentores de instrumentos de capital próprio devem ser contabilizados de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

### **IAS 34 Relato financeiro intercalar**

As emendas clarificam que o total de ativos e total de passivos de um determinado segmento de relato deverão ser divulgados separadamente se esses montantes forem apresentados regularmente ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais e se se tiver verificado uma alteração substancial do valor divulgado nas últimas demonstrações financeiras anuais para esse segmento de relato.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2014

### **Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)**

O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu igualmente uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.

### **Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)**

O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

### **Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)**

A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.

### **Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)**

As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o goodwill) ou para qualquer unidade

geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo “material”, por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão “material” de imparidade tenha sido incorrida durante o período.

### **Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura** (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)

O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

## **2.2 Conversão cambial**

### **2.2.1 Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdSA, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdSA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### **2.2.2 Transações e saldos**

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em “Outras reservas”, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas de Santo André, SA de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

## **2.3 Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios**

### **2.3.1 Introdução**

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de maio, e DL 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas de Santo André, SA, com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Águas de Santo André, SA, é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de gastos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

### 2.3.2 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais e política de amortizações

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas de Santo André, SA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica gastos de depreciação e de amortização e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para depreciações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

## 2.4 Atividade concessionada – IFRIC 12 regulatórios

### Concessões, prazos e indexantes

Quadro 36 - Concessões, prazos e indexantes

Água, Saneamento e Resíduos	Concessão/Parceria	Prazo	Período	Remuneração Acionista	
				Taxa*	Incidência
Águas de Santo André, SA	Concessão	30 anos	2001-2031	9,29%	C.Social+Res.Legal

\* OT 10 anos + 3%

#### 2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas de Santo André, SA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do Concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Concedente pelos serviços de construção; o Concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o Concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

#### 2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Águas de Santo André, SA assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do Concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Águas de Santo André, SA como concessionárias de SMM classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

#### 2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base o prazo da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Quadro 37 - Investimento do Contrato de Concessão

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto	Número de anos da concessão	Taxa média de amortização do ano de
		(último EVEF submetido)	(último EVEF submetido)	2013
43.962.525	30	43.962.525	30	3,33%

Foram excluídos do quadro acima os valores relativos ao património integrado do INAG, cujo montante ascende a € 76.374.102, apesar destes investimentos constarem do direito de utilização de infraestruturas.

Atualmente o EVEF em vigor é o de 2001, pretendendo a AdSA elaborar um novo EVEF de acordo com a clarificação do posicionamento institucional da AdSA, do foco na sua vocação para uma empresa de serviços

ambientais para a região, assumindo definitivamente a vocação para os fins para estiveram na base da sua criação.

#### 2.4.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

#### 2.4.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A Águas de Santo André, SA na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Águas de Santo André, SA, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo regulador.

## 2.5 Ativos fixos tangíveis e intangíveis

### 2.5.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.2

### 2.5.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço. Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados. A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

### 2.5.3 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais

de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos. Não aplicável à AdSA.

## 2.6 Ativos e passivos financeiros

### 2.6.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros das Águas de Santo André, SA são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas de Santo André, SA classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

#### 2.6.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento das águas residuais das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na ZILS, relativamente a água potável, água industrial, água residual e resíduos industriais e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas de Santo André, SA não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

#### 2.6.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas de Santo André, SA tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### 2.6.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

#### 2.6.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a empresa não tem intenção de manter por tempo indeterminado; (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento individual os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a gastos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor”, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do gasto é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

#### 2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

##### 2.6.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

##### 2.6.2.2 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## 2.7 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda ou de serviços prestados pela Águas de Santo André, SA no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

## 2.8 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

## 2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

## 2.10 Imparidade

### 2.10.1 Imparidade de ativos financeiros

A empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

#### **Clientes, devedores e outros ativos financeiros**

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas de Santo André, SA não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

### 2.10.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas de Santo André, SA são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

#### **Determinação da quantia recuperável dos ativos**

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de

mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

### Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.12 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

## 2.13 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas de Santo André, SA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

## 2.14 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas de Santo André, SA, divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

## 2.15 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 2.16 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.3 a Águas de Santo André, SA, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

### 2.16.1 Prestação de serviços

#### **Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento**

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

#### **Atividade regulada - Serviços em “alta” - Tratamento e valorização de resíduos - indiferenciados**

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

#### **Atividade regulada - Serviços em “baixa” e em “alta” – Abastecimento de Água**

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

### Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

#### 2.16.2 Venda de bens

### Atividade regulada - Serviços em “alta” e em “baixa” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

### Atividade regulada - Serviços em “baixa” - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

#### 2.16.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas de Santo André, SA reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

## 2.17 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável. Não aplicável à AdSA.

## 2.18 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

## 2.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

## 3. Políticas de gestão do risco financeiro

### 3.1 Fatores de risco

As atividades da Águas de Santo André, SA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas de Santo André, SA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água, saneamento, resíduos e outros) é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Águas de Santo André, SA e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas de Santo André, SA continua a entender que sobre parte desses saldos existem à data indicadores que conduzem ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas de Santo André, SA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2013, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Quadro 38 - Ativos financeiros bancários

<b>ativos financeiros bancários</b>	<b>31.12.2013</b>
Depósitos à ordem	5.591.649
Depósitos prazo	0
Fundo de renovação do equipamento	2.677.885
Fundo de reconstituição do capital	279.868
	<b>8.549.402</b>

### 3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas de Santo André, SA pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas de Santo André, SA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas de Santo André, SA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Quadro 39 - Fluxos de caixa contratuais

	<b>&lt; 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	1.004.234	2.394.230	3.668.360
	<b>1.004.234</b>	<b>2.394.230</b>	<b>3.668.360</b>

A empresa não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo.

### 3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Não aplicável à AdSA.

### 3.5 Risco de capital

Não aplicável à AdSA.

### 3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Águas de Santo André, SA. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a AdP têm procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

A esta data o Conselho de Administração não tem conhecimento de eventuais decisões tomadas por parte do Concedente no âmbito da provável reestruturação do sector, reconhecendo no entanto que a ocorrência, as mesmas podem ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras da empresa.

## 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas de Santo André, SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.1 Provisões

A Águas de Santo André, SA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas de Santo André, SA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4.2 Ativos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada não regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pelo contrato celebrado com cada cliente, e de acordo com as suas especificidades.

### 4.3 Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

### 4.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas de Santo André, SA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas de Santo André, SA. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação

do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas de Santo André, SA os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Águas de Santo André, SA, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas de Santo André, SA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas de Santo André, SA.

#### 4.5 Provisões para impostos sobre o rendimento

A AdSA, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

Quadro 40 - Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2013
Ativos intangíveis	-	-	0	60.261.192	60.261.192
Ativos fixos tangíveis	-	-	0	256.164	256.164
Propriedades de investimento	-	-	0	0	0
Investimentos financeiros	2.957.753	-	2.957.753	0	2.957.753
Impostos diferidos ativos	-	-	0	4.397.590	4.397.590
Clientes e outros ativos não correntes	-	-	0	0	0
Inventários	-	-	0	234.704	234.704
Clientes	2.664.162	-	2.664.162	0	2.664.162
Estado e outros entes públicos	-	17.222	17.222	0	17.222
Outros ativos correntes	5.637.803	-	5.637.803	0	5.637.803
Caixa e seus equivalentes	5.652.517	-	5.652.517	0	5.652.517
<b>Total do ativo</b>	<b>16.912.234</b>	<b>17.222</b>	<b>17.222</b>	<b>65.149.650</b>	<b>82.079.106</b>
Provisões	-	1.174.674	1.174.674	0	1,174.674
Responsabilidades com pensões	-	-	0	0	0
Empréstimos não correntes	-	-	0	0	0
Impostos diferidos passivos	-	-	0	2.338.630	2,338.630
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	6.062.590	6.062.590	0	6.062.590
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	0	11.732.552	11,732.552
Subsídios ao investimento	-	-	0	37.194.274	37,194.274
Empréstimos correntes	-	-	0	0	0
Fornecedores	-	1.004.234	1,004.234	0	1,004.234
Outros passivos correntes	-	3.892.370	3,892.370	0	3,892.370
Acionistas	-	1.507.534	1,507.534	0	1,507.534
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	0	0	0
Estado e outros entes públicos	-	72.1205	72,1205	0	72,1205
<b>Total do passivo</b>	<b>0</b>	<b>14.362.607</b>	<b>14.362.607</b>	<b>51.265.457</b>	<b>65.628.064</b>

## 6. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

### 6.1 Ativos fixos tangíveis

Quadro 41 - Ativos fixos tangíveis

	31.12.2013	31.12.2012
Despesas de desenvolvimento	-	-
Ativos Tangíveis	256.164	250.316
	<b>256.164</b>	<b>250.316</b>

## 6.2 Ativos intangíveis

Quadro 42 - Ativos intangíveis

	31.12.2013	31.12.2012
Propriedade industrial e outros direitos	-	-
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	60.261.192	62.163.027
	<b>60.261.192</b>	<b>62.163.027</b>

## 6.3 Movimentos do período

Quadro 43 - Movimentos de ativos

Valor Bruto	31.12.2012	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2013
Despesas de desenvolvimento	74.740	-	-	-	-	74.740
Ativos Tangíveis	246.108	22.254	-	-	21.287	289.649
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	94.628.414	1.316.133	-	-	-21.287	95.923.260
	94.949.261	1.338.387	0	0	0	96.287.648,03
Amortizações acumuladas	31.12.2012	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2013
Despesas de desenvolvimento	-27.404	-2.491	-	-	-	-29.896
Ativos Tangíveis	-16.407	-16.407	-	-	-671,07	-33.485
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	-32.492.106	-2.975.581	-	-	-239.224	-35.706.912
	-32.535.918	-2.994.480	0	0	-239.895	-35.770.293
Valor líquido	62.413.343	-1.656.093	0	0	-239.895	60.517.355

As transferências evidenciadas acima nas amortizações acumuladas, respeitam à reclassificação da rubrica de acréscimos de gastos para investimentos, em virtude da conclusão de alguns investimentos contratuais no ano e 2013.

Os aumentos verificados no exercício de 2013, são explicados pelos principais investimentos:

Empreitada “Reforço do Abastecimento à ZILS-Fase 1” – Reforço do abastecimento de água industrial à ZILS.

Beneficiação da ETA de Morgavel – Reabilitação estrutural de quatro filtros de areia.

Reparação do Emissário Submarino da ETAR de Ribeira dos Moinhos.

Reformulação dos Circuitos de Média Tensão da ETAR de Ribeira dos Moinhos

Empreitada para “Execução da Obra de Entrada do Emissário de Santiago do Cacém” – Obra a realizar para melhorar as condições de admissibilidade da água residual urbana proveniente da cidade de Santiago do Cacém encaminhada para a ETAR de Ribeira dos Moinhos e respetivo tratamento de odores

## 7. Investimentos financeiros

Quadro 44 - Investimentos financeiros

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Fundo de renovação	2.677.885	2.677.885
Fundo de reconstituição	279.868	279.868
	<b>2.957.753</b>	<b>2.957.753</b>

O fundo de renovação tem como objetivo suportar os encargos necessários à realização de investimentos de substituição de bens depreciados por uso ou obsolescência técnica.

Por outro lado, ao abrigo do Contrato de Concessão, a Águas de Santo André, SA, ficou obrigada a entregar em cada ano, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um fundo de reconstituição de capital.

## 8. Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos podem ser analisados como se segue:

Quadro 45 - Impostos diferidos

	31.12.2012	Correcções	Dotação	Utilização	31.12.2013
Taxa de IRC	25%		23%	23%	23%
Taxa de Derrama	4%		5%	5%	5%
<b>Activos por Impostos Diferidos</b>					
Provisões					
Provisões - Clientes	379.302	-379.302			0
Provisões - riscos e encargos	1.448.163		420.592	-724.082	1.144.674
Prejuízos					
IFRIC 12					
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	10.107.942	-205.335		-138.472	9.764.135
IFRIC 12- (transição) - amortização contabilística vs fiscal					
IFRIC 12- (exercício) - amortização contabilística vs fiscal	-211.910	566.505		-18.663	335.932
IFRIC 12- (exercício) - Investimento contratual	3.263.813	126.971	1.070.155		4.460.939
Outros (detalhe outros em comentário)					
Base de incidência	14.987.310	108.839	1.490.748	-881.217	15.705.680
IRC	3.746.828	-274.713	342.872	-202.680	3.612.307
Derrama	599.492	155.315	74.537	-44.061	785.284
<b>Imposto diferido ativo reconhecido</b>	<b>4.346.320</b>	<b>-119.398</b>	<b>417.409</b>	<b>-246.741</b>	<b>4.397.590</b>
Taxa de IRC	25%		23%	23%	23%
Taxa de Derrama	4%		5%	5%	5%
<b>Passivos por impostos diferidos</b>					
Reavaliações					
Reavaliações fiscais					
Reavaliações livres					
Reinvestimento de mais valias					
IFRIC 12					
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	8.729.586			-459.452	8.270.134
IFRIC 12- (transição) - amortização contabilística vs fiscal	199.280	-35.047		-82.117	82.117
IFRIC 12- (exercício) - amortização contabilística vs fiscal					
IFRIC 12- (exercício) - Investimento contratual					
Outros (detalhe outros em comentário)					
Base de incidência	8.928.867	-35.047	0	-541.569	8.352.251
IRC	2.232.217	701	0	-124.561	1.921.018
Derrama	357.155	-350	0	-27.078	417.613
<b>Imposto diferido passivo reconhecido</b>	<b>2.589.371</b>	<b>350</b>	<b>0</b>	<b>-151.639</b>	<b>2.338.630</b>

A Águas de Santo André, SA, procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes da provisão para outros riscos e encargos para suprir os gastos com o destino final das lamas próprias e de processos judiciais em curso. Também são reconhecidos impostos diferidos ativos relativos aos acréscimos de gastos para Investimentos Contratuals. Por outro lado, a AdSA reconhece como diferenças temporárias os valores relativos a amortizações e dos subsídios de investimentos realizados e acréscimos de gastos de investimentos contratuals não realizados, cujo critério de reconhecimento de gastos e rendimentos é distinto do aceite fiscalmente.

No exercício de 2013, os movimentos reportam-se essencialmente ao reconhecimento do imposto diferido ativo, relativo ao investimento contratual previsto e não realizado, ao desreconhecimento dos ativos e passivos relacionados com o ajustamento da transição de amortizações e subsídios, e da utilização do imposto diferido ativo associado à provisão para remediação ambiental.

Paralelamente está também refletida na movimentação do ano a variação da taxa de imposto sobre o rendimento, resultante da aprovação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro relativa à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

## 9. Inventários

Quadro 46 - Inventários

	31.12.2013	31.12.2012
Matérias-primas	4.990	1.400
Materiais diversos	279.714	289.270
Perdas por Imparidade	-50.000	-50.000
	<b>234.704</b>	<b>240.670</b>

## 10. Clientes

Quadro 47 - Clientes

	31.12.2013	31.12.2012
Clientes municípios	450.471	930.575
Clientes outros	2.213.690	2.657.383
	<b>2.664.162</b>	<b>3.587.957</b>

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) a Águas de Santo André, SA, tem vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa.

No Conselho de Ministros de 14 de junho de 2012, foi aprovado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos nesta proposta de lei.

Os limites gerais de endividamento de médio e longo prazo, previsto na Lei das Finanças Locais, não prejudicam a contração de empréstimos ao abrigo do presente diploma. O fundo disponível para o financiamento do PAEL é de 1.000.000.000 euros. São 263 municípios que estão em condições de beneficiar do acordo assinado entre o Governo e as autarquias para uma linha de crédito de mil milhões de euros.

O PAEL divide-se em dois programas: o primeiro direcionado para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado. Nesse caso, o contrato de financiamento pode chegar aos 100 por cento das dívidas. O segundo dirige-se às dívidas em atraso, pelo menos, há 90 dias, e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas.

As autarquias que estabeleçam um contrato ao abrigo do PAEL são impostas um conjunto de obrigações, entre as quais multas no caso de existir um aumento do endividamento no período da execução do contrato.

A Administração acompanhou de perto (junto das "entidades interessadas") estas negociações, estando otimista quanto ao desfecho deste processo. No seguimento deste Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) a AdSA recebeu, em 2013, o montante de € 586.395,58.

### 10.1 Clientes – municípios

Quadro 48 - Clientes – municípios

	31.12.2013	31.12.2012
Clientes municípios	1.406.415	1.251.327
Clientes municípios TRH	24.098	16.043
Clientes municípios injunções	5.532.218	5.346.512
Clientes municípios acordos	0	0
Perdas por imparidade	-6.512.259	-5.683.307
	<b>450.471</b>	<b>930.575</b>

Atendendo ao facto de alguns clientes Municípios não se encontrarem a aceitar a faturação emitida pela AdSA no âmbito da prestação de serviços realizada, têm vindo a ser acionados pela empresa os mecanismos legais que visam assegurar a recuperabilidade dos montantes facturados. Os respectivos processos de injunção e/ou Ações Administrativas Comuns em Processo Ordinário encontram-se divulgados na nota 35.

### 10.2 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

Quadro 49 - Clientes – municípios – total da dívida

	31.12.2013	31.12.2012
Clientes municípios não correntes	-	-
Clientes municípios correntes	6.962.730	6.613.882
Perdas por imparidade	-6.512.259	-5.683.307
	<b>450.471</b>	<b>930.575</b>

### 10.3 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Quadro 50 - Total da dívida por vencimento dos municípios

	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Santiago do Cacem	2.419.458	376.511	456.976	3.252.945	158.969	3.411.914
Município de Sines	2.306.576	643.636	513.197	3.463.409	87.407	3.550.816
	4.726.034	1.020.146	970.174	6.716.354	246.376	6.962.730

### 10.4 Clientes – outros – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Quadro 51 - Total da dívida por vencimento (outros)

	Vencido até 2011	Vencido até 2012	Vencido até 2013	Total vencido	Não vencido	Total
Clientes Outros	8.771	8.797	733.507	751.075	1.491.285	2.242.360
	8.771	8.797	733.507	751.075	1.491.285	2.242.360

## 11. Estado e outros entes públicos

Quadro 52 - Estados e outros entes públicos

	31.12.2013	31.12.2012
IVA a receber	17.222	86.745
Outros	0	0
<b>EOEP activos</b>	<b>17.222</b>	<b>86.745</b>
IVA a pagar	0	0
Retenções	-26.238	-18.322
Retenções - Segurança social	-35.296	-34.094
Outras tributações - TRH	-659.672	-830.597
Outros	0	0
<b>EOEP passivos</b>	<b>-721.205</b>	<b>-883.013</b>
	<b>-703.983</b>	<b>-796.269</b>

## 12. Outros ativos correntes

Quadro 53 - Outros ativos correntes

	31.12.2013	31.12.2012
Adiantamentos a fornecedores	0	0
Outros devedores	1.941.345	3.248.482
Acréscimos de rendimentos	3.586.551	1.683.519
Diferimentos de gastos	109.906	20.803
	<b>5.637.803</b>	<b>4.952.804</b>

O montante de outros devedores, diz respeito ao reconhecimento dos serviços prestados no âmbito da retirada das lamas confinadas no aterro de Santo André (RESIM), projecto co-financiado a 100 % pelo POVT (Programa Operacional Temático de Valorização do Território) e FIA (Fundo de Intervenção Ambiental).

Nos acréscimos de rendimentos encontra-se a estimativa dos valores mínimos garantidos a faturar relativos ao contrato celebrado com um cliente e rendimentos financeiros decorrentes de aplicações financeiras, nomeadamente o Fundo de Reconstituição de Capital Social e o Fundo de Renovação do Equipamento.

## 13. Caixa e bancos

Quadro 54 - Caixa e bancos

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	60.868	1.854
Depósitos à ordem	5.591.649	3.527.630
Depósitos a prazo	0	0
	5.652.517	3.529.483

## 14. Capital

Quadro 55 - Capital social

	Capital subscrito		Capital realizado	
	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2012
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	100%	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	100%	1.000.000	1.000.000	1.000.000

O capital social da empresa é composto por 200 000 ações da classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada.

### 14.1 Resultado por ação

Quadro 56 - Resultado por ação

	31.12.2013	31.12.2012
Resultado líquido	5.135.909	4.566.228
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	200.000	200.000
Resultado por ação	26	23

### 14.2 Movimentos do período

Quadro 57 - Movimentos por período do capital social

	31.12.2012	Afect. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2013
Reservas e outros ajustamentos	271.578	-	-	-	271.578
Resultados transitados	5.610.334	4.433.221	-	-	10.043.555
Resultado líquido do exercício	4.566.228	-4.433.221	-133.007	5.135.909	5.135.909
	10.448.140	0	-133.007	5.135.909	15.451.042

A Assembleia Geral de acionistas de 14 de março de 2013, aprovou as contas da empresa tendo deliberado a aplicação do RLE em resultados transitados (€ 4.433.221,41) e a distribuição de dividendos (€ 133.007,04).

## 15. Provisões

Quadro 58 - Provisões

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Provisões - outros - Lamas	724.082	1.448.164
Provisões - outros - Colaborador	0	1.165
Provisões - outros - Contingências Fiscais	30.000	30.000
Provisões - outros - Fornecedores	231.853	0
Provisões - outros - Diversos	188.739	0
	<b>1.174.674</b>	<b>1.479.328</b>

O movimento do ano da rubrica de provisões para outros riscos e encargos refere-se à reversão de 1/3 da estimativa dos encargos relativos ao envio para destino final de lamas próprias e a constituição de novas provisões relativas a processos judiciais em curso.

### 15.1 Movimentos do período

Quadro 59 - Movimentos por período das provisões

	<b>31.12.2012</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Reversões</b>	<b>31.12.2013</b>
Provisões - outros - Lamas	1.448.164	0	0	-724.082	724.082
Provisões - outros - Colaborador	1.165	0	-1.165	0	0
Provisões - outros - Contingências Fiscais	30.000	0	0	0	30.000
Provisões - outros - Fornecedores	0	231.853	0	0	231.853
Provisões - outros - Diversos	0	188.739	0	0	188.739
	<b>1.479.328</b>	<b>420.592</b>	<b>-1.165</b>	<b>-724.082</b>	<b>1.174.674</b>

## 16. Fornecedores e outros passivos não correntes

Quadro 60 - Fornecedores e outros passivos não correntes

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Fornecedores de investimentos	6.062.590	6.585.815
	<b>6.062.590</b>	<b>6.585.815</b>

A Águas de Santo André, SA, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, tem a obrigação de efetuar um pagamento mensal ao INAG/APA, de €39.903,83, durante o prazo da concessão. A 31 de dezembro de 2013, encontra-se registado em passivo não corrente o montante de €6.062.590, o qual se encontra mensurado pelo método do custo amortizado.

## 17. Acréscimos de gastos de investimento contratual

Quadro 61 - Acréscimos de gastos de investimento contratual

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Acréscimos de gastos de investimento contratual	11.732.552	10.901.621
	<b>11.732.552</b>	<b>10.901.621</b>

O valor desta rubrica corresponde à aplicação da taxa de amortização sobre o investimento da concessão previsto mas ainda não realizado. Para além do acréscimo de gastos para investimento futuro reconhecido no exercício de 2013, pelo valor de €1.070.155, verifica-se a transferência do valor de €239.224 para depreciações acumuladas de ativos intangíveis, de acordo com a passagem a firme anual, conforme nota 6.

## 18. Subsídios ao investimento

Quadro 62 - Integração de património

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Integração de património	37.194.274	39.260.624
	<b>37.194.274</b>	<b>39.260.624</b>

### 18.1 Movimentos do período

Quadro 63 - Movimentos do período de integração de património

	<b>31.12.2012</b>	<b>Resultados</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Regularizações</b>	<b>31.12.2013</b>
Integração de património	39.260.624	-2.066.350	-	-	37.194.274
	<b>39.260.624</b>	<b>-2.066.350</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>37.194.274</b>

O montante de €2.066.350 diz respeito ao reconhecimento em rendimentos do exercício dos valores associados à integração de património.

## 19. Fornecedores correntes

Quadro 64 - Fornecedores correntes

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Fornecedores de investimentos	313.004	547.629
Fornecedores gerais	602.819	3.026.259
Fornecedores empresas do Grupo	85.554	87.671
Fornecedores facturas em receção e conferência	2.857	6.833
	<b>1.004.234</b>	<b>3.668.391</b>

O valor de fornecedores gerais sofreu uma diminuição relativo ao ano de 2012, devido à liquidação de cerca de 2,4 mil euros referentes à prestação de serviço de retirada das lamas do aterro, I projeto financiado pelo POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território e FIA – Fundo de Intervenção Ambiental.

## 20. Outros passivos correntes

Quadro 65 - Outros passivos correntes

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Acréscimos com férias e subsídio de férias	206.399	128.827
Empresas do Grupo	1.507.534	1.667.864
Outros acréscimos e diferimentos	3.176.390	3.195.636
Outros credores	509.582	306.444
	<b>5.399.904</b>	<b>5.298.771</b>

A variação verificada na rubrica Empresas do Grupo, deve-se à estimativa de imposto a pagar, uma vez que a AdSA integra o regime especial de tributação do grupo de sociedades da AdP SGPS.

## 21. Imposto sobre o rendimento

Quadro 66 - Imposto sobre o rendimento

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Imposto corrente	2.970.450	3.109.157
Pagamentos por conta	2.144.463	2.152.697
Pagamento adicional por conta	289.757	248.376
Retenções	39.193	50.717
Estimativa de imposto a pagar	497.037	657.367

A estimativa de imposto a pagar de 2013, não consta no balanço na rubrica de imposto sobre o rendimento do exercício mas sim na rubrica de outros passivos correntes uma vez que a AdSA passou a fazer parte do grupo de sociedades da AdP, SGPS, SA.

## 21.1 Imposto do exercício – corrente e diferido

Quadro 67 - Imposto do exercício

	31.12.2013	31.12.2012
Imposto corrente	-2.970.450	-3.109.157
Imposto diferido	302.011	-1.196.897
	<b>-2.668.438,8</b>	<b>-4.306.053,8</b>

A variação verificada nos impostos diferidos deve-se à alteração das taxas de acordo com a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro relativa à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

## 21.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

Quadro 68 - Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	31.12.2013	31.12.2012
Resultado antes de impostos	7.804.348	8.872.282
Variações patrimoniais positivas	541.569	559.092
	<b>1) 8.345.916,71</b>	<b>9.431.374,39</b>
<b>Acréscimos</b>		
Amortização exercício investimento futuro	1.070.155	1.012.539
Provisões	420.592	30.000
Perdas por imparidade	981.539	929.675
outros	323.404	89.171
<b>Deduções</b>		
Reversão de provisão para outros riscos e en	905.065	724.082
Outros	224.940	158.856
	<b>2) 684.146</b>	<b>248.772</b>
<b>Lucro Tributável</b>	<b>1) + 2) 9.030.063</b>	<b>9.680.146</b>
Matéria coletável até € 12.500	-	-
Matéria coletável acima de € 12.500	0	-
Imposto à taxa + derrama: 14%	-	-
Imposto à taxa normal + derrama: 26,5%	2.392.967	2.565.239
Derrama estadual	305.580	285.491
Tributação autónoma	11.796	12.063
<b>Total do imposto</b>	<b>2.710.342</b>	<b>2.862.793</b>
<b>Total do imposto IFRS</b>	<b>2.710.342</b>	<b>2.862.793</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>30,01%</b>	<b>29,57%</b>

As variações patrimoniais positivas resultam essencialmente da não-aceitação pela administração fiscal dos acréscimos de gastos para investimentos contratuais não realizados à data de 31 de dezembro de 2010, cujo reconhecimento se encontra a ser diferido pelo número de anos remanescente da concessão.

Relativamente aos outros acréscimos e deduções estão consideradas as provisões não dedutíveis relativas às dívidas dos Municípios no montante de € 981.539,13 e as provisões no valor global de € 420.592,47 relativos

a processos judiciais em curso, a reversão provisão para outros riscos e encargos para suprir os gastos com o destino final das lamas próprias no valor de € 724.081,74 e os acréscimos de gastos do investimento contratual não realizado no valor de € 1.070.155,34.

### Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei nº66-B/2012, onde no seu artº 255, onde se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no nº2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

### 21.3 Prejuízos fiscais

Não existem perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados, existem diferenças temporárias dedutíveis relativamente as quais existem ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço.

## 22. Vendas e prestação de serviços

### 21.4 Vendas

Quadro 69 - Vendas

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Vendas	8.901.236	8.170.160
	<b>8.901.236</b>	<b>8.170.160</b>

A variação verificada deve-se essencialmente à entrada em funcionamento de uma nova unidade de produção que contribuiu para o aumento da faturação de água industrial.

### 21.5 Prestação de serviços

Quadro 70 - Prestações de serviços

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Prestação de serviços a municípios	575.100	564.501
Prestação de serviços a particulares	7.078.469	8.021.313
	<b>7.653.569</b>	<b>8.585.814</b>

A variação verificada é justificada essencialmente pela melhoria da qualidade do caudal afluente à ETAR proveniente de um cliente. No período de março a setembro de 2012 decorreu o processo de estabilização

do sistema de pré-tratamento de água residual deste cliente, que contribuiu para que a água residual descarregada possuísse elevadas cargas poluentes que foram faturadas sobretudo nos preços mais elevados.

## 23. Custo das vendas

Quadro 71 - Custo das vendas

	31.12.2013	31.12.2012
CMVMC - Mercadorias	-	-
CMVMC – Matérias-primas	163.912	128.186
CMVMC - Matérias subsidiárias	4.192	133.521
CMVMC - Diversos	58.424	82.419
	<b>226.529</b>	<b>344.126</b>
TPE	0	0
	<b>226.529</b>	<b>344.126</b>

O custo das vendas compreende todos os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e sua condição, designadamente contadores, material hidráulico, tubagem e outros.

## 24. Fornecimentos e serviços externos

Quadro 72 - Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2013	31.12.2012
Trabalhos especializados	1.788.755	1.917.153
Energia	1.045.419	1.153.024
Comunicação	198.666	206.100
Outros FSE's	1.331.922	974.444
Correções relativas a exercícios anteriores	192.732	0
	<b>4.557.495</b>	<b>4.250.721</b>
FSE's capitalizados	-5.336	-2.938
	<b>4.552.159</b>	<b>4.247.783</b>

A variação mais significativa verifica-se na rubrica outros FSE's, resultante dos serviços contratados no âmbito de consultoria jurídica, conservação e reparação de infra-estruturas e equipamentos. As correções relativas a exercícios anteriores devem-se ao reconhecimento do gasto relativo à retirada de lamas da ETAR para destino final.

## 25. Gastos com pessoal

Quadro 73 - Gastos com pessoal

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Remunerações	1.555.406	1.354.960
Encargos sociais sobre remunerações	351.564	287.471
Outros custos com pessoal	190.497	126.461
Correcções relativas a exercícios anteriores	0	0
	<b>2.097.467</b>	<b>1.768.891</b>
Gastos com pessoal capitalizados	0	0
	<b>2.097.467</b>	<b>1.768.891</b>

O aumento verificado nos gastos com pessoal resulta da aplicação da Lei n.º 39/2013, de 21 de junho que regula a reposição, em 2013, do subsídio de férias de 2012 e à adesão de duas colaboradoras ao Programa Voluntário de Rescisões Amigáveis, dos quais resultou o pagamento de indemnizações.

### 25.1 Quadro de pessoal

Quadro 74 - Quadro de pessoal

<b>Número médio de colaboradores durante o período</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efectivos e outros	69	71
	<b>72</b>	<b>74</b>

<b>Número de colaboradores a 31 de Dezembro</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efectivos e outros	66	69
	<b>69</b>	<b>72</b>

## 26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Quadro 75 - Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Depreciação de propriedades de investimento	-	-
Amortizações de ativos tangíveis	16.407	16.407
Amortizações de ativos intangíveis	2.978.073	2.955.675
Acréscimos de custos do investimento contratual	1.070.155	1.012.539
Reversões de amortizações de ativos intangíveis	-	-
	<b>4.064.635</b>	<b>3.984.621</b>

## 27. Provisões e reversões do exercício

Quadro 76 - Provisões e reversões do exercício

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Provisões para riscos e encargos	-	-
Provisões Outras	420.592	30.000
	<b>420.592</b>	<b>30.000</b>
Reversões de provisões para processos judiciais	-	-
Reversões de provisões para riscos e encargos	724.082	724.082
	<b>724.082</b>	<b>724.082</b>
	<b>303.489</b>	<b>694.082</b>

## 28. Perdas por imparidade e reversões do exercício

Quadro 77 - Perdas por imparidade e reversões do exercício

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Perdas por imparidade de clientes	981.539	929.675
Perdas por imparidade de outros devedores	-	-
	<b>981.539</b>	<b>929.675</b>
Reversões de perdas por imparidade	180.984	-
	<b>180.984</b>	-
	<b>800.556</b>	<b>929.675</b>

O reforço deve-se essencialmente à faturação de Águas Residuais Urbanas pelos municípios de Sines e de Santiago do Cacem e a reversão deve-se à liquidação por parte da Câmara Municipal de Sines de faturas que se encontravam registadas em perdas por imparidade.

## 29. Outros gastos operacionais

Quadro 78 - Outros gastos operacionais

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Impostos	73.339	69.225
Perdas em inventários	6.633	3.601
Donativos	2.500	1.000
Outros gastos operacionais	116.852	83.392
	<b>199.323</b>	<b>157.218</b>

## 30. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Quadro 79 - Outros rendimentos e ganhos operacionais

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Rendimentos suplementares	298.174	258.108
Subsídios à exploração	0	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	175.208	160.129
Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
	<b>473.382</b>	<b>418.237</b>

Os rendimentos suplementares dizem respeito à receção de lixiviados.

## 31. Gastos financeiros

Quadro 80 - Gastos financeiros

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Juros suportados	205.788	250.032
Comissões bancárias	302	341
Outros gastos financeiros	0	0
	<b>206.089</b>	<b>250.374</b>
Gastos financeiros capitalizados	0	0
	<b>206.089</b>	<b>250.374</b>

## 32. Rendimentos financeiros

Quadro 81 - Rendimentos financeiros

	31.12.2013	31.12.2012
Juros de mora - Atraso de pagamento de clientes	361.855	285.597
Juros obtidos - Depósitos bancários	160.164	184.382
Outros juros	44.379	0
	<b>566.399</b>	<b>469.979</b>

## 33. Transações com entidades relacionadas

Quadro 82 - Transações com entidades relacionadas 2012

Ano 2012	AdP Serviços, SA	Aquasis, SA	Simarsul, SA	EPAL, SA	EGF, SA	Águas Públicas do Alentejo, SA	AdP Energias, SA	Empresa mãe AdP SGPS, SA	Municípios accionista	Órgãos Gestão
Rendimentos	-	-	-	18.709	-	13.377	250	-	-	-
Rédito	-	-	-	18.709	-	13.377	250	-	-	-
Dividendos atribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-183.623	-45.065	-771	0	-22.939	-	-9.463	-541.721	-	-
Gastos com pessoal	-400	-	-	-	-	-	-	-23.562	-	-
Outros gastos	-183.223	-45.065	-771	-	-22.939	-	-9.463	-518.158	-	-
Balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	-	-	-	-	-	65.075	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-	-	1.137	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-	-	63.938	-	-	-	-
Passivos	-27.894	-25.566	-211	-3.839	-9.836	-	-	-1.793.571	-	-
Fornecedores	-14.255	-14.255	-	-3.839	-9.836	-	-	-1.793.571	-	-
Outros credores	-13.640	-11.311	-211	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 83 - Transações com entidades relacionadas 2013

Ano 2013	AdP Serviços, SA	Aquasis, SA	Simarsul, SA	EPAL, SA	EGF, SA	Águas Públicas do Alentejo, SA	AdP Energias, SA	Empresa mãe AdP SGPS, SA	Municípios accionista	Órgãos Gestão
Rendimentos	-	-	-	250	-	146.503	-9.235	-	-	-
Rédito	-	-	-	250	-	146.503	-9.235	-	-	-
Dividendos atribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-342.671	-41.905	-545	-19.129	-16.580	-	-	-531.915	-	-
Gastos com pessoal	-2.200	-	-	-	-	-	-	-35.229	-	-
Outros gastos	-340.471	-41.905	-545	-19.129	-16.580	-	-	-496.686	-	-
Balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	33.831	-	-	-	-	48.613	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-	-	3.961	-	-	-	-
Ativos intangíveis	32.751	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos a Reconhecer	1.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-	-	44.653	-	-	-	-
Passivos	-67.298	-	-	-1.597	-8.581	-	-564	-1.127.024	-	-
Fornecedores	-25.717	-	-	-	-8.581	-	-564	-1.060.128	-	-
Acrescimos de Gastos	-40.520	-	-	-1.597	-	-	-	-66.897	-	-
Outros credores	-1.061	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## 34. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

### a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 35.180.215,68 Euros, que atualizados à taxa de inflação perfazem 43.962.525 Euros, dos quais 12.967.759,95 Euros já se encontram realizados.

### b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, que ascende a € 5.643.081 destacam-se os seguintes:

Quadro 84 - Principais compromissos assumidos

Fornecedor	Descrição	Valores Por Faturar (€)
EGEO	Prestação de Serviços de Retirada das Lamas Industriais Confinadas no Aterro de Santo André	2.251.697
AdP, SGPS	Dividendos 2008	1.010.497
Ecodeal	Acondicionamento, Recolha, Transporte e Destino Adequado para os Resíduos Produzidos na ETAR de Ribeira dos Moinhos	724.327
Iberdrola	Energia	299.264
Efacec Engenharia e Sistemas	Empreitada de Remodelação da Obra de Entrada da Estação Elevatória de Santo André	144.675
EDZ	Prospecção e amostragem dos solos subjacentes às bacias de lamas localizadas nas instalações do RESIM	126.634
		<b>4.557.095</b>

## 35. Ativos e passivos contingentes

### 35.1 Garantias prestadas

Garantia bancária nº 0731.005245.193, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de 10.000 Euros a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, SA, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada “Remodelação da capacidade de transporte de efluentes industriais entre a EE ZIP3 e a ETAR de Ribeira de Moinhos”;

Garantia bancária nº 0731.005246.993, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de 10.000 Euros a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, SA, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada “Abastecimento de água industrial à Refinaria da Petrogal – Lanço F/Sines-Santo André”;

Garantia bancária nº 288-43.000040-7, sobre a Caixa Económica Montepio Geral, no valor de 238.770 Euros a favor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, para o cumprimento das condições impostas na licença da operação de deposição de resíduos no Aterro de resíduos não perigosos (Resíduos industriais) de Santo André.

### 35.2 Processos judiciais

A Empresa tem ações a correr em tribunal já devidamente contestadas:

Quadro 85 - Ações a correr em tribunal

Nº de Processo	Entidade	Valor da Ação	A favor da empresa	Contra a empresa
101/09.8BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	87.605,44	x	
232/09.6BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	101.426,85	x	
429/09.9BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	109.719,44	x	
171/10.8BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	127.518,02	x	
397/10.4BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	142.910,18	x	
133/11.6BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	119.666,74	x	
294/11.6BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	122.884,32	x	
35/12.0BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	102.231,80	x	
215/12.9BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	73.396,36	x	
420/12.8BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	148.215,56	x	
155/13.4BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	104.017,49	x	
329/13.8BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	86.889,20	x	
373867/08.3YIPRT	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	565.213,37	x	
373868/08.1YIPRT	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	675.257,49	x	
102/09.8BEBJA	Câmara Municipal de Sines	128.450,69	x	
231/09.8BEBJA	Câmara Municipal de Sines	359.200,72	x	
428/09.0BEBJA	Câmara Municipal de Sines	247.082,83	x	
172/10.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	206.619,09	x	
396/10.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	301.566,34	x	
189/13.9BEBJA	Câmara Municipal de Sines	986.300,83	x	
134/11.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	228.237,86	x	
293/11.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	227.371,92	x	
34/12.2BEBJA	Câmara Municipal de Sines	171.674,21	x	
216/12.7BEBJA	Câmara Municipal de Sines	153.933,76	x	
256/12.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	242.927,86	x	
419/12.4BEBJA	Câmara Municipal de Sines	277.942,88	x	
154/13.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	160.627,27	x	
328/13.0BEBJA	Câmara Municipal de Sines	172.073,17	x	
380847/08.7YIPRT	Câmara Municipal de Sines	170.639,74	x	
380849/08.3YIPRT	Câmara Municipal de Sines	74.041,85	x	
380852/08.3YIPRT	Câmara Municipal de Sines	82.682,69	x	
380854/08.0YIPRT	Câmara Municipal de Sines	124.835,22	x	
380857/08.4YIPRT	Câmara Municipal de Sines	69.626,70	x	
26/13.4TTSTB	António Correia Rodrigues	117.065,71		x
138/13.4T2SNS	ACT - Unidade Local de Beja	10.000,00		x
166442/10.7YIPRT	Medoc - Sociedade de Construções, LDA	5.319,42	x	
96527/13.8YIPRT	Atlantigrama Unipessoal, LDA	1.613,33	x	
22/12.9BEBJA	Massa Insolvente da Aquino Construções, SA	118.206,94		x
10/11.2MASTC	Ministério Público	NA		x

## 36. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AdSA, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº.324 do do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AdSA, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2011, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

## 37. Rendimento garantido

Quadro 86 - Rendimento garantido

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Capital social realizado	1.000.000	1.000.000
Reserva legal	271.578	271.578
Base de incidência	1.271.578	1.271.578
Taxa de juro OT	6,29%	7,46%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	9,29%	10,46%
<b>Remuneração acionista do ano</b>	<b>118.130</b>	<b>133.007</b>

Quadro 87 - Remuneração em dívida

<b>Remuneração em dívida</b>	
Ano 2001	5.250
Ano 2002	35.000
Dividendos pagos	-40.250
Ano 2003	37.929
Dividendos pagos	-37.929
Ano 2004	36.400
Dividendos pagos	-36.400
Ano 2005	17.648
Dividendos pagos	-17.648
Ano 2006	37.849
Ano 2007	0
Dividendos pagos	-37.849
Ano 2008	1.103.228
Ano 2009	49.177
Dividendos pagos	-92.731
Ano 2010	52.487
Dividendos pagos	-101.664
Ano 2011	168.357
Dividendos pagos	-168.357
Ano 2012	133.007
Dividendos pagos	-133.007
Proposta de dividendos 2013	118.130
<i>Dividendos em dívida</i>	<b>1.010.497</b>

## 38. Eventos subsequentes

Em função da bombagem da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, e da condução da água à Albufeira de Morgavel, desde 31 de dezembro de 2013 até ao momento o volume armazenado passou de 21,20 hm<sup>3</sup> (64,38 %) para 29,59 hm<sup>3</sup> (98,13 %), encontrando-se a albufeira praticamente cheia, pelo que é possível encarar o abastecimento de água à indústria no ano de 2014, com algum conforto.

O Conselho de Administração,

Joaquim Marques Ferreira

(Presidente)

Manuel Augusto Ruano Lacerda

(Administrador Executivo)

João Manuel da Silva Costa

(Vogal)

Branca Gabriela Malho Lima

O Técnico Oficial de Contas

Vila Nova de Santo André, 26 fevereiro de 2014



## Relatório e Parecer do Fiscal Único



## Certificação Legal das Contas